



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 155

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2009

ANO XXXIV

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**VALDIR ROSSONI**  
2º Secretário - PSDB

**ELTON WELTER**  
3º Secretário - PT

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PRB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... *Luiz Claudio Romanelli*  
Líder da Oposição ..... *Elio Rusch*  
PMDB ..... *Waldyr Pugliesi*  
PSDB ..... *Ademar Traiano*  
Partido Democratas ..... *Plauto Miró*  
PT ..... *Péricles de Mello*  
PP ..... *Duílio Genari*  
PDT ..... *Luiz Carlos Martins*  
Bloco PPS/PMN ..... *Douglas Fabrício*  
Bloco PSB/PRB/PV ..... *Reni Pereira*  
Bloco PTB/PR ..... *Jocelito Canto*

### Representação Partidária

**PMDB** - 16: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 155**

### **148ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 03**

**Presenças ..... 03**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Mensagens ..... 03

Ofícios ..... 08

Indicações ..... 10

Requerimentos ..... 12

Projetos de Lei ..... 16

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Antonio Belinati ..... 32

Dep. Tadeu Veneri ..... 37

Dep. Professor Lemos ..... 39

Dep. Felipe Lucas ..... 40

Dep. Mauro Moraes ..... 41

Dep. Jocelito Canto ..... 41

Dep. Dr. Batista ..... 42

#### **Grande Expediente:**

Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Nt 35

Dep. Ney Leprevost ..... 36

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati ..... 33

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri .....38

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel .....43

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Wilson Quinteiro .....44

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Eduardo Cheida .....45

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....47

Discussão/Votação

Redação Final .....48

3ª Discussão .....49

2ª Discussão .....50

1ª Discussão .....50

Requerimentos .....72

**Encerramento da Sessão .....74**

**Transcrições .....74**

#### **Publicações:**

Atas de Comissões

Constituição e Justiça .....76

Defesa dos Direitos da Mulher,

da Criança e do Adolescente .....82

Direitos Humanos e Cidadania ..82

Tomada de Contas .....82

#### **Publicações Administrativas:**

Minutas de Contratos .....83

Resumo de Pregão .....84

**DIÁRIO Nº 155****148ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
16ª LEGISLATURA  
ATA DA 148ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
14 DE DEZEMBRO DE 2009**

(segunda-feira)

**Mesa Executiva:**

Presidência da Sra. Deputada Cida Borghetti, secretariada pelo Sr. Deputado Fernando Scanavaca e pela Sra. Deputada Rosane Ferreira.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Wilson Quinteiro (50).

Ausentes a Sra. Deputada Beti Pavin e os Srs. Deputados: Cleiton Kielse e Waldyr Pugliesi (03).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Artagão Júnior (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

**Abertura da Sessão:**

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual

foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****Mensagens**

MENSAGEM Nº 135/09

Curitiba, em 14/12/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei solicitando aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 53.500.000,00 (cinquenta e três milhões e quinhentos mil reais), ao vigente orçamento das Secretarias de Estado da Criança e da Juventude e dos Transportes, aprovado pela Lei Estadual nº 16032, de 29/12/08, visando atender despesas com a construção de Centros de Juventude em sete municípios do Estado, bem como atender despesas com a restauração do Pavimento do Trecho Araucária - Campo Largo e a conservação rotineira e periódica em rodovias da malha rodoviária estadual.

Esclareço, também, que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações da Administração Geral do Estado - Recurso sob Supervisão da SEFA, das Secretarias de Estado de Obras Públicas, da Justiça e da Cidadania, Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do MERCOSUL e Procuradoria Geral do Estado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 16032, de 29/12/08, no valor de R\$ 53.500.000,00 (cinquenta e três milhões e quinhentos mil reais), conforme Anexo I desta Lei,

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de cotações, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 3º Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º Em decorrência do contido no artigo 1º, fica procedida a redução no Demonstrativo de Repasse do Tesouro Estadual, conforme Anexo V desta lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

Art. 5º Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º, fica alterado o Anexo de Obras, conforme Anexos VI e VII desta lei.

SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA ANEXO I R\$ 1,00							
Cód.	Especificação	Natureza da Despesa	Fon te	GR Fonte	ALO	Valor	N. do Proc. COP
5500	Secretaria de Estado da Criança e da Juventude						
5560	Fundo Estadual para a Infância e Adolescência - FIA						
2503	Fundo Estadual para a Infância e Adolescência - FIA	44404200	131	01	L	40.500.000	2430
7100	Secretaria de Estado dos Transportes						
7130	Departamento de Estradas de Rodagem - DER						
1180	Construção e Restauração de Rodovias - Boa Estrada	44905100	104	01	L	360.296	2427
2380	Conservação e Manutenção do Sistema Rodoviário Estadual	44903900	104	01	L	12.639.704	2427
Total						53.500.000	
CANCELAMENTO ANEXO II R\$ 1,00							
Cód.	Especificação	Natureza da Despesa	Fon te	GR Fonte	ALO	Valor	N. do Proc. COP
1900	Procuradoria Geral do Estado						
1901	Procuradoria Geral do Estado						
2021	Representação Judicial e Extrajudicial, Consultoria e Gerenciamento da PGE	33901400	103	01	L	5.000	2430
		33903033	103	01	L	118.810	2430
		33903300	103	01	L	5.000	2430
		33903600	103	01	L	16.470	2430
		33903700	103	01	L	40.340	2430
		33903912	103	01	L	1.060	2430
		33903942	103	01	L	96.630	2430
		33903944	103	01	L	15.840	2430
		33903957	103	01	L	850	2430
3100	Administração Geral do Estado -Recursos sob Supervisão da SEFA						

3101	Programações Especiais e Encargos Gerais do Estado						
9083	Encargos Gerais da Dívida Pública Interna	46907100	125	01	L	44.005.086	2430
3300	Secrtaria de Estado de Obras Públicas						
3301	Gabinete do Secretário						
1302	Construção de Centro Judiciário	44905100	103	01	L	1.235.727	2430
2091	Reparos, Construções, Ampliações e Melhorias de Prédios Públicos	44903900	103	01	L	98.000	2430
		44905100	103	01	L	63.127	2430
2102	Gerenciamento da Estrutura Aministrativa da SEOP	44905200	103	01	L	81.000	2430
4900	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania						
4903	Departamento Penitenciário do Estado - DEPEN						
2254	Administração Geral do Sistema Penitenciário - DEPEN	44905100	107	09	L	6.917.060	2430
6100	Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do MERCOSUL						
6101	Gabinete do Secretário						
2556	Desenvolvimento e Internacionalização Industrial, Comercial e de Serviços	33901400	107	09	L	67.080	2430
		33903002	107	09	L	19.400	2430
		33903300	107	09	L	65.800	2430
		33903500	107	09	L	187.720	2430
		33903916	107	09	L	150.000	2430
		33903917	107	09	L	80.000	2430
		33903924	107	09	L	30.000	2430
		44405200	107	09	L	150.000	2430
		44905200	107	09	L	50.000	2430
Total						53.500.000	

ACRÉSCIMO DE RECEITA CENTRALIZADA		ANEXO III				R\$ 1,00
Código	Especificação	Fonte	GR Fonte	Valor	Processo	
1990.05.04	Cota Parte de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	104	01	13.000.000	2427	
1990.05.31	Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social - Lei nº 11091/95	131	01	40.500.000	2430	
Total				53.500.000		

REDUÇÃO RECEITA CENTRALIZADA		ANEXO IV				R\$ 1,00
Código	Especificação	Font e	GR Fonte	Valor	Processo	
1721.99.01	Auxílio aos Estados Exportadores	103	01	1.777.854	2430	
1761.99.00	Outras Transferências de Convênios da União	107	09	600.000	2430	
2211.99.00	Receita de Outros Títulos	125	01	44.005.086	2430	
2471.99.00	Outras Transferências de Convênio da União	107	09	7.117.060	2430	
Total				53.500.000		

ACRÉSCIMO DOS REPASSES		ANEXO V		R\$ 1,00
Código	Especificação	Valor	Processo	
	Secretaria de Estado da Criança e da Juventude			
5560	Fundo Estadual para a Infância e Adolescência - FIA Recursos Próprios do Tesouro	40.500.000	2430	
	Secretaria de Estado dos Transportes			
7130	Departamento de Estradas de Rodagem - DER Recursos Próprios do Tesouro	13.000.000	2427	
Total		53.500.000		

SUPLEMENTAÇÃO DE OBRAS		ANEXO VI				R\$ 1,00
Código	Especificação	Fonte	GR Fonte	ALO	Valor	Pro- cesso
7100	Secretaria de Estado dos Transportes					
7130	Departamento de Estradas de Rodagem - DER					
1180	Construção e Restatuação de Rodovias - Boa Estrada					
144	Araucária					
0017	Recuperar PR-423, trecho: Araucária - Campo Largo	104	01	L	360.296	2427
Total		Tes.		L	360.296	

CANCELAMENTO DE OBRAS		ANEXO VII				R\$ 1,00
Código	Especificação	Fonte	GR Fonte	ALO	Valor	Pro- cesso
3300	Secretaria de Estado de Obras Públicas					
3301	Gabinete do Secretario					

1302	Construção do Centro Judiciário					
280	Curitiba					
0001	Construir o Centro Jurídico de Curitiba e elaborar os estudos e projetos referentes a obra	103	01	L	1.235.727	2430
2091	Reparo, Construções, Ampliações e Melhorias de Prédios Públicos					
280	Curitiba					
0003	Instalar sistema eletromecânico da transporte vertical (elevador) no Prédio Sede da SEOP	103	01	L	14.800	2430
955	RGP LESTE					
0002	Elaborar estudos/projetos e executar obras de construção, ampliação e melhoria de prédios públicos	103	01	L	48.327	2430
4900	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania					
4903	Departamento Penitenciário do Estado - DEPEN					
2254	Administração Geral do Sistema Penitenciário - DEPEN					
272	Cruzeiro do Oeste					
0008	Construir a Penitenciária Estadual de Cruzeiro do Oeste/PECO	107	09	L	2.817.060	2430
330	Foz do Iguaçu					
0005	Construir a Penitenciária Feminina do Oeste/ Foz do Iguaçu	107	09	L	700.000	2430
510	Maringá					
0002	Construir o Centro de Regime Semiaberto de Maringá - CRA/Maringá	107	09	L	900.000	2430
626	Piraquara					
0010	Construir a Penitenciária para Jovens e Adultos/ Piraquara	107	09	L	2.500.000	2430
Total		Tes.		L	8.215.914	

## MENSAGEM Nº 136/09

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Arapoti, do imóvel constituído pela área de terras denominada de Lote "A-2", da Quadra nº 34, com área de 520,00 m², conforme Transcrição nº 1308, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Jaguariaíva.

A presente medida consulta aos interesses públicos eis que o referido imóvel será utilizado, exclusivamente, para funcionamento de prédio público municipal.

Consta, no texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que tal bem ficará gravado com cláusula de inalienabilidade e que o mesmo retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação,

reitero a V. Exa. os meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO - Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Arapoti, do imóvel constituído pela área de terras denominada de Lote “A-2”, da Quadra nº 34, com área de 520,00 m<sup>2</sup>, conforme Transcrição nº 1308, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Jaguariaíva.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado, exclusivamente, para funcionamento de prédio público municipal.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

#### MENSAGEM Nº 137/09

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Wenceslau Braz, de parte correspondente a 780,00 m<sup>2</sup>, da área de 5.585,00 m<sup>2</sup>, conforme Transcrição das Transmissões nº 13.853, do Registro de Imóveis da Comarca de Wenceslau Braz.

A presente medida consulta aos interesses públicos eis que o referido imóvel será utilizado, exclusivamente, para implantação da Biblioteca Cidadã.

Consta, no texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que tal bem ficará gravado com cláusula de inalienabilidade e que o mesmo retornará ao patrimônio estadual caso se comprove desvirtuamento em sua utilização e, ainda, que as providências e ônus decorrentes do devido desmembramento correrão à conta do donatário.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Wenceslau Braz, de parte correspondente a 780,00 m<sup>2</sup>, da área total de 5.585,00 m<sup>2</sup>, conforme Transcrição das Transmissões nº 13.853, do Registro de Imóveis da Comarca de Wenceslau Braz.

Art. 2º O imóvel referido no artigo 1º, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, deverá ser utili-

zado, exclusivamente, para implantação da Biblioteca Cidadã, retornando ao patrimônio do Estado caso se comprove desvirtuamento em sua utilização.

Art. 3º As providências e ônus decorrentes do devido desmembramento correrão à conta do donatário.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

### Ofícios

Sob os nºs CEE/CC 3778, 3825 e 3826/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil, comunicando que o Sr. Roberto Requião - Governador do Estado sancionou os Projetos de Lei nºs:

378/09: De autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli que, dispõe que o Tribunal de Contas do Estado encaminhará à Assembleia Legislativa relatório descritivo contendo todos os valores repassados pela Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Paraná e dos Municípios paranaenses às pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, o qual convertido em Lei tomou o nº 16281. **Ao conhecimento da Casa.**

444/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Califórnia, o qual convertido em Lei tomou o nº 16290. **Anote-se - Arquite-se.**

469/09: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Barra do Jacaré, o qual convertido em Lei tomou o nº 16291. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº 1358/2009/GM-MAPA do Sr. Antonio de Oliveira Ramos - Chefe Substituto do Gabinete do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Luiz Eduardo Cheida, que solicita esclarecimentos sobre “O Lote de Vacina contra Raiva Canina que o Ministério da Saúde importou sem registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento”. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 444/09/OIN-GP do Sr. Hermas Eurides Brandão - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando o relatório de atividades do referido Tribunal, relativo ao 3º trimestre de 2009. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº DP/061/09 do Sr. Samuel Gomes - Diretor-Presidente da FERROESTE, encaminhando relatório de atividades desenvolvidas no exercício de 2008 pela referida instituição. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2259/09-GAB/SEDU do Sr. Luiz Forte Netto - Secretário de Estado do Desenvolvimento



Urbano, encaminhando relatório de gestão, referente ao exercício de 2008, do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 79/2009-DIPRE do Sr. Ney Amilton Caldas Ferreira - Diretor-Presidente da CODAPAR, encaminhando documentos que integram o processo de Prestação de Contas Geral - exercício 2008 da referida companhia. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 491/2009/AG Governo do Estado do Paraná do Sr. Luiz Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 118.059,47 (cento e dezoito mil e cinquenta e nove reais e quarenta e sete centavos), destinados ao Governo do Estado do Paraná, referente a parcela do Contrato de Repasse nº 226.011-09, no âmbito do Programa PAC/PPI - Intervenções em Favelas, sob gestão do MCIDADES. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 493/2009/AG Governo do Estado do Paraná do Sr. Luiz Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 414.619,92 (quatrocentos e quatorze mil, seiscentos e dezenove reais e noventa e dois centavos), destinados ao Governo do Estado do Paraná, referente a parcela do Contrato de Repasse nº 226.006-35, no âmbito do Programa PAC/PPI - Intervenções em Favelas, sob gestão do MCIDADES. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 494/2009/AG Governo do Estado do Paraná do Sr. Luiz Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 168.502,04 (cento e sessenta e oito mil, quinhentos e dois reais e quatro centavos), destinados ao Governo do Estado do Paraná, referente a parcela do Contrato de Repasse nº 226.006-35, no âmbito do Programa PAC/PPI - Intervenções em Favelas, sob gestão do MCIDADES. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 501/2009/AG Governo do Estado do Paraná do Sr. Luiz Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 128.766,33 (cento e vinte e oito mil, setecentos e sessenta e seis reais e trinta e três centavos), destinados ao Governo do Estado do Paraná, referente a parcela do Contrato de Repasse nº 224.994-48, no âmbito do Programa PAC/Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário, sob gestão do MCIDADES. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 510/2009/AG Governo do Estado do Paraná do Sr. Luiz Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 198.129,33 (cento e noventa e oito

mil, cento e vinte e nove reais e trinta e três centavos), destinados ao Governo do Estado do Paraná, referente a parcela do Contrato de Repasse nº 224.994-48, no âmbito do Programa PAC/Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário, sob gestão do MCIDADES. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 513/2009/AG Governo do Estado do Paraná do Sr. Luiz Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 583.121,96 (quinhentos e oitenta e três mil, cento e vinte e um reais e noventa e seis centavos), destinados ao Governo do Estado do Paraná, referente a parcela do Contrato de Repasse nº 226.006-35, no âmbito do Programa PAC/PPI - Intervenções em Favelas, sob gestão do MCIDADES. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 515/2009/AG Governo do Estado do Paraná do Sr. Luiz Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 118.059,47 (cento e dezoito mil, cinquenta e nove reais e quarenta e sete centavos), destinados ao Governo do Estado do Paraná, referente a parcela do Contrato de Repasse nº 226.011-09, no âmbito do Programa PAC/PPI - Intervenções em Favelas, sob gestão do MCIDADES. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 517/2009/AG Governo do Estado do Paraná do Sr. Luiz Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 769.153,77 (setecentos e sessenta e nove mil, cento e cinquenta e três reais e setenta e sete centavos), destinados ao Governo do Estado do Paraná, referente a parcela do Contrato de Repasse nº 226.007-49, no âmbito do Programa PAC/PPI - Intervenções em Favelas, sob gestão do MCIDADES. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 519/2009/AG Governo do Estado do Paraná do Sr. Luiz Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 23.160,00 (vinte e três mil, cento e sessenta reais), destinados ao Governo do Estado do Paraná, referente a parcela do Contrato de Repasse nº 233.551-80, no âmbito do Programa FHNIS - Habitação de Interesse Social, sob gestão do MCIDADES. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº MINC/SE/DGI 1020/2009 do Sr. Humberto Miranda Cardoso - Diretor de Gestão Interna do Ministério da Cultura, informando a liberação de recursos para o Estado do Paraná no valor de R\$ 18.934,00 (dezoito mil, novecentos e trinta e quatro reais), referente ao convênio MINC/FNC nº 703102/2009, com o objeto de Memória dos Povos do Campo do Paraná: Cultura e Conflitos Sociais. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº MEC/INEP/DGP/CGRL nº 3884/2009 do Sr. Reynaldo Fernandes - Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, comunicando celebração de convênio com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná e a referida entidade, para apoiar a realização das atividades relacionadas ao Censo Anual da Educação Básica, em todos os seus levantamentos referentes ao ano letivo de 2009. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº GAB/SFA/1147/2009 do Sr. Daniel Gonçalves Filho - Superintendente Federal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, informando a transferência de recursos, no valor de R\$ 1.260.000,00 (um milhão, duzentos e sessenta mil reais), destinado ao convênio celebrado entre o referido Órgão e a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, com a finalidade de estruturação e qualificação da Defesa Vegetal no Estado, tendo como seu objetivo a vigilância e fiscalização do trânsito de vegetais e seus produtos. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 673/CGFCC/SPOA/MDA do Sr. Luiz Claudio Monteiro Morgado - Coordenador Geral de Finanças, Convênios e Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando cópia da celebração do Primeiro Termo Aditivo de prorrogação de Ofício do Convênio nº 700907/2008. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 144-MTE/SPPE do Sr. Ezequiel Sousa do Nascimento - Secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, encaminhando cópia do Sexto Termo Aditivo ao Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº 055/2006 - SETP/PR, celebrado entre o Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretaria de Políticas Públicas de emprego - SPPE, com a interveniência do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, e o Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, objetivando a indicação de recursos financeiros para o exercício de 2009. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AF/DEFIN/GTES-00645/2009 do Sr. Alfredo Gonçalves Nunes - Gerente da GTES/DEFIN/AF do Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES, comunicando a liberação de recursos financeiros para o Estado do Paraná, no âmbito do Contrato nº 2222441, no valor total de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000620/2009 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros destinados a Secretaria de Estado da Educação, junto ao Programas PNAEF - Fundamental, PNAEM

- Médio, PNAEF - fundamental, PNAEI - Indígena, PNAEP - Pré-escolar, PNAE - EJA, PNAEQ, PNAEC - Creche. **Ao conhecimento da Casa.**

## Indicações

INDICAÇÃO Nº 958/09

### SÚMULA:

Sugere a Criação do “Mutirão da Conciliação da Habitação”.

Ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Presidente da COHAPAR

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, sugere que seja criado o Programa de “Mutirão da Conciliação da Habitação” para atender os mutuários da COHAPAR.

Art. 1º Cria o Programa de “Mutirão da Conciliação da Habitação” para atender os mutuários da COHAPAR, com o objetivo de instaurar procedimento de conciliação para negociação de contratos que não foram objeto de ação judicial e a regularização da situação dos mutuários cessionários, bem como suspender as ações judiciais para a conciliação.

Art. 2º O Programa “Mutirão da Conciliação da Habitação” terá a coordenação dos escritórios regionais da COHAPAR em conjunto com as Coordenadorias das Regiões Metropolitanas.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) WILSON QUINTEIRO

INDICAÇÃO Nº 959/09

### SÚMULA:

Requer ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação que empreenda medidas no sentido de viabilizar a instalação de um Colégio Estadual Agrícola no Município de Cascavel.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva e à Secretaria de Estado da Educação - SEED que empreenda medidas no sentido de viabilizar a instalação de um Colégio Estadual Agrícola no Município de Cascavel.

O Município de Cascavel é uma Cidade jovem e promissora contando com cerca de 300 mil habitantes, situada na Região Oeste do Paraná, onde consolidou a posição de pólo econômico regional e epicentro do MERCOSUL. Destaca-se como pólo universitário, com milhares de estudantes de ensino superior em diversas instituições de ensino. A produção agropecuária e a agro-indústria são segmentos de grande destaque em Cascavel

e região, justificando a necessidade da instalação de um Colégio Estadual Agrícola a fim de potencializar a formação profissional qualificada nestas áreas, abrindo perspectivas de desenvolvimento regional.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

#### INDICAÇÃO Nº 960/09

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário de Transportes a reconstrução de uma ponte sobre o rio Ribeirão Atlântique, no Município de Mandaguaçu.

Sr. Governador, Sr. Secretário dos Transportes:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de ser proposta ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário dos Transportes a reconstrução de uma ponte sobre o Ribeirão Atlântique, localizado na rodovia Prefeito João Fracasso Filho, que liga a Cidade de Mandaguaçu ao Distrito de Prudentópolis, no Município de Mandaguaçu.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) TERUO KATO

##### JUSTIFICATIVA:

A reconstrução da ponte sobre o Ribeirão Atlântique evitará que acidentes e até tragédias, porquanto a estrutura atual da ponte está ruindo, contudo, há um constante tráfego de veículos e caminhões que escoam a produção agrícola por meio dela.

Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos Municípios, dirigimo-nos a V. Exas., solicitando o auxílio indispensável.

#### INDICAÇÃO Nº 961/09

##### SÚMULA:

Propõe à Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social o fornecimento de um veículo para o Conselho Tutelar do Município de Alto Paraná.

Sr. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

##### Considerando:

1) Que o Conselho Tutelar de Alto Paraná encaminhou o ofício nº 18/09 solicitando um veículo novo ou usado para a utilização do órgão;

2) Que o Município disponibilizou um veículo há mais de 10 anos e que não tem mais condições de utilização;

3) Que os atendimentos constantes não permitem ao Conselho ficar sem veículo, pois sua atuação precípua

é atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco e em atos de vandalismo;

4) Que a promoção do desenvolvimento de acompanhar, proteger e atender adequadamente o aspecto social, psicoemocional e moral destes jovens tão desfavorecidos pela sorte dependem de um veículo.

Solicita urgentes providências no sentido de:

1) Fornecer um veículo novo ou usado para o Conselho Tutelar - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - do Município de Alto Paraná ou, ainda, recursos para a sua aquisição.

O atendimento ao nosso pleito, que é de caráter urgentíssimo, em muito beneficiará a comunidade local e regional, diminuindo os riscos sociais e permitindo bons préstimos pelo Conselho.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

#### INDICAÇÃO Nº 962/09

##### SÚMULA:

Propõe ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, que dedique especial atenção a necessidade de se colocar/distribuir peixes - alevinos - no Lago da Usina em Campo Mourão.

Sr. Diretor Presidente do Instituto Ambiental do Paraná - IAP:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, vem a vossa presença para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne a V. Exa. em envidar todos os esforços necessários com o fito de que se coloque/distribua peixes - alevinos - no lago da Usina de Campo Mourão.

II - Atendendo aos pedidos formulados por diversos munícipes é que recorremos aos vossos préstimos para que desenvolva a vida no lago da Usina de Campo Mourão.

III - O povoamento de peixes no lago é uma necessidade para manter o equilíbrio ambiental e tornar a localidade mais atraente e agradável aos visitantes.

IV - Nossa atuação como Deputado Estadual, representando a região, é de muita luta e defesa incessante do desenvolvimento dos interesses regionais, e neste sentido nos colocamos à disposição para todo e qualquer auxílio que pudermos lhes oferecer para levar este intento às raias da realidade.

VII - Dentro da melhor prática democrática temos nos empenhado para levar esses principais debates, e suas conclusões, às autoridades competentes dentro da esfera estadual e até mesmo federal e acreditamos que a força da mobilização social aliada ao nosso empenho resulta e resultará em grandes avanços ao atendimento dos anseios da nossa gente.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

#### INDICAÇÃO Nº 963/09

##### SÚMULA:

Sugere a aquisição de 1 (uma) Kombi ao Município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a aquisição de 1 (uma) Kombi ao Município de Sarandi.

II - a apresentação da presente indicação objetiva a aquisição de 1 (uma) Kombi, para alcançar os objetivos com os programas da família, criança e adolescente e ao idoso, Projovem Adolescentes, Programa de Efetivação de Medidas Socioeducativas, Programa de Atenção Integral a Família, já que o Município conta atualmente com apenas três veículos para o atendimento dos programas dificultando a execução das atividades e tornando-se um dos nossos desafios.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) DR. BATISTA

## Requerimentos

#### REQUERIMENTO Nº 6101

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os Projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) ROSANE FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 6088

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva desta Assembleia Legislativa, o arquivamento do Projeto de Lei nº 201/09, de autoria do Deputado que o presente subscreve, para revisão do texto e ajuste na redação.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) NEY LEPREVOST

#### REQUERIMENTO Nº 6117

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no art. 120, do Regimento Interno, REQUER, a desanexação dos Proje-

tos de Lei nº 831/07 e 005/09, que objetivam denominar o Hospital Regional de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) NELSON JUSTUS

#### REQUERIMENTO Nº 6100

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada do Projeto de Lei nº 333/09, por 10 (dez) Sessões, item nº 15, da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) TADEU VENERI

#### REQUERIMENTO Nº 6115

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificar ausência nas Sessões Ordinárias (145ª e 146ª) realizadas no dia 09 de dezembro do corrente ano, em virtude de compromisso parlamentar assumido em Brasília/DF (reuniões em Ministérios).

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

#### REQUERIMENTO Nº 6121

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificar ausência nas Sessões Ordinárias realizadas nos dias 24, 25 e 30 de novembro do corrente ano, em virtude da participação deste Parlamentar na Feira Agropecuária Comercial e Industrial de Dois Vizinhos - EXPOVIZINHOS.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

#### REQUERIMENTO Nº 6087

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o duto Plenário, que seja consignado para posteridade, na Ata dos Trabalhos da Sessão Legislativa de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Neide Lorençone Janesko, ex-funcionária da COPEL e irmã do Presidente da Câmara Municipal de Pontal do Paraná - PR, Nelson Lorençone, ocorrido no dia 13/12/09.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente à família enlutada. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento à família.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

É para nós uma imensa tristeza perder esta nobre cidadã paranaense, irmã do presidente da Câmara

Municipal de Pontal do Paraná/PR, Nelson Lorençone, e que por 15 anos, executou trabalho exemplar como funcionária da COPEL. Nascida em 11/09/56 no Município paranaense de Nova Londrina, a Sra. Neide dedicou parte de sua vida a esta instituição, além do constante afeto e dedicação ao esposo João Janesko Júnior e aos filhos Cláudio Regina, Marina e Fábio André Janesko.

O tempo não apaga a dor trazida por uma perda dessa magnitude, abrindo uma grande lacuna na vida da família Janesko. Mãe dedicada, a Sra. Neide ocupou espaço que ninguém poderá ocupar. Resta-nos guardar os bons momentos vividos durante seus 53 anos de vida e orar pela paz e conforto de toda a família.

Enviamos aos familiares nossos votos de profundo pesar e sinceras condolências e pêsames pela perda irreparável do ente querido; e que possam ser confortados e iluminados por Deus e por todos os amigos nesse momento difícil.

#### REQUERIMENTO Nº 6092

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário o registro de votos de profundo pesar pelo falecimento do Ex-Ministro e Presidente de Honra do PSB Dr. Jamil Haddad, aos 83 anos de idade, ocorrido hoje na cidade do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) WILSON QUINTEIRO

#### REQUERIMENTO Nº 6109

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Roberto Ribeiro de Castro, ocorrido no último dia 24 de novembro.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento à Sra. Dilce Teodoro de Oliveira, viúva.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo encaminhar aos familiares da Sra. Maria Adelaide Barradas os nossos pêsames pela sua partida, ocorrida no último dia 24/11/09, que deixa eternas saudades.

Advogado, ocupou o cargo de Secretário Municipal de Controle, Fiscalização e Ouvidoria do Município de Campo Mourão na segunda gestão do Prefeito Tauillo Tezelli. Atualmente ocupava o cargo de Procurador Geral da Câmara de Vereadores de Campo Morão.

Que sua família busque apoio na fé, lembrando sempre que Deus reserva um espaço para aqueles que

têm bom coração e que moldaram sua vida na prática dos mandamentos que o Cristo nos ensinou.

Sem poder traduzir os verdadeiros sentimentos que seus entes queridos estão passando, solicito que esta Casa Legislativa encaminhe votos de profundo pesar pela perda irreparável.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 6112

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Justilina Cardoso dos Santos, ocorrido no último dia 02/12/09.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento ao filho João Ibraim Cardoso.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo encaminhar aos familiares da Sra. Justilina Cardoso dos Santos os nossos pêsames pela sua partida, ocorrida no último dia 02 de dezembro, que deixa eternas saudades.

Viúva do primeiro Prefeito de Campo Mourão, José Antonio dos Santos. Mais conhecida como Dona Santa, ela nasceu em 1916 em Tibagi e chegou em Campo Mourão em 18/10/47, pelo então Governador Moisés Lupion e permaneceu no cargo até a posse do primeiro Prefeito eleito, Pedro Viriato de Souza Filho, em 05/12/47. Desde que chegou no Município há quase 70 anos, Dona Santa sempre morou no mesmo lugar, uma chácara de sua propriedade localizada aos fundos do Parque do Lago.

Que sua família busque apoio na fé, lembrando sempre que Deus reserva um espaço para aqueles que têm bom coração e que moldaram sua vida na prática dos mandamentos que o Cristo nos ensinou.

Sem poder traduzir os verdadeiros sentimentos que seus entes queridos estão passando, solicito que esta Casa legislativa encaminhe votos de profundo pesar pela perda irreparável.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 6114

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de homenagem pelo cinquentenário do falecimento do Senador Souza Naves, Patrono do PTB. Político conhecido e reconhecido pela honestidade e seri-

idade de intenções, cuja morte prematura alterou os rumos do Paraná e do Brasil.

Requer ainda, que se dê ciência ao Diretório Regional do PTB.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 6081

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Apóstolo Celso Santos, pela realização da 13ª Cruzada Evangelística Sal da Terra da Igreja Batista Renovada, com o tema de ti farei uma grande nação.

Requer ainda, que seja dada ciência ao referido Apóstolo, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) WILSON QUINTEIRO

#### REQUERIMENTO Nº 6082

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Prefeito Edgar Silvestre, pela realização da 17ª Festa da Uva Fina de Marialva.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Prefeito Municipal, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) WILSON QUINTEIRO

#### REQUERIMENTO Nº 6083

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Prefeito Cyllênio Pessoa Pereira Junior do Município de Setentrião Paranaense - AMUSEP.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Prefeito Municipal, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) WILSON QUINTEIRO

#### REQUERIMENTO Nº 6084

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, envio de congratulações à Rádio Ilustrada FM, que na semana passada completou 23 anos de atividades em Umuarama. Abrangendo mais de 200 Município do Paraná e Mato Grosso do Sul, através do moderno e sofisticado estúdio, a emissora é exemplo na prestação de serviços e

isto reflete na grande audiência que detém em toda a região Nordeste.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) FERNANDO SCANAVACA

#### REQUERIMENTO Nº 6089

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de congratulações ao Município de Ortigueira pelos seus 57 anos de Emancipação Política.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### JUSTIFICATIVA:

A elevação de Ortigueira a Município de deu através do Decreto Estadual nº 790 de 14/11/51 com territórios desmembrados do Município de Tibagi e parte do Município de Reserva, ficando o nosso Município o terceiro em extensão territorial do Paraná.

Localizado no segundo planalto paranaense e inserido na microrregião de Ponta Grossa, Ortigueira tem uma altitude de 760 metros acima do nível do mar e longitude de 50°52'GW e latitude 24°14'S. Uma área total de 2.451,6 km<sup>2</sup>, tendo como limites ao norte os Municípios Tamarana, São Jerônimo da Serra e Sapopema; ao sul Reserva, Imbaú e Telêmaco Borba; Leste Curiúva; Oeste Faxinal, Rosário do Ivaí e Mauá da Serra.

Está a 247 quilômetros da Capital Curitiba, 135 quilômetros de Londrina e 135 quilômetros de Ponta Grossa. Possui uma topografia fortemente ondulada, seu solo é podzólico vermelho escuro e vermelho amarelado, cambissolo e solos litólicos. Seu clima é subtropical úmido mesotérmico, de verão fresco com ocorrências de geadas, concentrando chuvas nos meses de verão, grande área de reflorestamento com outras culturas anuais como pastagens, matas nativas, entre outros.

Os principais rios que cortam o Município são: rio Tibagi que ocupa grande extensão aproximadamente de 45 Km, rio do Peixe com 20 quilômetros e o rio do Burro com 15 Km. O Município possui várias comunidades e quatro distritos. É cortada por uma única rodovia asfaltada, a BR-376 (Rodovia do Café), numa extensão de 65 Km, importante ligação entre o norte e o sul do Estado. Segundo dados do IBGE de 2007, a população total do Município é de 24 mil e 397 habitantes.

Predomina-se no Município a agricultura, agropecuária, apicultura e cerâmica. Destaque para o cultivo de soja, milho e feijão. Na pecuária a bovinocultura, a apicultura em franco progresso, com milhares de colméias, chegando ao 1º lugar no Brasil em produção e, a indústria de cerâmica e serrarias, com grande desenvolvimento na área comercial, onde o clima e a vegetação favorecem a atividade.

Possui atrativos turísticos como: cachoeiras, saltos, cavernas, serras. Outros pontos a serem visitados são:

Reserva Indígena - Queimadas e Reserva Indígena - Mococa.

O nome Ortigueira deriva-se da planta urtiga, cuja haste e folhas produzem prurido ardor na pele, uma erupção cutânea urticante. Por ocasião das queimadas, quando derrubadas as matas para plantios e construções de moradias, se destacou a fertilidade boa do solo para esta planta, tornando-se nativa em abundância devido ao solo podzólico. Através desta característica, os colonizadores e políticos da época deram o nome a este Município de Ortigueira. O certo seria Urtigueira que deriva da planta urtiga, mas na época já existia no Estado da Bahia um Município com o nome de Urtigueira e, geralmente, cidades com o mesmo nome, costuma trazer transtornos de correspondências e outros mais, daí o nosso ficou por chamar Ortigueira.

O Município foi colonizado por imigrantes vindos de várias regiões do Paraná, destacando: Castro, Tibagi, além de outros Estados, como: São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, que percorreram longas e intermináveis distâncias, atingindo margens de rios e dando nomes aos lugares por onde passaram. Houve em determinado momento a atividade garimpeira, que foi desenvolvida com o auxílio da Minerais do Paraná S/A (MINERAPAR). Grandes quantidades de diamantes foram extraídos pelos garimpeiros, porém, hoje não há exploração de garimpo no Município. É um Município de poder aquisitivo bom, com grande progresso na cultura.

#### REQUERIMENTO N° 6094

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de duas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, a Confraria dos Cavalheiros da Boca Maldita pelos seus 53 anos de fundação, comemorado em 13 de dezembro.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

#### REQUERIMENTO N° 6097

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta Sessão votos de congratulações à JORROVI Calçados, de Paranaíba, pelo recebimento do prêmio IMPAR - Índice de Marcas de Preferências e Afinidade, concedido pela RICTV, concessionária da Rede Record de Televisão no Paraná, por ter sido apontada como uma das marcas mais lembradas em todo o Estado do Paraná e por ser a empresa preferida no segmento de calçados no interior do Estado.

IMPAR é uma pesquisa organizada pela RICTV e pelo IBOPE Inteligência para medir a preferência dos consumidores do Paraná. O prêmio foi recebido em Curitiba pelo empresário João Roberto Viotto Júnior, filho do

fundador do grupo Jorrovi, João Roberto Viotto. Como bem destacado no Jornal "Diário do Noroeste" em página que saudou a empresa pela conquista dessa premiação, para conquistar o coração dos clientes a JORROVI oferece mais do que qualidade e bons preços: procura fazer de cada cliente um verdadeiro amigo.

É, pois, com grande alegria que esta Casa de Leis homenageia a Jorrovi Calçados, destacando o fato de ter-se tornado referência na área em que atua não só em sua Cidade-sede, Paranaíba, mas em todo o interior do Estado do Paraná, motivo de orgulho, portanto, para todos os paranaenses.

Requer-se à Mesa Diretora o envio de cópia do presente documento ao empresário João Roberto Viotto, na Jorrovi Calçados, em Paranaíba-PR.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) TERUO KATO

#### REQUERIMENTO N° 6098

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta Sessão votos de congratulações ao Município de São Pedro do Paraná, o qual em 30/12/09 celebrará seu aniversário. Banhado em 18 quilômetros de sua área pelas águas do rio Paraná, o Município de São Pedro do Paraná foi criado através da Lei Estadual n° 4788, de 29/11/63, e instalado em 14/12/64, foi o desmembrado de Loanda e Porto Rico e teve sua emancipação política comemorada no dia 30/12/64. São Pedro é conhecido como O Paraíso das Águas Doces, e tem na pesca, agricultura e pecuária sua base econômica, sobretudo na agricultura familiar.

É com grande alegria que esta Casa de Leis homenageia o Município de São Pedro do Paraná, destacando sua história e o fato de ter-se tornado referência nas áreas acima mencionadas, motivo de orgulho não só para seus habitantes, mas todos os paranaenses e brasileiros.

Requer-se à Mesa Diretora o envio de cópia do presente documento ao Prefeito de São Pedro do Paraná, Sr. João Batista Fernandes, na Prefeitura Municipal, em São Pedro do Paraná-PR.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) TERUO KATO

#### REQUERIMENTO N° 6102

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER/PR, na pessoa de seu Diretor Geral, Sr. Rogério Wallbach Tizzot, em comemoração ao aniversário e tombamento de seu edifício sede.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) ROSANE FERREIRA

## REQUERIMENTO N° 6103

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, REQUER depois de se ouvir o douto Plenário que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações para a população de Santo Inácio, pela comemoração dos 57 anos de emancipação política do Município.

Criado através da Lei Estadual n° 790, de 14/11/51, foi elevado à categoria de Município com a denominação atual de Santo Inácio, procedendo-se a sua instalação a 14 de dezembro do ano seguinte.

Com uma população aproximada de 15 mil e 069 habitantes, segundo previsão do IBGE em 2009.

Seu Prefeito é João Batista dos Santos, seu Vice-Prefeito é Antônia Aparecida Rodrigues da Cruz e o Presidente da Câmara é o Vereador José Ferreira.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

## REQUERIMENTO N° 6104

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, REQUER depois de se ouvir o douto Plenário que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações para a população de Nova Esperança, pela comemoração dos 57 anos de emancipação política do Município.

Criado através da Lei Estadual n° 790, de 14/11/51, foi instalada oficialmente em 14/12/52, sendo desmembrado de Mandaguari.

Com uma população aproximada de 26 mil e 591 habitantes, segundo previsão do IBGE em 2009.

Seu Prefeito é Maria Angela Silveira Benatti, seu Vice-Prefeito é Edgar Moser Júnior e o Presidente da Câmara é o Vereador Fábio Tsutomu Iamamoto.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

## REQUERIMENTO N° 6105

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, REQUER depois de se ouvir o douto Plenário que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações para a população de Mandaguaçu, pela comemoração dos 57 anos de emancipação política do Município.

Criado através da Lei Estadual n° 790, de 14/11/51, e instalada oficialmente em 14/12/52, foi desmembrado de Mandaguari.

Com uma população aproximada de 19 mil e 270 habitantes, segundo previsão do IBGE em 2007.

Seu Prefeito é Ismael Ibraim Fouani, seu Vice-Prefeito é Dermeval Antônio Gava Cavalaro e o Presidente da Câmara é o Vereador Arnaldo Mayer Rocco.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

## REQUERIMENTO N° 6106

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, REQUER depois de se ouvir o douto Plenário que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações para a população de Doutor Camargo, pela comemoração dos 45 anos de emancipação política do Município.

Criado através da Lei Estadual n° 4842 de 02/03/64, e instalado em 14 de dezembro do mesmo ano, foi desmembrado de Ivatuba.

Com uma população aproximada de 5 mil e 753 habitantes, segundo previsão do IBGE em 2009.

Seu Prefeito é Alcídio Delapria, seu Vice-Prefeito é Sérgio Borges dos Reis e o Presidente da Câmara é o Vereador Edenilson Fanti.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

## REQUERIMENTO N° 6107

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, REQUER depois de se ouvir o douto Plenário que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações para a população de Borrazópolis, pela comemoração dos 57 anos de emancipação política do Município.

Criado através da Lei Estadual n° 790, de 14/11/51, e instalada em 14/11/52, foi desmembrado de Faxinal.

Com uma população aproximada de 8 mil e 275 habitantes, segundo previsão do IBGE em 2007.

Seu Prefeito é Osvaldo Campos de Almeida, seu Vice-Prefeito é Selma Maria de Oliveira Silva e o Presidente da Câmara é o Vereador Sebastião Rodrigues Gomes.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

## REQUERIMENTO N° 6108

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, REQUER depois de se ouvir o douto Plenário que seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações para a população de Astorga, pela comemoração dos 57 anos de emancipação política do Município.

Criado através da Lei Estadual n° 790 o Município foi fundado em 14/11/51, foi elevado a Município em 14/12/52, sendo desmembrado de Arapongas.

Com uma população aproximada de 25 mil e 164 habitantes, segundo previsão do IBGE em 2009.

Seu Prefeito é Arquimedes Zirolto, seu Vice-Prefeito é Antonio Carlos Lopes e o Presidente da Câmara é o Vereador Célio de Carlis.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) LUIZ NISHIMORI



## REQUERIMENTO Nº 6118

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações e aplausos ao Município de Francisco Beltrão pela passagem no dia de hoje, 14/12, de seus 57 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Prefeito Municipal, bem como a todos os Srs. Vereadores para em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) CAÍTO QUINTANA

## REQUERIMENTO Nº 6119

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, de votos de congratulações e felicitações às autoridades e população do Município de Toledo, pela comemoração do 57º aniversário de emancipação política, no dia 14/12/09.

Graças ao trabalho, dedicação e visão de futuro da gente pioneira, que fez crescer e desenvolver aquela terra e sua gente. Toledo, hoje com 57 anos, é um Município dos mais destacados e integrado ao desenvolvimento do Oeste do Estado, e que tem um povo feliz, trabalhador, solidário e consciente de suas responsabilidades e direitos, que em conjunto às suas autoridades, desde sua fundação, são merecedores das mais entusiasmadas homenagens e aplausos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Parabéns Toledo - Parabéns Toledenses.

Requer seja oficiado às autoridades relacionadas, o teor da manifestação da Assembleia Legislativa, nas pessoas de: José Carlos Schiavinato, Prefeito Municipal e Renato Reimann, Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) DUÍLIO GENARI

## REQUERIMENTO Nº 6120

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem requerer ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne aprovar a consignação nos Anais da Sessão Plenária, do dia de hoje, de congratulações pela passagem do Dia do Engenheiro e do Arquiteto, que ocorreu na última sexta-feira dia 11 de dezembro.

Do aprovado, requer-se encaminhamento para:

CREA-PR - Presidente: Engenheiro-Agrônomo Álvaro José Cabrini Júnior; Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Cascavel, Presidente: Arquiteta e Urbanista Marli Antunes da Silva Aoki; Associação dos

Arquitetos, Agrônomos e Engenheiros de Foz do Iguaçu, Presidente: Arquiteta Melissa Boff; Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Guaira, Presidente: Engenheiro-Agrônomo Eloir Luiz Lovera; Associação Regional de Engenheiros e Arquitetos de Marechal Cândido Rondon, Presidente: Arquiteto e Urbanista Ricardo Luiz Leites de Oliveira; Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Medianeira e Região, Presidente: Engenheiro-Mecânico Wilson Rodrigues de Almeida Roballo Pereira; Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Palotina, Presidente: Arquiteto e Urbanista Jorge Lechinski; Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Toledo, Presidente: Arquiteta e Urbanista Margareth Cristiane Rech.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) ELIO RUSCH

## JUSTIFICATIVA:

Quando nos perguntamos sobre o trabalho de um engenheiro e de um arquiteto, as respostas são múltiplas. Poderíamos passar um largo tempo citando exemplos. Em praticamente tudo o que o ser humano consegue construir. Em todos os aspectos da necessidade humana de criar, crescer, progredir, viver melhor e mais confortável, na arte de embelezar, há a figura dos dois.

A saga do ser humano seria outra se não fosse a Engenharia e a Arquitetura. Desde a Idade da Pedra, passando pela revolução industrial e até os dias de hoje, em plena desenfreada globalização, são os engenheiros e os arquitetos em múltiplas especialidades que, com espírito prático e conhecimento técnico, oferecem relevante contribuição à humanidade.

As mudanças e as transformações que se desencaixam a cada dia, exigem de nós de forma desafiadora a usar melhor a criatividade, o aproveitamento de materiais através da reciclagem, a adequação de espaços, a funcionalidade e o baixo custo; tudo em busca da estética, conforto, do bem-estar, mas também, em busca de uma relação sustentável com a natureza. Sem incerteza, já é tempo de compreendermos que ela precisa de um trato mais inteligente.

E nessa tarefa os engenheiros tem uma missão da maior responsabilidade que é atuar considerando todas as necessidades que o momento nos impõe sem sacrificar o equilíbrio ambiental tão largamente ameaçado.

Sr. Presidente e nobres Pares, é com essa amplitude de visão quanto ao papel importante de engenheiros e arquitetos na construção da promoção social e harmonização de soluções tecnológicos com visão de preservação ambiental produzindo desenvolvimento econômico, que venho prestar a presente homenagem e parabenizar esses valorosos profissionais do nosso Estado pela passagem de seu dia, comemorado no dia 11 de dezembro, pois foi neste dia, no ano de 1933, que a profissão foi regulamentada no Brasil.

## REQUERIMENTO Nº 6122

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131

do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações e aplausos ao Município de Colorado pela passagem no último dia 10 de dezembro, de seus 55 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa seja ciência ao Exmo. Prefeito Municipal, bem como a todos os Senhores Vereadores para em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Colorado.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### REQUERIMENTO N° 6123

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a Universidade Federal do Paraná - UFPR, na pessoa de seu Magnífico Reitor, Professor Doutor Zaki Akel Sobrinho, em comemoração ao seu 97° aniversário.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) ROSANE FERREIRA

#### REQUERIMENTO N° 6085

Senhor Presidente:

Em atendimento ao parágrafo 1° do artigo 131 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa o envio de votos de louvor pela passagem do 57° aniversário de emancipação política do Município de Cascavel comemorado no dia 14 de dezembro do corrente.

O Município de Cascavel é uma Cidade jovem e promissora contando com cerca de 300 mil habitantes, situada na Região Oeste do Paraná, onde consolidou a posição de polo econômico regional e epicentro do MERCOSUL. Destaca-se como polo universitário, com milhares de estudantes de ensino superior em diversas instituições de ensino. É também referência na medicina e na prestação de serviços. Seu comércio e grande infraestrutura industrial e de serviços demonstram toda a grandiosidade tecnológica da Cidade. Destaca-se ainda o histórico de lutas do povo cascavelense, o qual destaca-se pelo envolvimento nos grandes temas políticos e sociais do Estado do Paraná.

A comemoração dos 57 anos de emancipação política deste importante Município paranaense é motivo de grande orgulho e merece o reconhecimento e votos de louvor da Assembleia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

#### REQUERIMENTO N° 6093

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, transcrição nos Anais da Casa dos artigos cinco décadas sem Souza Naves e 50 anos sem Souza Naves, ambos de autoria de Jornalista Léo de Almeida Neves, publicada respectivamente na Gazeta do Povo do dia 11 e o Estado do Paraná dia 10 do corrente.

Requer outrossim que da decisão da Casa seja dada ciência ao jornalista Léo de Almeida Naves bem como a Gazeta do Povo e o Jornal o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O saudoso Senador Aylon de Souza Naves, trabalhista de coração deixou imensas saudades no Paraná e no Brasil.

O desaparecimento prematuro aos 54 anos de idade, cujo desenlace mudou completamente a política no Paraná. Que Deus conserve no céu, Souza Naves para alegria se seus familiares e amigos.

### *Projetos de Lei*

#### PROJETO DE LEI N° 714/09

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1° Fica determinada a obrigatoriedade de as agências de bancos públicos e privados no Estado do Paraná oferecerem guarda-volumes aos clientes e visitantes.

Art. 2° Os equipamentos deverão de ser de utilização gratuita e seguros, para que possam acomodar bolsas, malas ou outros volumes antes de passar pelo detector de metais.

Art. 3° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

JUSTIFICATIVA:

Submeto à elevada consideração de V. Exas. para este projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de as agências de bancos públicos e privados no Estado do Paraná oferecerem guarda-volumes aos clientes e visitantes.

É inegável a valia desses equipamentos para segurança, não só de funcionários, como dos clientes. Entretanto, são frequentes os transtornos e pessoas portadoras de próteses ou outros aparelhos confeccionados com metal, que se sentem constrangidas diante do travamento das portas rotatórias.

Também é constrangedor as pessoas serem obrigadas e esvaziar bolsas, malas ou sacolas na frente dos demais clientes.

A iniciativa do projeto partiu dos próprios clientes, que buscam uma alternativa viável e segura para não

intervir no objetivo de segurança dos detectores de metais, dando aos clientes a possibilidade de deixarem seus pertences seguros ao invés de ter de passar pelo constrangimento de ficar presos nas portas com detectores de metais.

De outra parte, no que tange à competência, o presente projeto de lei encontra respaldo no artigo 24, V e XV da Constituição Federal que assim preceitua: *Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: V - produção e consumo; XV - proteção à infância e à juventude.*

Ao exposto, acrescento que toda a forma de contribuição, eficiente e eficaz, de interesse público é de suma importância e, para progredir, esta proposição necessita do apoio dos nobres Pares.

#### PROJETO DE LEI Nº 720/09

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

#### Capítulo I

Art. 1º A presente lei adota diretrizes, altera, extingue, cria e transforma cargos do Quadro Próprio do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Art. 2º Ficam extintos os seguintes cargos efetivos:

- I - 30 (trinta) cargos de Consultor Jurídico;
- II - 10 (dez) cargos de Assistente de Comissão;
- III - 13 (treze) cargos de Secretário de Comissão;
- IV - 13 (treze) cargos de Auxiliar de Comissões Permanentes;
- V - 14 (quatorze) cargos de Técnico Administrativo;
- VI - 04 (quatro) cargos de Agente de Saúde;
- VII - 10 (dez) cargos de Consultor Administrativo;
- VIII - 10 (dez) cargos de Consultor Legislativo;
- IX - 04 (quatro) cargos de Técnico em Contabilidade;
- X - 15 (quinze) cargos de Assistente Administrativo;
- XI - 05 (cinco) cargos de Auxiliar Administrativo;
- XII - 08 (oito) cargos de Ascensorista;
- XIII - 15 (quinze) cargos de Recepcionistas;
- XIV - 04 (quatro) cargos de Segurança;
- XV - 05 (cinco) cargos de Servente;
- XVI - 02 (dois) cargos de Telefonista;
- XVII - 01 (um) cargo de Cinegrafista.

Parágrafo Único. As alterações, transformações e criações disposta no corpo da presente lei ajustarão o Quadro de Pessoal Efetivo à realização eficiente das atividades do Poder Legislativo Estadual, que estabelecer-se-á nos moldes do Anexo I.

Art. 3º Ficam extintos os seguintes cargos de provimento em comissão:

- I - 120 (cento e vinte) cargos GPC1;
- II - 120 (cento e vinte) cargos GPC2;
- III - 120 (cento e vinte) cargos GPL1;
- IV - 120 (cento e vinte) cargos GPL2;
- V - 12 (doze) cargos GPE1;
- VI - 09 (nove) cargos AE-1.

Art. 4º Ficam transformados em igual número de cargos, aqueles que possuem as simbologias GP, GP1, GP2, GP3, GP4, GP5, GPE1, GPE2 e GPE3 em simbologias G1, G2, G3, G4, G5, G6 e G7.

§ 1º A nova simbologia prevista no *caput* terá seus vencimentos básicos estabelecidos nos moldes do Anexo II desta lei.

Art. 5º Ficam transformados em igual número de cargos, aqueles que possuem as simbologias 1-C, 3-C, 4-C, 6-C em simbologia G.

Art. 6º Ficam transformados 05 (cinco) cargos de simbologia 1-G, em 01 (um) cargo de simbologia DAS-01.

Parágrafo Único. Ficam transformados os cargos restantes que possuem as simbologias 1-G em simbologia G.

Art. 7º Fica alterada a nomenclatura de 09 (nove) cargos de Subdiretor Geral, em 09 (nove) cargos de Assessor de Diretoria, sem prejuízo da simbologia utilizada.

#### Capítulo II

Art. 8º Os cargos remanescentes transformados pelo Capítulo I, salvo os já existentes, ficam reestruturados nos termos dos artigos seguintes:

Art. 9º Cada gabinete parlamentar contará com a seguinte estrutura relativa aos cargos de provimento em comissão:

- I - 01 (um) cargo de simbologia G1;
- II - 01 (um) cargo de simbologia G2;
- III - 02 (dois) cargos de simbologia G3;
- IV - 02 (dois) cargos de simbologia G5;
- V - 05 (cinco) cargos de simbologia G6;
- VI - 10 (dez) cargos de simbologia G7.

Art. 10. As lideranças ou blocos poderão contar com a estrutura relativa aos cargos de provimento em comissão de até:

- I - 02 (dois) cargos de simbologia G2;
- II - 03 (três) cargos de simbologia G3;
- III - 05 (cinco) cargos de simbologia G4;
- IV - 02 (dois) cargos de simbologia G5;

Art. 11. As Comissões poderão contar com a estrutura relativa aos cargos de provimento em comissão de até:

- I - 02 (dois) cargos de simbologia G2;
- II - 03 (três) cargos de simbologia G3;
- III - 05 (cinco) cargos de simbologia G4;
- IV - 02 (dois) cargos de simbologia G5;

Art. 12. A Presidência contará com a seguinte estrutura relativa aos cargos de provimento em comissão:

- I - 02 (dois) cargos de simbologia DAS-02;
- II - 04 (quatro) cargos de simbologia DAS-04;
- III - 05 (cinco) cargos de simbologia DAS-05;
- IV - 04 (quatro) cargos de simbologia G5;

Art. 13. Os gabinetes da 1ª, 2ª e 3ª Vice-Presidência contarão com a seguinte estrutura relativa aos cargos de provimento em comissão:

- I - 02 (dois) cargos de simbologia DAS-04;
- II - 04 (quatro) cargos de simbologia DAS-05;

Art. 14. O gabinete da 1ª Secretaria contará com a seguinte estrutura relativa aos cargos de provimento em comissão:

- I - 02 (dois) cargos de simbologia DAS-02;
- II - 04 (quatro) cargos de simbologia DAS-04;
- III - 04 (quatro) cargos de simbologia DAS-05;
- IV - 04 (quatro) cargos de simbologia G5;

Art. 15. O gabinete da 2ª Secretaria contará com a seguinte estrutura relativa aos cargos de provimento em comissão:

- I - 04 (quatro) cargos de simbologia DAS-04;
- II - 03 (três) cargos de simbologia DAS-05;

Art. 16. Os gabinetes da 3ª, 4ª e 5ª Secretarias contarão com a seguinte estrutura relativa aos cargos de provimento em comissão:

- I - 02 (dois) cargos de simbologia DAS-04;
- II - 04 (quatro) cargos de simbologia G5.

Art. 17. O gabinete da Procuradoria Geral contará com a seguinte estrutura relativa aos cargos de provimento em comissão:

- I - 02 (dois) cargos de simbologia DAS-02;
- II - 10 (dez) cargos de simbologia DAS-05.

Art. 18. A administração do Poder Legislativo Estadual contará com a seguinte estrutura relativa aos cargos de provimento em comissão:

- I - 60 (sessenta) cargos de simbologia DAS-05;
- II - 150 (cento e cinquenta) cargos de simbologia G-5;
- III - 150 (cento e cinquenta) cargos de simbologia G6.

Art. 19. A Diretoria Geral contará com a seguinte estrutura relativa aos cargos de provimento em comissão:

- I - 01 (um) cargo de simbologia DAS-01;
- II - 02 (dois) cargos de simbologia DAS-02;
- III - 01 (um) cargo de simbologia DAS-04;
- IV - 02 (dois) cargos de simbologia DAS-5;
- V - 01 (um) cargo de simbologia G1;
- VI - 03 (três) cargos de simbologia G4.

Art. 20. Caberá às outras diretorias a estrutura relativa aos cargos de provimento em comissão de até:

- I - 05 (cinco) cargos de simbologia DAS-05;
- II - 03 (três) cargos de simbologia G5.

Parágrafo Único. A Coordenação da Gráfica terá um cargo de provimento em comissão de simbologia DAS-2.

### Capítulo III

Art. 21. A Comissão Executiva concederá gratificação de apoio administrativo, para aqueles serviços que exercerem função de auxílio à administração, desde que regularmente atestado pelo chefe do setor onde estiver lotado, exclusiva aos ocupantes de cargos de provimento em comissão, nos termos e determinações estabelecidas pela Comissão Executiva.

§ 1º A gratificação pretendida destina-se tão somente àqueles servidores que exerçam funções especiais, que cumpram carga horária superior à regulamentar, assim definidas em regulamento próprio.

§ 2º A gratificação possui natureza transitória e não compõe a base de cálculo para fins previdenciários.

Art. 22. Os benefícios estabelecidos na Lei nº 6174 de 16/11/70, especialmente as gratificações pelo exercício de encargos especiais previsto nos artigos 172, VIII, 173 e 178, poderão ser concedidas aos servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão, nos moldes regulamentados pela Comissão Executiva do Poder Legislativo.

Art. 23. Os servidores efetivos, estáveis, bem como os ocupantes de cargos de provimento em comissão será concedido verba de representação, atinente à natureza do cargo desempenhado, nos moldes e limites regulamentados pela Comissão Executiva do Poder Legislativo, nos moldes do Anexo III.

Art. 24. As gratificações e demais benefícios referidos neste capítulo serão devidos ao servidor alocado na respectiva unidade do Poder, e enquanto estiver no exercício de suas atribuições ou funções, cessando seu pagamento quando do afastamento não remunerado, disponibilidade do cargo ou função e disponibilidade funcional.

**Capítulo IV**

Art. 25. Fica expressamente vedada a acumulação de cargos.

Art. 26. A indicação para os cargos de provimento em comissão e a fixação dos respectivos níveis de retribuição, serão feitas pelo titular do gabinete, observada ainda a limitação de verba de gabinete.

Parágrafo Único. A movimentação nos níveis de retribuição independe de exoneração e nomeação, atingirá somente o salário-base, e surgirá efeitos a partir da data de comunicação à Diretoria Geral, nos moldes estabelecidos em ato da Comissão Executiva.

Art. 27. O disposto no artigo 8º que não for contemplado pelo capítulo II, terá sua destinação vinculada à deliberação específica do Presidente da Assembleia Legislativa.

Art. 28. O disposto nos artigos 10 e 11 da presente lei serão regulamentados por ato da Comissão Executiva.

Art. 29. Ato da Comissão Executiva regulamentará a regra de transição da situação atual, promovendo a compatibilização para o previsto nesta lei, bem como disciplinará os casos omissos.

Art. 30. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta e dotação orçamentária próprias do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Art. 31. As alterações, transformações, incorporações e criações dos cargos previstos nesta lei, assim como qualquer aumento de despesa dela decorrente, ficam condicionados ao cumprimento dos requisitos e dos limites previstos na Lei Complementar Federal nº 101, de 05/05/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 32. Esta lei entrará em vigor 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

VALDIR ROSSONI - 2º Secretário

**ANEXO I**

<b>Situação Proposta</b>			
<b>Denominação</b>	<b>Nº Cargos</b>	<b>Habilitação</b>	<b>Nível</b>
Consultor Jurídico	05	Curso superior em Direito com inscrição na OAB	F01 até G11

<b>GRUPO DE ATIVIDADES E ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO</b>			
<b>Situação Proposta</b>			
<b>Denominação</b>	<b>Nº Cargos</b>	<b>Habilitação</b>	<b>Nível</b>
Consultor Técnico Legislativo	03	Curso Superior	
Assistente de Comissão	05	Curso Superior	F01 até F11
Consultor Legislativo	15	Curso Superior	F01 até F11
Secretário de Comissão	02	Curso Superior	F01 até F11
Auxiliar de Comissões Permanentes	02	Ensino Médio (2º Grau)	C01 até C11
Taquígrafo	15	Curso de taquígrafo	E01 até F11
Jornalista	07	Curso Superior	F01 até F11

GRUPO DE ATIVIDADES E ASSESSORAMENTO ADMINISTRATIVO			
Situação Proposta			
Denominação	Nº Cargos	Habilitação	Nível
ÁREA UNIVERSITÁRIA			
Consultor Jurídico	30	Curso Superior em Direito e inscrição na OAB	F11 até G11
Consultor Legislativo	10	Curso Superior	F01 até F11
Consultor Administrativo	50	Curso Superior	E01 até F05
Biblioteconomista	01	Curso Superior	E01 até E10

ÁREA DE SAÚDE			
Denominação	Nº Cargos	Habilitação	Nível
Médico	18	Diploma de Medicina	F01 até F11
Dentista	10	Diploma de Odontologia	F01 até F11
Enfermeiro	02	Diploma de Enfermagem	D01 até D11
Auxiliar de Enfermagem	06	Curso Técnico de Enfermagem	D01 até D11
Agente de Saúde	15	Diploma de Curso Superior em outras áreas de Saúde	E01 até E11
Biólogo	02	Curso Superior	D01 até D11

ÁREA DE INFORMÁTICA			
Denominação	Nº Cargos	Habilitação	Nível
Analista de Sistemas	04	Curso Superior	F01 até F11
Programador "A"	03	Curso Superior	F01 até F11
Programador "B"	04	Curso Técnico	D01 até D11
Operador	10	Curso Técnico	D01 até D11
Digitador	10	Curso Técnico	D01 até D11

ÁREA DE ARTES GRÁFICAS			
Denominação	Nº Cargos	Habilitação	Nível
Editor	04	Curso Técnico	D01 até D11
Designer Gráfico	03	Curso Técnico	D01 até D11
Revisor	04	Curso Superior	E01 até F11
Arte-Finalista	04	Curso Técnico	D01 até D11
Impressor	06	Curso Técnico	D01 até D11

ÁREA DE ARTES GRÁFICAS			
Encadernador	06	Curso Técnico	D01 até D11

ÁREA TÉCNICA ADMINISTRATIVA			
Denominação	Nº Cargos	Habilitação	Nível
Técnico Administrativo	95	Ensino Médio (2º Grau)	C01 até C11
Contabilista	05	Curso Superior	E01 até F11
Técnico em Contabilidade	20	Curso Técnico em Contabilidade	D01 até D11
Calígrafo	02	Ensino Médio de 2º Grau	D01 até D11
Fotógrafo	03	Ensino Médio de 2º Grau	D01 até D11
Cinegrafista	02	Ensino Médio de 2º Grau	D01 até D09
Músico	02	Ensino Médio de 2º Grau	D01 até D09
Almoxarife	06	Ensino Médio de 2º Grau	D01 até D11
Auxiliar Cerimonial	10	Ensino Médio de 2º Grau	D01 até D11
Técnico em Climatização	04	Ensino Médio de 2º Grau	D01 até D11
Técnico de Som	03	Ensino Médio de 2º Grau	D01 até D11
Digitador	16	Ensino Médio de 2º Grau	D01 até D11
Bibliotecário	02	Ensino Médio de 2º Grau	D01 até D11

ÁREA DE SERVIÇOS GERAIS			
Denominação	Nº Cargos	Habilitação	Nível
Assistente Administrativo	30	Ensino Fundamental (1º Grau)	A01 até A11
Auxiliar Administrativo	55	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Ascensorista	15	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Garagista	06	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Jardineiro	04	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Mecânico	02	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Motorista	10	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Porteiro	15	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Recepcionista	10	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Segurança	20	Ensino Fundamental (1º Grau)	B05 até C11
Servente	15	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Telefonista	10	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Zelador	03	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11

ÁREA DE SERVIÇOS GERAIS			
Operador de Fotocopiadora	05	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Auxiliar de Plenário	08	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Garçon	10	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Pintor	03	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Eletricista	03	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Carpinteiro	03	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Pedreiro	03	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Barbeiro	03	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11
Chaveiro	02	Ensino Fundamental (1º Grau)	B01 até B11

## ANEXO II

Simbologia	Valor
G	R\$ 4.000,00
G1	R\$ 4.000,00
G2	R\$ 3.500,00
G3	R\$ 3.000,00
G4	R\$ 2.500,00
G5	R\$ 1.800,00
G6	R\$ 1.200,00
G7	R\$ 600,00

I

## ANEXO III

Nível	Limite da Verba de Representação
Nível básico e médio	até 20% (vinte por cento) do vencimento básico
Nível superior	até 40% (quarenta por cento) do vencimento básico
Comissionados	até 100% (cem por cento) do vencimento básico

## ANEXO IV

Simbologia	Correspondência
G	Nível G, referência 11
G1	Nível G, referência 01



**ANEXO IV**

<b>Simbologia</b>	<b>Correspondência</b>
G2	Nível F, referência 11
G3	Nível F, referência 01
G4	Nível E, referência 11
G5	Nível E, referência 01
G6	Nível C, referência 11
G7	Nível C, referência 01

**ANEXO V**

	5,00%							
	AA	A	B	C	D	E	F	G
1	873,15	1.629,88	1.911,05	2.240,73	2.627,28	3.080,46	3.611,72	4.234,63
2	898,61	1.653,62	1.938,88	2.273,39	2.665,55	3.125,35	3.664,35	4.287,26
3	925,29	1.677,71	1.967,12	2.306,50	2.704,39	3.170,88	3.717,75	4.340,63
4	953,19	1.702,17	1.995,79	2.340,10	2.743,80	3.217,08	3.771,90	4.394,79
5	982,29	1.726,97	2.024,87	2.374,21	2.783,79	3.263,94	3.826,85	4.449,75
6	1.012,61	1.752,12	2.054,39	2.408,78	2.824,36	3.311,49	3.882,61	4.505,51
7	1.044,13	1.777,66	2.084,32	2.443,89	2.865,50	3.359,73	3.939,15	4.562,11
8	1.076,88	1.803,55	2.114,71	2.479,52	2.907,28	3.408,69	3.996,55	4.619,50
9	1.110,84	1.829,88	2.145,56	2.515,67	2.949,64	3.458,35	4.054,80	4.677,71
10	1.146,01	1.856,54	2.176,82	2.552,32	2.992,63	3.508,73	4.113,86	4.736,78
11	1.182,38	1.883,58	2.208,53	2.589,52	3.036,25	3.559,85	4.173,80	4.796,73

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS - JUSTIFICATIVA**

A presente proposta Legislativa, apresentada pela Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vem em momento bastante oportuno. Isso pois, a proposição visa reorganizar e readequar a estrutura funcional dos quadros efetivos, bem como dos ocupantes de cargos de provimento em comissão do Poder Legislativo Estadual.

Nesse sentido, diversas medidas legislativas foram tomadas com fim precípuo de melhor atender as estruturas administrativas, legislativas e funcionais componentes dessa Casa. É bastante relevante destacar, inicialmente, que a proposta atende finalidades e princípios positivados no ordenamento Constitucional, com intuito vertebral de atender os ditames norteadores da Administração Pública.

Seguindo o raciocínio Constitucional, a proposta extingue um universo de 501 (quinhentos e um) cargos de provimento em comissão, sendo: 120 (cento e vinte) cargos GPC1; 120 (cento e vinte) GPC2; 120 (cento e vinte) cargos GPL1; 120 (cento e vinte) cargos GPL2; 12 (doze) cargos GPE1; 09 (nove) cargos AE-1.

Mais ainda, a proposta extingue também os seguintes cargos efetivos: 30 (trinta) cargos de Consultor Jurídico; 10 (dez) cargos de Assistente de Comissão; 13 (treze) cargos de Secretário de Comissão; 13 (treze) cargos de Auxiliar de Comissões permanentes; 14 (quatorze) cargos de Técnico Administrativo; 04 (quatro) cargos de Agente de Saúde; 10 (dez) cargos de Consultor Administrativo; 10 (dez) cargos de Consultor Legislativo; 04 (quatro) cargos de Técnico em Contabilidade; 15 (quinze) cargos de Assistente Administrativo; 05 (cinco) cargos de Auxiliar Administrativo; 08 (oito) cargos de

Ascensorista; 15 (quinze) cargos de Recepcionista; 04 (quatro) cargos de Segurança; 05 (cinco) cargos de Servente; 02 (dois) cargos de Telefonista; 01 (um) cargo de Cinegrafista.

Aqui, levando-se em consideração a somatória dos cargos de provimento em comissão extintos, bem como dos cargos efetivos, alcançamos um total de 664 (seiscentos e sessenta e quatro) extinções.

A extinção de cargos que tornaram-se inadequados ou desatendem as finalidades a que foram propostas é medida coerente e proba, razoável e plenamente tangível à boa gerência da administração do Poder Legislativo.

Essa é a toada em que se encontra a atual administração deste Poder, melhor identificado desde o fim do voto secreto, a implantação da TV SINAL, a instalação do Painel Eletrônico, o Portal da Transparência, o fim do Nepotismo e agora com a reestruturação administrativa da Casa.

Quando muitos administradores públicos se apressam em criar cargos em vários dos entes federados, a

Assembleia Legislativa do Paraná tem uma posição firme de frear e cortar gastos, impedindo por força de lei, o ímpeto de nomeação de cargos comissionados vagos, onerando desnecessariamente a folha de pagamento deste Poder.

Como consequência lógica, a extinção de cargos e consequente diminuição do quadro de servidores, ensejam de imediato uma reorganização das definições, atribuições e demais características daqueles que na Administração permaneceram.

Nessa esteira, o quadro de servidores efetivos fora alterado, redefinindo-se adequadamente as atribuições e características peculiares para cada caso, ganhando simples, porém necessárias alterações, sem prejuízo do ideal funcionamento da Assembleia Legislativa.

Para demonstrar a readequação instituída, fez-se necessário a elaboração de um quadro comparativo, conforme segue:

Situação Atual				Situação Proposta			
Denominação	Nº Cargos	Habilitação	Nível	Denominação	Nº Cargos	Habilitação	Nível
Consultor Jurídico	35	Curso superior em Direito com inscrição na OAB	E01 até G11	Consultor Jurídico	5	Curso superior em Direito com inscrição na OAB	F01 até G11
<b>Subtotal</b>	35			<b>Subtotal</b>	5		

GRUPO DE ATIVIDADES E ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO							
Situação Atual				Situação Proposta			
Denominação	Nº Cargos	Habilitação	Nível	Denominação	Nº Cargos	Habilitação	Nível
Consultor Técnico Legislativo	3	Curso Superior	Anexo VI Resolução 007/04	Consultor Técnico Legislativo	3	Curso Superior	
Assistente de Comissão	15	Curso Superior	E01 até E09	Assistente de Comissão	5	Curso Superior	F01 até F11
Consultor Legislativo	15	Curso Superior	E01 até F11	Consultor Legislativo	15	Curso Superior	F01 até F11
Secretário de Comissão	15	Curso Superior	E01 até F11	Secretário de Comissão	2	Curso Superior	F01 até F11
Auxiliar de Comissões Permanentes	15	Ensino Médio (2º Grau)	B01 até C11	Auxiliar de Comissões Permanentes	2	Ensino Médio (2º Grau)	C01 até C11

GRUPO DE ATIVIDADES E ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO							
Situação Atual				Situação Proposta			
Denominação	Nº Cargos	Habilitação	Nível	Denominação	Nº Cargos	Habilitação	Nível
Taquígrafo	15	Curso de Taquigrafia	D01 até F05	Taquígrafo	15	Curso de Taquígrafo	E01 até F11
Jornalista	7	Curso Superior	E01 até F11	Jornalista	7	Curso Superior	F01 até F11
<b>Subtotal</b>	85			<b>Subtotal</b>	49		

GRUPO DE ATIVIDADES E ASSESSORAMENTO ADMINISTRATIVO							
ÁREA UNIVERSITÁRIA							
Situação Atual				Situação Proposta			
Denominação	Nº Cargos	Habilitação	Nível	Denominação	Nº Cargos	Habilitação	Nível
Consultor Jurídico	30	Curso superior em Direito e inscrição na OAB	E01 até G11	Consultor Jurídico	30	Curso superior em Direito e inscrição na OAB	F11 até G11
Consultor Legislativo	30	Curso Superior	E01 até F11	Consultor Legislativo	20	Curso Superior	F01 até F11
Consultor Administrativo	70	Curso Superior	D01 até F05	Consultor Administrativo	60	Curso Superior	E01 até F05
Biblioteconomista	1	Curso Superior	D01 até E10	Biblioteconomista	1	Curso Superior	E01 até E10
<b>Subtotal</b>	131			<b>Subtotal</b>	111		
ÁREA DE SAÚDE							
Médico	18	Diploma de Medicina	E01 até F03	Médico	18	Diploma de Medicina	F01 até F11
Dentista	10	Diploma de Odontologia	E01 até F03	Dentista	10	Diploma de Odontologia	F01 até F11
Enfermeiro	5	Diploma de Enfermagem	D01 até D11	Enfermeiro	5	Diploma de Enfermagem	D01 até D11
Auxiliar de Enfermagem	6	Curso Técnico de Enfermagem	C01 até D01	Auxiliar de Enfermagem	6	Curso Técnico de Enfermagem	D01 até D11
Agente de Saúde	19	Diploma de Curso Superior em outras áreas de saúde	D01 até E01	Agente de Saúde	15	Diploma de Curso Superior em outras áreas de saúde	E01 até E11
Biólogo	2	Curso Superior	C07 até D11	Biólogo	2	Curso Superior	D01 até D11

<b>Subtotal</b>	60			<b>Subtotal</b>	56		
<b>ÁREA DE INFORMÁTICA</b>							
Analista de Sistemas	4	Curso Superior	E01 até F11	Analista de Sistemas	4	Curso Superior	F01 até F11
Programador "A"	3	Curso Superior	E01 até F11	Programador "A"	3	Curso Superior	F01 até F11
Programador "B"	4	Curso Técnico	C01 até D10	Programador "B"	4	Curso Técnico	D01 até D11
Operador	10	Curso Técnico	C01 até D05	Operador	10	Curso Técnico	D01 até D11
Digitador	10	Curso Técnico	C01 até D02	Digitador	10	Curso Técnico	D01 até D11
<b>Subtotal</b>	31			<b>Subtotal</b>	31		
<b>ÁREA DE ARTES GRÁFICAS</b>							
Editor	4	Curso Técnico	C01 até D10	Editor	4	Curso Técnico	D01 até D11
Designer Gráfico	3	Curso Técnico	C01 até D08	Designer Gráfico	3	Curso Técnico	D01 até D11
Revisor	4	Curso Superior	D01 até F11	Revisor	4	Curso Superior	E01 até F11
Arte-finalista	4	Curso Técnico	C01 até D06	Arte-finalista	4	Curso Técnico	D01 até D11
Impressor	6	Curso Técnico	C01 até D06	Impressor	6	Curso Técnico	D01 até D11
Encadernador	6	Curso Técnico	C01 até D06	Encadernador	6	Curso Técnico	D01 até D11
<b>Subtotal</b>	27			<b>Subtotal</b>	27		
<b>ÁREA TÉCNICA ADMINISTRATIVA</b>							
Técnico Administrativo	109	Ensino Médio (2º grau)	B01 até C11	Técnico Administrativo	109	Ensino Médio (2º grau)	C01 até C11
Contabilista	5	Curso Superior	D01 até F11	Contabilista	5	Curso Superior	E01 até F11
Técnico em Contabilidade	24	Curso Técnico em Contabilidade	C01 até D11	Técnico em Contabilidade	24	Curso Técnico em Contabilidade	D01 até D11
Calígrafo	2	Ensino Médio (2º grau)	C01 até D10	Calígrafo	2	Ensino Médio (2º grau)	D01 até D11
Fotógrafo	3	Ensino Médio (2º grau)	C01 até D09	Fotógrafo	3	Ensino Médio (2º grau)	D01 até D11

Cinegrafista	3	Ensino Médio (2º grau)	C01 até D09	Cinegrafista	2	Ensino Médio (2º grau)	D01 até D09
Músico	2	Ensino Médio (2º grau)	C01 até D09	Músico	2	Ensino Médio (2º grau)	D01 até D09
Almoxarife	6	Ensino Médio (2º grau)	C01 até D09	Almoxarife	6	Ensino Médio (2º grau)	D01 até D11
Auxiliar Cerimonial	10	Ensino Médio (2º grau)	C01 até D05	Auxiliar Cerimonial	10	Ensino Médio (2º grau)	D01 até D11
Técnico em Climatização	4	Ensino Médio (2º grau)	C01 até D05	Técnico em Climatização	4	Ensino Médio (2º grau)	D01 até D11
Técnico de Som	3	Ensino Médio (2º grau)	C01 até D05	Técnico de Som	3	Ensino Médio (2º grau)	D01 até D11
Datilógrafo	16	Ensino Médio (2º grau)	C01 até D05	Datilógrafo	16	Ensino Médio (2º grau)	D01 até D11
Bibliotecário	2	Ensino Médio (2º grau)	C01 até D05	Bibliotecário	2	Ensino Médio (2º grau)	D01 até D11
<b>Subtotal</b>	189			<b>Subtotal</b>	170		
<b>ÁREA DE SERVIÇOS GERAIS</b>							
Assistente Administrativo	45	Ensino Fundamental (1º grau)	A01 até A11	Assistente Administrativo	30	Ensino Fundamental (1º grau)	A01 até A11
Auxiliar Administrativo	60	Ensino Fundamental (1º grau)	A01 até B11	Auxiliar Administrativo	55	Ensino Fundamental (1º grau)	B01 até B11
Ascensorista	23	Ensino Fundamental (1º grau)	A01 até B08	Ascensorista	15	Ensino Fundamental (1º grau)	B01 até B11
Garagista	6	Ensino Fundamental (1º grau)	A01 até B08	Garagista	6	Ensino Fundamental (1º grau)	B01 até B11
Jardineiro	4	Ensino Fundamental (1º grau)	A01 até B08	Jardineiro	4	Ensino Fundamental (1º grau)	B01 até B11
Mecânico	2	Ensino Fundamental (1º grau)	A01 até B08	Mecânico	2	Ensino Fundamental (1º grau)	B01 até B11

Motorista	10	Ensino Fundamental (1º grau)	A01 até B08	Motorista	10	Ensino Fundamental (1º grau)	B01 até B11
Porteiro	15	Ensino Fundamental (1º grau)	A01 até B08	Porteiro	15	Ensino Fundamental (1º grau)	B01 até B11
Recepcionista	25	Ensino Fundamental (1º grau)	A01 até B08	Recepcionista	10	Ensino Fundamental (1º grau)	B01 até B11
Segurança	24	Ensino Fundamental (1º grau)	A05 até C06	Segurança	20	Ensino Fundamental (1º grau)	B05 até C11
Servente	20	Ensino Fundamental (1º grau)	A01 até B08	Servente	15	Ensino Fundamental (1º grau)	B01 até B11
Telefonista	12	Ensino Fundamental (1º grau)	A01 até B08	Telefonista	10	Ensino Fundamental (1º grau)	B01 até B11
Zelador	3	Ensino Fundamental (1º grau)	A01 até B08	Zelador	3	Ensino Fundamental (1º grau)	B01 até B11
Operador de Fotocopiadora	5	Ensino Fundamental (1º grau)	A01 até B08	Operador de Fotocopiadora	5	Ensino Fundamental (1º grau)	B01 até B11
Auxiliar de Plenário	8	Ensino Fundamental (1º grau)	A01 até B08	Auxiliar de Plenário	8	Ensino Fundamental (1º grau)	B01 até B11
Garçon	10	Ensino Fundamental (1º grau)	A01 até B08	Garçon	10	Ensino Fundamental (1º grau)	B01 até B11
Pintor	3	Ensino Fundamental (1º grau)	A01 até B08	Pintor	3	Ensino Fundamental (1º grau)	B01 até B11
Eletricista	3	Ensino Fundamental (1º grau)	A01 até B08	Eletricista	3	Ensino Fundamental (1º grau)	B01 até B11
Carpinteiro	3	Ensino Fundamental (1º grau)	A01 até B08	Carpinteiro	3	Ensino Fundamental (1º grau)	B01 até B11
Pedreiro	3	Ensino Fundamental (1º grau)	A01 até B08	Pedreiro	3	Ensino Fundamental (1º grau)	B01 até B11
Barbeiro	3	Ensino Fundamental (1º grau)	A01 até B08	Barbeiro	3	Ensino Fundamental (1º grau)	B01 até B11

Chaveiro	2	Ensino Fundamental (1º grau)	A01 até B08	Chaveiro	2	Ensino Fundamental (1º grau)	B01 até B11
<b>Subtotal</b>	289			<b>Subtotal</b>	235		

Ao mesmo tempo em que se apresentam alterações importantes para os servidores do quadro efetivo, não menos significativas foram as realocações e transformações feitas aos servidores detentores dos cargos de provimento em comissão.

Vale dizer, várias simbologias diferentes e ultrapassadas, face a necessidade premente de uniformização e padronização, foram substituídas por simbologias adequadas, mediante transformações, esclarecendo e melhor atendendo as finalidades a que se propõe cada simbologia, com finalidade precípua de facilitar a compreensão e a transparência da gestão administrativa do Poder.

Toda a miscelânea de simbologias existentes até o momento, foram extintas e as remanescentes substituídas por simbologias de fácil compreensão, tais como: G e a manutenção das DAS amplamente utilizados pelos demais Poderes do Estado do Paraná.

Entretanto, não há como a lei prever ou dispor sobre todos os pormenores que envolvem tão minuciosa situação.

Uma vez que a lei não consegue abarcar todas as hipóteses ou possibilidades e meandros existentes nas relações entre a administração e os servidores, fazendo com que muitas situações devam ser reguladas mediante atos administrativos, ainda que de cunho geral.

Reiterando tal posicionamento, o Doutrinador Paranaense, Marçal Justen Filho bem dispôs ao explicar tal fato:

“Mais ainda, a existência do dever implícito deve ser traduzida explicitamente, na medida em que tal seja possível, mediante atos administrativos de efeito geral. A impossibilidade de a lei prever todos os deveres inerentes à condição de servidor público não acarreta a desnecessidade de atos administrativos de cunho geral. Isso é fundamental para permitir a orientação das condutas de todos os envolvidos, especialmente os cidadãos. (JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2005)

Por essa razão, fez-se imperioso a concessão da *vacatio Legis* de 45 (quarenta e cinco) dias, a fim de possibilitar a referida regulamentação.

Portanto, as medidas aqui adotadas, farão com que o Poder Legislativo Estadual possa melhor atender as expectativas relativas ao desempenho de suas atividades, gestão de pessoal e organização administrativa da casa. É também por zelo e atendimento aos ditames constitucionais impostos no ordenamento pátrio, ao qual os submetemos, que instituímos as presentes alterações, e, de modo bastante especial, a extinção dos cargos de provimento em comissão e efetivos que não mais se adequavam à real necessidade disposta pela casa.

Assim, pedimos o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente medida.

### DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento às disposições da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (artigo 17, parágrafos 1º e 2º), que a despesa resultante do presente de lei está contemplada na Lei Orçamentária do Exercício Financeiro de 2010 e no Plano Plurianual 2009/2011, não sendo necessária, portanto, a adoção de medidas compensatórias.

Curitiba, 14/12/09.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

### PROJETO DE LEI Nº 721/09

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Estado do Paraná responsável pela liberação da cobrança da taxa de 2ª via, referente a documentos emitidos por órgãos públicos estaduais, quando envolverem qualquer tipo de roubo ou furto.

Parágrafo Único. O direito a isenção referida no *caput* dar-se-á mediante apresentação da ocorrência policial.

Art. 2º As eventuais despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, e suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

### JUSTIFICATIVA:

Quando um cidadão tem a infelicidade de ter seus documentos pessoais de natureza pública furtados ou roubados, tem que pagar altas taxas para fazer a 2ª via desses documentos.

É justa a isenção desses valores no caso de furto ou roubo, pois tal situação originou-se da ausência do poder de polícia do Estado.

Quem perdeu os documentos ou os deixou estragar, tem que pagar os valores cobrados, pois é dever de cada cidadão cuidar e zelar pelos próprios documentos públicos, mas sendo esses documentos furtados ou roubados, deve o Estado isentar o cidadão do pagamento dos valores da 2ª via, pois o mesmo já está sofrendo com o

ilícito penal sofrido, e a cobrança desses valores só torna a situação mais danosa.

Frisa-se que a isenção da 2ª via dos documentos expedidos pelos órgãos públicos estaduais deve ser considerada mediante apresentação da ocorrência policial justificada.

Outrossim, a Constituição Estadual do Paraná assegura a iniciativa parlamentar no caso em comento, através do seu artigo 53 que assim dispõe:

*Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente: III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas.*

Assim, considerando a pertinência e competência da matéria em questão, solicitamos aos Pares desta Casa a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 722/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecida contagem de tempo de contribuição previdenciária do professor do período trabalhado antes do provimento em cargos públicos da carreira de professor da rede estadual de Educação Básica do Paraná.

§ 1º - O tempo de contribuição de que trata o *caput* deste artigo será contado em um cargo quando o servidor trabalhou com jornada de até 20 (vinte) horas ou horas-aula semanais.

§ 2º - Se a jornada semanal foi superior a 20 (vinte) horas-aula por semana, a contagem de tempo será feita nos dois (2) cargos de 20 (vinte) horas ou 20 (vinte) horas-aula por semana.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

#### JUSTIFICATIVA:

A ocupação de cargo público da carreira de professor da Educação Básica do Paraná se dá majoritariamente pelo regime de 20 horas semanais, tendo grande parte destes profissionais a ocupação de dois cargos a fim de dedicarem-se com exclusividade à carreira docente.

Quando da contagem de tempo para fins de aposentadoria, no entanto, o período de contribuição anterior ao provimento no cargo público, quando com carga horária superior à 20 horas não é considerado para os dois cargos, sendo o servidor prejudicado, pois a contribuição previdenciária foi sobre toda a carga horária, mas o tempo será contabilizado apenas para um cargo de 20 horas.

O presente projeto de lei pretende corrigir esta injustiça, garantindo o instrumento legal para o desmem-

bramento da contagem do tempo de contribuição previdenciária de forma a atender a especificidade do regime de trabalho da categoria do magistério público estadual.

PROJETO DE LEI Nº 723/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual a APPAF - Associação de Pais, Professores, Alunos e Funcionários do Centro Estadual de Educação Profissional Manoel Moreira Pena, com sede e foro na Cidade de Foz do Iguaçu/PR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/12/09.

(a) RENI PEREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

O título que ora busca se conceder tem por objetivo fomentar o ensino no Estado do Paraná, isto porque a Associação tratada tem por objetivos prestar assistência aos educandos, professores e funcionários, bem como representar os interesses reais de toda comunidade escolar, consoante se denota de seu Estatuto Social.

Por ser assim e a partir da percepção da educação como sendo direito constitucionalmente assegurado, conforme segue:

*Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 026, de 2000)*

*Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

Toda ação pois, que vier a estimular o debate e a avanço da educação deve ser estimulado pelos Poderes Públicos.

Por estas razões apresentamos o presente projeto, contando com o apoio dos demais nobres Deputados desta egrégia Casa de Leis.

#### **Pequeno Expediente:**

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

No Pequeno Expediente o primeiro orador inscrito, Deputado Antonio Belinati.

#### **Deputado Antonio Belinati (PP)**

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.



Gosto de ler e-mails aqui da tribuna, porque estou aqui como empregado do povo. Tem Deputados que acham que não tenho que ler. Não vim para cá para agradar políticos, o Parlamentar está aqui para representar o povo.

Registro o e-mail do Tenente da Polícia Militar, Sr. Caetano.

*Deputado Belinati, mais uma vez o senhor mostra a preocupação com a segurança pública paranaense. Creio que é um investimento excelente, pois cumpre preceitos basilares da nossa Carta Magna e em especial o dever da transparência da Administração Pública.*

É um projeto que apresentei aqui que, se aprovado, vai obrigar o Governo a colocar câmera em todas as viaturas da Polícia, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil.

É como vemos na TV, uma batida policial e o povo acompanha de casa. Para o bom policial é até uma boa estar sendo filmado quando há uma perseguição policial.

E diz aqui o Tenente Caetano: *A filmagem das ações policiais é um instrumento que resguarda tanto os policiais como os cidadãos de bem.*

Muito obrigado, Tenente!

E-mail de Silmeri Patrícia Rossi, Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente:

*Bom-dia Exmo. Deputado Estadual Antonio Belinati. Desde já agradecemos a sua sensibilização com a causa da criança e do adolescente do Município de Londrina. Não somente o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente agradece, mas também as entidades de Londrina, que serão beneficiadas com este recurso. Estou à disposição para maiores esclarecimentos.*

Vou ter que pagar Imposto de Renda. Deputado Marcelo Rangel, vou destinar dentro do que a lei me permite, o que tenho que pagar de Imposto de Renda, para ajudar crianças e adolescentes, ao invés de ficar no cofre do Lula, usando mal o dinheiro. Ajudar essas entidades que podem se beneficiar com uma parte daquilo que vamos pagar de Imposto de Renda.

E-mail de Maicon Mariano, Policial Militar:

*Deputado, quero agradecer pelo seu esforço gigantesco para melhorar a vida do servidor; especialmente a nossa classe, que muitos não dão valor; pois não temos direito à greve, não temos direito a sindicato, não podemos sequer reclamar de nada, pois somos militares. O que me deixa feliz é saber que temos alguns poucos como o senhor, que lutam por nós os policiais militares. Espero que sua luta continue, que o senhor não desanime nessa caminhada e tenho certeza que é verdade o que o senhor diz, que a aposentadoria de muitos Deputados será na urna, pois o povo tem boa memória, sim. Grato pela sua atenção e esforço desmedido.*

E-mail do Sr. Felipe Calixto:

*Quero parabenizá-lo pelo apoio às lutas dos servidores públicos estaduais, em especial aos servidores da Saúde, à qual meu pai pertence. Precisamos de pessoas assim na política, pessoas que não só defendem os inte-*

*resses próprios, mas sim os do povo. Muito obrigado e que Deus o abençoe.*

Alô, Governador Requião, o senhor vai ou não vai reduzir a jornada de trabalho do servidor da área de Saúde? Está na hora, Governador, como também o policial civil, que está aguardando o Plano de Cargos, Carreiras e Salários, que está também aguardando a PEC do Subsídio. Porque tem muito penduricalho que o policial recebe, mas que não conta para a aposentadoria.

Tem o soldo que é uma porcária, quando o policial morre, já teve caso de esposa de policial civil que morreu praticamente passando fome. Essa PEC transformando em subsídio, isso vai englobar tudo que o policial tem direito, inclusive para efeito de aposentadoria, não é só no caso de morte.

E-mail da Thais Silva:

*Oi Belinati, tudo bom? O senhor viu o que está acontecendo aqui em Londrina? Estão querendo aumentar de novo o IPTU na Câmara de Vereadores aqui de Londrina. Já falei sobre esse caso de Londrina com o senhor; disse que antes as propriedades não tinham muito valor; mas não adiantou nada, porque hoje se você vende uma propriedade por R\$ 100 mil não dá nem para comprar uma casa simples de tudo. O IPTU de Londrina está muito caro. Daqui a um tempo vai ser comparado com os preços de propriedades de Florianópolis. Nem em Curitiba está tão caro, como IPTU de Londrina. E ainda os ônibus de Londrina estão péssimos, são bem mais caros do que de Curitiba, as ruas de Londrina também estão um lixo e inúmeras coisas: o IPTU daqui de Londrina só aumentou e a Cidade cada vez mais ruim, sem empregos e inúmeras coisas que Londrina está péssima.*

*Chame a atenção do Prefeito e dos Vereadores para não subir o IPTU daqui. Está muito caro, Belinati. Obrigado pela atenção.*

E-mail Guilherme Sell:

*Deputado Belinati.*

*Gostaria de sugerir uma ideia de projeto, que regulamente e proporcione mais segurança para as donas de casa e familiares. Seria a implantação de embalagens mais seguras para os produtos de limpeza, em especial a água sanitária. O álcool em gel já foi uma grande evolução nessa questão, mas às vezes uma simples tampa mais segura (como as de garrafa de isotônicos) já é o suficiente. Outro exemplo é a embalagem dos remédios controlados nos EUA, em que para abrir é preciso apertar e girar a tampa três vezes. São peças plásticas de centavos, que custam vidas.*

*E que fique o alerta para essa questão, afinal é cada vez mais comum produtos de limpeza com refrigerantes. Cuidado com as crianças.*

## ***Passa a usar o horário da Liderança do PP***

O Guilherme está dando uma ideia interessante. O álcool em gel já foi uma conquista, mas deveríamos

tomar uma medida sobre vários produtos de limpeza. Vamos voltar a este assunto, achei interessante. Tem produto que deforma a mão da pessoa, o rosto. Agradeço a este cidadão.

(Lê e-mail de Aldo Moraes, parabenizando o programa Mico Belinati)

(Lê e-mail de Diego Aguilera, afirmando que quer se filiar a um partido para ser candidato). É um jovem. Completou 18 anos, tem direito de ser candidato. Aliás, tem certas coisas neste País que são esquisitas. O jovem com 16 anos pode votar para eleger até o Presidente da República. Às vezes, com o voto dele, o candidato até perde a eleição. Mas o jovem não pode tirar a carteira de habilitação, que é onde acaba dando muita “nhaca” por aí.

Queremos registrar o falecimento do radialista, meu amigo e colega de rádio, em Londrina, Décio de Jesus Oliveira, 67 anos. Trabalhava na Rádio Londrina, emissora pioneira de Londrina. Casado com Dona Joselina, deixa duas filhas: Gislaine e Gisele. Nossas condolências.

Falando sobre agente penitenciário, (lê e-mail): *Quero mostrar como funciona o sistema penitenciário do Rio de Janeiro, lembrando que aqui só estão algumas das notícias do setor.* O Waldir Benedito está expondo, vou encaminhar para o segmento da área de Segurança Pública.

Temos jornais: *Polícia Federal liga mensalão à empresa Camargo Correia.* O que estou querendo é que essa empresa, Camargo Correia, que seria uma das maiores, não teria distribuído muito, não. Parece que 250 ou R\$ 270 milhões, para os políticos. Só que diz que tem políticos do Paraná que também meteram a mão na cumbuca. Então, o ideal seria a Camargo Correia dar o nome aos bois, porque caso contrário a carapuça acaba pegando gente que não tem nada a ver. Seria interessante sabermos quais são os políticos do Paraná que se comtemplaram com ajuda da Camargo Correia.

A Folha de Londrina de hoje, traz aqui: *A carne brasileira é a carne mais cara do mundo.* Quando vejo que a carne, aqui, é uma das mais caras do mundo, tem pobre que compra um pedaço de carne, pendura no varal, toca o sino, chama a família pra cheiras a carne e só consegue quase comer carne de pescoço. A picanha, filé mignon e outras carnes é para a população mais elitizada, que tem um bom dinheiro. Agora, se a carne aqui é a mais cara do mundo, é bom falar que o juro que o Governo Lula está cobrando do povo brasileiro para sacar dinheiro no cheque especial, para usar a financeira, para fazer papagaio, empresta do banco, o juro bancário do Brasil é o segundo mais caro do mundo, a carne, a mais cara do mundo. E o que vemos é que o salário da população brasileira é dos mais baixos do mundo.

E a Gazeta do Povo traz: *Fundo de Garantia: está sendo mal administrado o dinheiro do trabalhador brasileiro.* É o dinheiro que o patrão, que o empregador recolhe para garantir um futuro mais tranquilo para a classe trabalhadora. Mas, lamentavelmente está sendo mal

administrado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Porque quando ele não acompanha sequer a evolução da taxa inflacionária, é o trabalhador perdendo o poder de compra.

Registrar a presença do Dr. Olympio de Sá Sotto Maior, que é uma das figuras mais respeitadas do Ministério Público do Brasil. Ele é hoje o grande líder do Ministério Público em todo o território brasileiro, e vem acompanhado de vários Procuradores de Justiça. A nossa homenagem, Dr. Olympio, pelo trabalho que V. Exa. realiza em uma instituição tão importante, que é o Ministério Público.

E temos nas galerias um trabalhador, o Inácio, que não é uma pessoa rica, mas que vem fazendo um trabalho muito sério a respeito desse assunto que a Gazeta do Povo mostra hoje sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Mauá. Já mostramos aqui água com chumbo, uma água contaminada que a população de Londrina, Cambé e toda a região vai consumir. Uma água que faz mal para a saúde, e o Inácio está listando várias pessoas para serem submetidas ao exame para detectar, porque muito provavelmente já estão contaminados com essa água, com o efeito dessa usina que os técnicos apontam que hoje não há necessidade de uma nova hidrelétrica, porque o Paraná, graças a Deus, está com sobra de energia elétrica. No entanto, essa obra da Usina de Mauá vai custar por volta de R\$ 1 bilhão ou mais, e a contaminação da água poderá matar muita gente ou deixar muita gente doente.

Então, diz aqui a matéria da Gazeta do Povo: *Contaminação por metais pesados é atribuída às minas de carvão da Klabin, que serão alagadas pela futura hidrelétrica de Mauá.* E o Governador insiste e insiste. Parece que os dois únicos interessados nessa usina são o Governador Requião e o empreiteiro que está contratado para fazer essa obra de mais de R\$ 1 bilhão.

E diz a matéria: *O lavrador João Maria Miranda, morador de um casebre próximo ao rio Tibagi, na zona rural de Telêmaco Borba, está sentindo fortes dores nos ossos e coceira intensa na pele. Aos 59 anos ele diz que desde a infância tem contato direto com as águas e com os peixes do rio. Exames realizados pela Universidade Estadual de Londrina, a UEL, comprovam a concentração de metais pesados no rio Tibagi perto das usinas de carvão já desativadas pela Klabin, mas que deixaram rejeitos que liberam nos elementos da natureza. Exame laboratorial comprova a presença dos mesmos metais pesados no corpo, no organismo desse lavrador de 59 anos de idade.*

Então, ao grande batalhador, a você Inácio, continue lutando. Ele tem uma área rural, e uma parte vai ser alagada para a construção dessa hidrelétrica, que vai fazer com que a população da minha Cidade, de Londrina, e da região, pela persistência de uma única autoridade, o Governador Requião, a nossa população de Londrina e região vai ter que consumir água contaminada, água que vai afetar a saúde do povo de Londrina e

da região, vai matar os peixes, vai desativar uma imensa área de produção agrícola, terra das mais férteis do mundo. Então para que essa insistência, por que o Governador Requião insiste, bate o pé?

Fica o desafio, meu caro Inácio, de que as autoridades da área da Saúde - o Governador não é médico, mas já que ele bate o pé e usa da sua autoridade para querer impor uma obra que pode matar muita gente, que pode diminuir o tempo de vida de milhares de famílias do norte do Paraná - que as autoridades da Saúde tomem uma providência para evitar esse grande mal para a saúde da população do Paraná, que é a usina hidrelétrica, que na minha opinião vai servir apenas para engordar o bolso do empreiteiro.

### ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito a atenção das Sras. e Srs. Deputados, porque nós hoje, o Grande Expediente, vamos cedê-lo ao Ministério Público, até porque hoje comemora-se nacionalmente o Dia do Ministério Público. E com satisfação esta Presidência registra a presença dos Subprocuradores Gerais da Justiça: para assuntos jurídicos, Dr. Lineu Walter Kirchner; para assuntos administrativos, Dr. José Deliberador Neto; para assuntos de planejamento institucional, Dr. Bruno Sergio Galati; Ouvidor Geral do Ministério Público, Procurador Dr. Luiz do Amaral; a coordenadora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, Procuradora Sonia Samia Galotti Bonavides; o coordenador do Núcleo de Pesquisa e Informação, Procurador da Justiça, Dr. Sérgio Renato Sinhori. Sejam bem-vindos a nossa Assembleia. Esta Casa tem mantido um extraordinário relacionamento republicano com o Ministério Público, em especial com o nosso Procurador, Dr. Olympio de Sá Sotto Maior, que conhece profundamente esta Casa e conhece as coisas do nosso Estado, tem uma folha de serviços prestados ao Estado do Paraná, não só através do Ministério Público, mas através das suas atividades sociais, que merece, sem dúvida nenhuma, a todo instante as nossas homenagens.

Nós iremos, até bem a propósito, a partir do dia 19, neste sábado próximo, a TV SINAL numa parceria com o Ministério Público, terá uma programação que vem sendo preparada já há algum tempo, me parece que semanalmente teremos essa programação através da TV SINAL. Portanto, é importante que com esta programação o Ministério Público vá ao interior do Estado, vá à sociedade, vá à comunidade, à população, para mostrar efetivamente de que maneira a população pode se valer desse órgão, desse Poder tão importante para a comunidade.

Mas, antes de passar a palavra ao Dr. Olympio de Sá Sotto Maior, quero solicitar que seja reduzida a nossa iluminação para que possamos passar o vídeo que estreia

nesta tarde de hoje no Dia do Ministério Público, que aliás é comemorado em todo o País.

### **(Apresentação do vídeo)**

Quero, nesta oportunidade, passar a palavra ao Dr. Olympio de Sá Sotto Maior.

### ***Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto***

O SR. OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO

Meus cumprimentos a todos os ilustres Deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Peço licença para uma saudação especial ao Presidente da Assembleia Legislativa, Nelson Roberto Justus; ao Deputado Fernando Scanavaca; a Deputada Rosane Ferreira, que compõe a Mesa Diretora dos trabalhos; ao Deputado Ney Leprevost, que teve a ideia de abrir as portas da Casa do Povo para a comemoração do Dia Nacional do Ministério Público; 1º Secretário Alexandre Curi. Agradecer a permanente colaboração da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com o nosso Ministério Público.

Somos parte do mesmo engenho. A Assembleia Legislativa produzindo a legislação e o Ministério Público interferindo, para que essa legislação venha produzir os resultados positivos na realidade social. Entretanto, as nossas relações são extraordinárias mesmo. Os Deputados Nelson Justus e Alexandre Curi têm sido permanentemente defensores dos melhores interesses do Ministério Público Paranaense e, em consequência, dos melhores interesses da sociedade paranaense.

Agora mesmo, com o destaque necessário, gostaria de fazer o registro que o Ministério Público Paranaense e, em consequência, dos melhores interesses da sociedade paranaense.

Agora mesmo, com o destaque necessário, gostaria de fazer o registro que o Ministério Público, para além do vídeo institucional que foi produzido pela TV SINAL e aqui exibido em primeira mão, terá um programa semanal chamado Mais Público. O objetivo desse programa, de um lado é difundir do conjunto do ordenamento jurídico brasileiro, as leis que apresentam caráter genuinamente democrático, e por isso mesmo precisam chegar ao conhecimento da população.

Sabemos que a lei, por melhor que seja, não tem o condão de alterar a realidade social. O que modifica a realidade social e o exercício dos direitos que estão previstos na lei. Infelizmente, a grande maioria da população brasileira ainda não tem conhecimento dessas legislações, dos diplomas legais, que poderiam ter essa interferência positiva na sua vida, dando-lhes um tratamento de efetivos cidadãos.

O maior objetivo do Ministério Público é exatamente como ficou dito ali no vídeo: fazer a aproximação das promessas de cidadania que já estão contempladas no ordenamento jurídico. A vida cotidiana de milhões de brasileiros - tenho certeza que a difusão dos direitos no

Programa Mais Público da TV SINAL e a indicação das atribuições dos deveres funcionais dos Promotores e Procuradores de Justiça servirão para a implementação das regras da cidadania do nosso ordenamento jurídico.

Agradeço a oportunidade. Nos sentimos honrados com o fato de a Assembleia Legislativa estar também comemorando o Dia Nacional do Ministério Público.

Termino reafirmando o compromisso do Ministério Público do Estado do Paraná em continuar com o indispensável apoio necessário da Assembleia Legislativa, de cumprir papel de efetivo defensor da sociedade paranaense, tendo claro que na nossa realidade, defender a sociedade significa, antes de tudo, defender os interesses daqueles que se encontram afastados da possibilidade do exercício dos direitos elementares da cidadania. O que se quer que o Ministério, tanto quanto já o são os Srs. Deputados, possa servir de instrumento para que ele se alcance, o quanto antes, aquilo que é indicado como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, que é o dever de instalar uma sociedade livre, justa e solidária.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Aproveitar a oportunidade da presença do Ministério Público aqui, ao tempo em que cumprimento a Conselheira do Conselho Superior do Ministério Público, Dra. Miriam de Freitas dos Santos, seja bem-vinda também a esta Casa, para dois avisos muito importantes, Dr. Olympio. A partir de amanhã, a Assembleia Legislativa coloca no ar o seu novo site. É mais um passo que damos para ampliar a transparência em relação às ações do Legislativo. A partir de amanhã, de qualquer lugar do mundo, poderemos assistir a TV SINAL pela internet. Entramos no ar a partir de amanhã, com a nossa programação normal, via internet.

E também devemos hoje, Dr. Olympio, realizando um sonho antigo da Mesa Executiva, vamos ler daqui a pouco, e amanhã votaremos na CCJ, e se possível já em 1ª discussão, a reestruturação administrativa da Assembleia Legislativa com a extinção de cargos efetivos e cargos comissionados, a transformação de cargos antigos numa nomenclatura, colocando aquilo que havíamos nos comprometido quando assumimos esta presidência, achando que só teríamos condições de fazê-lo ao final da nossa gestão. Se Deus quiser e nos ajudar faremos isso ainda este ano.

O Deputado Durval Amaral, que não se encontra na Sessão, porque isso faz parte do nosso Portal da Transparência, está junto conosco desde sábado, domingo e hoje desde as 8h30, com o Diretor Geral e outros assessores, para que possamos concluir esse trabalho. No seu gabinete, um dia, Dr. Olympio, sonhamos que isso talvez pudesse ser possível. Pois foi possível! E graças à colaboração de muita gente, da assessoria da Casa, de funcionários de uma maneira sigilosa, para que não despertasse polêmica e qualquer questiúncula de funcionários, esta-

mos realizando esse sonho. Não lemos hoje no expediente porque ainda não está pronto. Mas, até o final da Sessão, iremos lê-lo para que amanhã seja votado na CCJ.

Portanto, podemos comemorar juntos com o Ministério Público esta data tão importante que vocês comemoram nacionalmente. E para nós também é um dia muito importante.

Concedo a palavra ao Deputado Ney Leprevost, que foi quem sugeriu esta homenagem, ao tempo em que passo às mãos do nosso Procurador Dr. Olympio de Sá Sotto Maior, o nosso pinhão de ouro, para que esteja na sua mesa e que o senhor não nos esqueça.

### *Deputado Ney Leprevost (PP)*

#### O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eminentes membros do Ministério Público Estadual do Paraná, que aqui se encontram. Na verdade, na semana passada pedi autorização da Mesa Executiva para convidar o Dr. Olympio Sotto Maior para que viesse a esta Casa de Leis nesta segunda-feira, porque hoje é comemorado o Dia Nacional do Ministério Público.

Todos sabemos que a partir da Constituição de 1988 o Ministério Público passou a ter uma representatividade bastante acentuada no combate à corrupção, ao crime organizado, e também atuando em áreas fundamentais como a Saúde, os direitos do idoso, da criança, área de Educação, enfim, o Ministério Público está atuando nos mais diversos setores da sociedade.

Quero, em nome dos meus colegas Parlamentares - tenho certeza de que este é um sentimento generalizado dentro desta Casa - cumprimentar o Dr. Olympio de Sá Sotto Maior, e não apenas o Dr. Olympio, mas na pessoa dele cumprimentar cada Procurador de Justiça, cada Promotor de Justiça que está lá no interior do Estado, muitas vezes enfrentando dificuldades, muitas vezes sem muita estrutura, mas lutando para tornar o Brasil um País mais justo, um País onde cada pessoa tenha direito à cidadania, onde cada pessoa tenha direito à justiça social.

O Ministério Público é, sem dúvida alguma, um defensor intransigente e incansável do povo brasileiro, e eu, como Presidente da Comissão de Saúde desta Casa, Deputado Nelson Justus, sou testemunha que temos um trabalho amplo e de parceria com a Procuradoria, que cuida da área de Saúde, que é dirigida pelo Dr. Marco Antonio Teixeira.

Então, o meu testemunho aqui da importância do trabalho do Ministério Público, parabéns a todos os Promotores e Procuradores de Justiça, a todos os funcionários dessa instituição que é fundamental para que o Brasil continue construindo a sua democracia e a sua justiça social.

Para concluir, quero relembrar o que tenho dito muitas vezes nesta Casa: um corrupto com sua caneta

Mont Blanc rouba muito mais do que 100 bandidos armados e encapuzados ao superfaturar uma obra pública de um hospital ou de uma escola. Temos que combater esta chaga que existe no Brasil que é a chaga da corrupção, e para isso a sociedade brasileira conta com o Ministério Público.

Parabéns, Dr. Olympio, parabéns as senhoras e senhores, e obrigado, Sr. Presidente Nelson Justus.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Suspendo a Sessão por um minuto para que possamos cumprimentar os nossos Procuradores, e reiniciaremos a nossa Sessão em seguida, concedendo a palavra ao Deputado Tadeu Veneri, no Pequeno Expediente.

(Suspensa a Sessão)

Está reaberta a Sessão. Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri, no Pequeno Expediente.

### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar pela lembrança o Deputado Ney Leprevost, por ter feito a homenagem ao Ministério Público no dia de hoje, uma vez que sabemos que o Ministério Público desempenha uma função primordial na nossa sociedade. Parabéns, Deputado Ney Leprevost, pela sua iniciativa.

Venho a esta tribuna porque na semana passada estivemos aqui fazendo um debate a respeito de uma situação que, até certo ponto, parecia um pouco inusitada, uma vez que uma Desembargadora do Tribunal de Justiça do Paraná, Regina Helena, havia determinado a suspensão dos radares por ter entendimento que os radares colocados estavam funcionando de forma irregular. Logo na sequência tivemos publicamente colocado que havia uma quantidade imensa de veículos passando em excesso de velocidade, por uma coincidência, primeiro 20 mil, depois 10 mil, depois caiu para 4 mil e parece que o último número que vimos foi 3 mil que haviam passado em excesso de velocidade. Enfim, uma situação que tende a se normalizar.

Me chamou a atenção, porque no final de semana conversei com algumas pessoas, e venho a esta tribuna até por dever de ofício, fizemos aqui duas Audiências Públicas para tratarmos de um tema que é, não apenas em Curitiba, mas nas Cidades de médio e grande porte do Paraná e do Brasil, é um tema de difícil resolução, que é o tratamento e a destinação de resíduos sólidos. Alguns Deputados acompanharam uma das Audiências que fizemos, a Deputada Rosane acompanhou, e especificamente houve uma segunda Audiência tratando sobre o Aterro da Caximba, esse processo que já vem a longo prazo sendo discutido, porque ora não encontra local, ora o local encontrado não é adequado, ora o local adequado encontrado a Prefeitura, como é o caso de Mandirituba, não

pode utilizar porque há uma determinação da Câmara de Vereadores, através de uma lei municipal, proibindo que se receba resíduos sólidos de outros Municípios, agora com um decreto do Prefeito tentando superar esta situação. Mas ainda assim esse problema vem sendo debatido, obviamente que não depende de vontade exclusiva desse ou daquele Município, mas depende de um conjunto de ações, entendo isso e já de antemão quero deixar aqui registrado que a postura do IAP e a postura da Prefeitura de Curitiba que é, de certa forma, a principal agente desse consórcio, tem sido uma postura de buscar uma solução.

A solução encontrada é que nos chamou a atenção e queremos fazer este debate, por quê? Porque a mesma Desembargadora que havia determinado a suspensão e desligamento dos radares no trânsito de Curitiba, por reconhecer a ilegalidade na prorrogação do contrato da URBS com a empquilômetros resa prestadora de serviços, aquela que na semana passada havia comentado aqui que desde 1999 vinha operando, em 2004 fez uma série de aditivos.

A partir do dia 1º de abril deste ano teria, em tese, que ser feito um novo contrato, se não aquele contrato era de direito nulo. A mesma Desembargadora entendeu que a URBS tinha que suspender aquele contrato e entendeu agora, apesar do posicionamento do Tribunal de Contas e do Ministério Público, mas apesar desta posição da prerrogativa que tem o Tribunal de Contas dito pelo seu Presidente e não apenas por ele, mas por todos os Conselheiros, que não é possível que o consórcio vencedor, declarado vencedor, e que teve na Desembargadora Regina Helena Afonso Portes reconhecido como o consórcio que tem a prerrogativa de fazer o gerenciamento nos próximos 25 anos do lixo de Curitiba e Região Metropolitana. Decisão essa que foi feita pela Desembargadora para que fosse concluída essa licitação a despeito do Tribunal de Contas vir colocando já, há tempos, sob suspeita a legalidade de inúmeros procedimentos adotados. Legalidade esta que está em vários sites aqui em Curitiba, confirmado no dia seguinte a prestar despacho ao Magistrado por seis votos a zero no Tribunal de Contas.

O Tribunal de Contas, por seis votos a zero entendeu que o despacho, ainda que haja o despacho, não está se colocando em suspensão, mas é surpreendente que ainda haja o despacho da Desembargadora, seis votos a zero o Tribunal entendeu que não é possível que o consórcio que foi o vencedor possa operar o recolhimento e destinação dos resíduos sólidos sem que faça nos próximos 15 dias - prazo dado pelo Presidente Hermas Brandão - para que sejam corrigidos inúmeras irregularidades apontadas. Essa manifestação não é isolada. E aí gostaria de citar alguns desses itens, porque me preocupam.

(Lê):

*Tribunal de Contas insiste:*

*licitação deve voltar à estaca zero*

*Publicado em 13/12/09 - celso@gazetadopovo.com.br*

*O Tribunal de Contas não arreda pé da prerrogativa de manter vigilância sobre a concorrência para a implantação do SIPAR, a indústria de lixo da Região Metropolitana. Na última quinta-feira, em Sessão Plenária, o TC apontou irregularidades que desclassificam as duas primeiras colocadas no certame - incluindo o Consórcio Recipar, declarado pela Prefeitura de Curitiba (que conduz o processo) como vencedor da licitação.*

*Embora ainda acredite que o Município venha a reconsiderar a anunciada disposição da Prefeitura de não acatar seu julgamento, o TC se prepara para fazer valer a decisão que tomou, isto é, de obrigá-la a regularizar os problemas dentro do prazo de 15 dias. O Presidente do Tribunal, Hermas Brandão, e/ou o próprio Corregedor-Geral, Conselheiro Caio Soares, devem protocolar esta semana no Tribunal de Justiça e no Ministério Público Estadual um pedido para que as duas instituições passem a acompanhar o assunto. Como medida complementar, pensa-se também em promover Audiências Públicas de esclarecimento e debate dos fatos.*

*Com assessoria técnica do Instituto de Engenharia do Paraná (IEP) e da Diretoria de Contas Municipais, o Tribunal de Contas encontrou pelo menos cinco quesitos que recomendam que a concorrência retorne praticamente ao ponto zero, conforme o relatório assinado por Caio Soares e aprovado por unanimidade:*

*a) falta de plano de encerramento do Sistema de Processamento de Resíduos (SIPAR) por parte dos Consórcios Paraná Ambiental e Recipar;*

*b) inobservância, por parte do Consórcio Recipar, quanto ao prazo de vida útil do aterro, constante do edital;*

*c) pontuação do composto orgânico da proposta da licitante Recipar com umidade excedente ao que foi admitido no edital;*

*d) classificação da Recipar, levando em consideração dados referentes aos túneis de compostagem de lixo orgânico que não estavam na proposta da licitante;*

*e) ofensa à isonomia e falta de fundamentação técnica na pontuação dos licitantes Paraná Ambiental e Gralha Azul no tocante ao prazo de antecipação do processamento integral dos resíduos.*

*Uma pergunta que o Conselheiro Fernando Guimarães fez durante a Sessão: “O que é melhor: a pressa em resolver, ou fechar os olhos para as irregularidades?”*

## ***Passa a usar o horário da Liderança do PT***

Obviamente que tem uma pergunta aqui que tem que ser repetida ao Conselheiro Fernando Guimarães, feita durante a Sessão, segundo essa matéria: “É melhor a pressa em resolver o problema, ou fechar os olhos para as irregularidades?” O melhor é que as irregularidades sejam sanadas. Não sei se será possível nesses 15 dias.

Agora, é impressionante como esse processo vem se arrastando há tempos. Não depende apenas da boa vontade desse ou daquele seguimento, ou da maior ou menor competência desse ou daquele segmento; a verdade é que temos um problema concreto: sabemos que houve já uma manifestação expressa feita pelo IAP suspendendo o aterro. O aterro do Caximba, a Prefeitura conseguiu mais um ano. Mas o impressionante disso é que estamos há alguns anos com essa situação. Mais ainda, quantidade de chorume lançada hoje no rio Iguaçu é 64 vezes maior que o admitido. Temos que encontrar uma solução e não acho que seja uma solução fácil. Fizemos duas Audiências Públicas aqui, não conseguimos chegar a um termo. Fizemos as Audiências Públicas porque envolve a Região Metropolitana, por isso que a Assembleia Legislativa tem interesse nesse assunto. Não conseguimos chegar a uma única solução e nem a um único termo, mas é surpreendente a rapidez com que em alguns momentos se resolve o problema. Só que na sequência se cria um outro problema que debatemos agora, e queremos saber como será resolvido.

O que me parece o pior dos mundos é que temos mais um ano de prorrogação, e ao término desse mais um ano. Sabemos muito bem o que o povo do Caximba está passando. Certamente, eles mais do que ninguém, têm interesse para que essa seja uma solução dada sem que haja contestação.

Deputado Neivo Beraldin, concedo o aparte.

## **O Sr. Neivo Beraldin (PDT)**

Confesso a V. Exa. que não conheço com profundidade o edital, essa concorrência, só sei que ela está muito disputada. Há interesses econômicos de toda sorte nesta questão.

Uma coisa que me chama a atenção, ontem fui a Mandirituba, vi aquela estrada e fiquei imaginando comigo, já pensou o lixo de Colombo, de Pinhais, de Rio Branco do Sul, da Região Norte de Curitiba passando pelo meio da Cidade e indo tudo para Mandirituba?

Daí fico pensando comigo: por que não se construir em várias regiões em torno de Curitiba, Região Metropolitana, vários aterros? No momento que se dá à iniciativa privada a outorga, a iniciativa privada terá concessão de explorar esse lixo e, evidentemente, vai ter o monopólio na mão, por 25 anos. Ano a ano vai aumentar um pouco mais a coleta de lixo. Olha, aumentou um pouco mais, e vai colocar aonde? Tem que dar conforme o que eles querem, porque realmente eles ficam senhores da situação.

Estamos observando de longe. Confesso a V. Exa. que não mergulhei nesse assunto com um estudo mais profundo, mas me chama muito a atenção a disputa econômica e me chama muito a atenção essa briga. Estado e Município de Curitiba em relação ao lixo.

Acho que V. Exa. está fazendo um bom pronunciamento e quero me somar a ele.

Obrigado.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Deputado Neivo Beraldin. Volto a repetir, não é só em Curitiba, é no Paraná e no Brasil todo.

O lixo hoje é um problema no mundo todo. E no Paraná e no Brasil temos tido disputas.

O que me chamou atenção é a celeridade do processo, sem levar em conta a posição do Tribunal de Contas, sem levar em conta que há uma série de questionamentos. Se de fato isso se confirmar, teremos mais um problema à frente e dificilmente teremos uma solução.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

A questão das licenças ambientais que são expedidas a toque de caixa, e depois são contestadas na Justiça, são contestadas até mesmo pelo IBAMA.

Enfim, a questão dos aterros, o problema do Caximba, não é só aqui em Curitiba e Região Metropolitana. A questão de Itaperuçu, a questão de Balsa Nova, a questão da PG na Cidade de Ponta Grossa.

Tudo isso precisa ser amplamente debatido e investigado. Por isso que propus Comissão Parlamentar de Inquérito.

Deputado Tadeu, hoje fiz a segunda reunião da Comissão de Obras, Fiscalização e Meio Ambiente. Infelizmente, não conseguimos novamente o quórum. Não faço mais reunião com essas comissões a respeito desse assunto. Vou insistir no próximo ano pela instalação dessa Comissão Parlamentar, porque 19 Deputados já manifestaram interesse também de ampliar o debate e investigar a fundo essas questões das licenças ambientais.

Gostaria de me somar ao seu pronunciamento, dando os parabéns, e pode contar com o meu trabalho também.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Deputado. Quero mais uma vez dizer que esse é um assento que temos que acompanhar.

O que estou reforçando é que o Tribunal de Contas, por seis votos a zero, com foi dito pelo Presidente desta Casa, na semana que passou, quando votamos aqui alguns encaminhamentos feitos pelo Tribunal de Contas em relação às contas do Estado, o Tribunal é um órgão que assessora e estuda esses editais, estuda esses procedimentos, por seis votos a zero o Tribunal de Contas entendeu que há irregularidades.

Espero que assim como o Tribunal de Contas a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dê uma atenção especial a esse tema, para que não tenhamos em um determinado momento um caos na Cidade de Curitiba e Região Metropolitana.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Estava conversando com o Deputado Péricles sobre essa confusão dos radares aqui em Curitiba. Gostaria de fazer uma sugestão de fazermos um pedido em conjunto, de informações à Prefeitura de Ponta Grossa,

de como funcionavam os radares desde a minha gestão como Prefeito que fui. Fui eu que implantei os radares, depois passando para a administração do Prefeito Péricles, até o atual Prefeito Wosgrau.

Gostaríamos que também viesse da Prefeitura de Curitiba a mesma informação, porque também os radares iniciaram lá naquele período de 1997/1998, para que possamos fazer uma comparação, como fez Ponta Grossa, como fez Curitiba.

Gostaria de fazer essa sugestão aqui - se os eminentes companheiros ligados ao Governo Municipal concordassem - poderíamos fazer uma batida das duas para ver quem fez legal e quem não fez.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, passo a palavra ao Deputado Professor Lemos.

**Deputado Professor Lemos (PT)**

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Quero inicialmente cumprimentar a nossa Cidade de Cascavel, que hoje está completando 57 anos. Uma Cidade jovem, que cresceu rapidamente, se desenvolveu. Hoje é uma Cidade muito importante para o Oeste do Paraná, é muito importante para o nosso Estado, para o Brasil. É o epicentro do MERCOSUL. Hoje Cascavel atende a nossa Região Oeste na área médica, na área da Educação, em várias universidades, vários cursos. Também Cascavel, na área de serviços atende muito bem o Oeste do Paraná. E mais do que área de serviço, Cascavel está se desenvolvendo na industrialização. Está comemorando 57 anos com bastante sucesso, nossa Cidade de Cascavel.

Quero parabenizar cada moradora, cada morador de Cascavel, que contribuiu com a construção de uma Cidade que tem recebido muita gente, Cidade que cresce, e tem recebido os que chegam de braços abertos, e não deixa de homenagear aqueles que fundaram nossa Cidade.

Então, parabéns ao nosso povo, bom e trabalhador, de Cascavel. Nossa homenagem, quero que os 54 Deputados desta Casa, hoje aprovem o voto de homenagem a Cascavel e que se estenda este voto a todas as moradoras e moradores da nossa Cidade de Cascavel.

Também venho a esta tribuna para cumprimentar todos os Deputados, especialmente o Deputado Tadeu Veneri, juntos recebemos o pleito da APRA, que é a Associação dos Praças; também o apoio da AMAE - Associação da Polícia Militar do Paraná e de outras entidades. Foi organizado hoje, aqui, Audiência Pública sobre a PEC 300, a PEC que tramita no Congresso Nacional. Esteve presente o Deputado Capitão Assunção, que veio lá do Espírito Santo, Deputado Federal que compõe a Comissão Especial da PEC 300. Junto com ele estava também o Deputado do Paraná, que luta para que a PEC

300 seja aprovada, o Professor Picler, Deputado Federal pelo nosso Estado. Estiveram presentes vários Deputados Estaduais na Audiência de hoje. A família milicianista estava aqui representada por vários policiais de todas as patentes: Soldados, Sargentos, Cabos, Subtenentes, Tenentes, Capitão, Major, Coronel.

Qual foi o objetivo? Foi o de debater, entender o que se passa lá em Brasília. E mais do que entender, mobilizar nossos Deputados Federais, que são 30, mobilizar nossos três Senadores, mobilizar a população para que cobre de Brasília a votação urgente da PEC 300.

Também tramita lá no Senado a PEC 41. O entendimento dos nossos policiais, do Paraná e do Brasil, é o de que é necessário que estas duas PECs conversem entre si e possa ser extraído das duas aquilo que de melhor vai servir à Segurança Pública no Brasil. E nós, evidentemente, também aqui no Paraná, acompanhamos com atenção, ajudando a organizar várias Audiências Públicas no nosso Estado.

No dia 10, na quinta-feira, tivemos uma Audiência Pública grande, com grande participação dos policiais civis e militares na Cidade de Toledo. Também já tivemos em Foz do Iguaçu, em Campo Largo, vamos ter nesta semana, no dia 17, e aproveito para convidar todos os Deputados e Deputadas, os policiais da Região Oeste do Paraná e a população, para irem, às 19h do dia 17, quinta-feira, na Câmara Municipal de Cascavel, onde vamos organizar um debate sobre a PEC 300, a PEC 41 e também sobre a PEC 64, que tramita nesta Casa. Então, deixamos aqui o convite a todos e a todas que desejarem participar dessa importante Audiência Pública em Cascavel.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Felipe Lucas.

### ***Deputado Felipe Lucas (PPS)***

O SR. FELIPE LUCAS

Sr. Presidente, componentes da Mesa e Srs. Deputados.

Venho aqui hoje usar da tribuna para comentar alguma coisa do nosso ano legislativo, que está praticamente terminando, junto com o nosso ano que termina no calendário gregoriano. Algumas coisas precisamos agradecer e algumas coisas temos ainda em mente que aconteçam neste período, no ano que vem e assim por diante.

Quero agradecer especialmente ao Governo Federal, através do Ministério da Educação, a implantação da Escola Técnica em Irati. Já disse que a Escola Técnica não é para Irati e nem para a Região Centro-Sul, mas para o Paraná e para todo o Brasil. Algumas pessoas participaram, participamos juntos, mas tenho que fazer alguns agradecimentos, entre eles ao nosso Dr. Pedro Pacheco, chefe de gabinete da Escola Técnica, ao Alíbio Leal, que é o Reitor da Escola Técnica, que teve um trabalho

enorme, um trabalho gigantesco para que melhorasse a Educação nesse sentido no Paraná; ao Deputado Federal Ângelo Vanhoni, que sempre nos acompanhou nos Ministérios em todos os momentos; e ao Prefeito Municipal de Irati, pela aquisição do local onde já começa a funcionar, no próximo ano, com os cursos em funcionamento.

Quero destacar também que a própria UNICENTRO, o crescimento da UNICENTRO, com línguas eslavas sendo implantadas na UNICENTRO de Irati, é muito importante, porque é uma região que tem muitos descendentes de eslavos e tivemos a visita de dois Ministros da Cultura, o Ministro da Cultura do Brasil, o Juca Ferreira, que esteve nos Municípios de Mallet, de Irati, de Prudentópolis, e isso nos trouxe uma grande riqueza, quando ele reconheceu a riqueza do lugar e, ao mesmo tempo, acabamos de ter, neste final de semana, a visita do Ministro da Cultura da Ucrânia.

O Presidente da República esteve recentemente na Ucrânia, onde foram celebrados diversos convênios na área cultural, ou na área de Educação e isso leva a um crescimento da região.

Gostaria de dizer que participamos desde muito tempo, quando criamos um CAIC, junto também com o Governo Federal, na nossa região, especificamente no Município de Irati. Tivemos a oportunidade, na época, junto com o ex-Prefeito Rodrigo, o atual Prefeito Sérgio Stoklos era seu Vice-Prefeito, e junto com muitas pessoas trabalhamos muito para que a SIE-MENS se instalasse em Irati, e instalou-se graças a um trabalho que fizemos junto ao Sindicato dos Metalúrgicos. Queria agradecer especialmente ao Caruso, que fez um grande trabalho junto aos alemães, e temos o Geraldo Rocha, que era o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, e fizemos esse trabalho, na época, junto ao Governo do Estado, junto aos sindicatos. Foi um trabalho gigantesco e que temos que agradecer por todas essas questões que aconteceram.

Queria fazer um agradecimento também especial, porque tantas coisas boas têm acontecido na nossa região. Além das coisas difíceis, tivemos coisa muito importantes em diversos Municípios, como Prudentópolis, Rio Azul, Rebouças, Mallet, Irati, um Centro da Juventude sendo criado em Irati e um em Prudentópolis, Clínica da Mulher e da Criança, e tantas outras coisas boas.

Também quero fazer um agradecimento, não houver a possibilidade no dia em que o Deputado Nereu trouxe o orçamento na Assembleia, mas quero fazer esse agradecimento hoje à Ana Beatriz, com a equipe, e o Deputado Nereu, que inseriram uma emenda coletiva e nós esperamos, de toda a forma, que se inicie agora, neste ano que vem, no próximo ano, um asfalto entre os Municípios de Irati, Rebouças e São Mateus. Volto a falar que esses Municípios têm mais que 140 mil habitantes, e queremos agradecer a participação dessa emenda coletiva dos Deputados Antonio Anibelli, Alexandre Curi, Caíto Quintana, Dobrandino, e tantos outros Deputados que



subscreveram aquela emenda para que tivéssemos, de fato, iniciado um trabalho naquela região.

Então, agradeço, porque é de suma importância, já disse algumas vezes aqui que nós da Região Sul e Centro-Sul temos o mesmo direito de todos os paranaenses de ter uma vida melhor. Portanto agradeço, tenho certeza de que o Governo que virá estará sensibilizado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Mauro Moraes.

### ***Deputado Mauro Moraes (PSDB)***

O SR. MAURO MORAES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É uma honra poder novamente estar nesta tribuna, principalmente para falar novamente de um assunto muito interessante a todos os paranaenses, que é a Segurança. Fui surpreendido, Sr. Presidente, por jornais e rádios do Paraná todo, de que o Presidente da Comissão de Orçamento havia negado a minha emenda que foi colocada no texto da lei, portanto era uma emenda que não retirava verba de nenhuma outra Secretaria, seria uma emenda do texto da lei, seria com a compensação de possíveis créditos de impostos que entrariam na sequência de R\$ 120 milhões para que pudéssemos trazer de volta os 170 milhões que foram retirados do item pessoal deste para gastar no ano que vem.

Aprovamos no ano passado, para gastar este ano em Segurança, no item pessoal, 1 bilhão e 13 milhões. E o orçamento deste ano veio no item pessoal, R\$ 843 milhões, ou seja, 170 milhões a menos do que o orçamento do ano passado. Portanto, não é demagogia apresentar esta emenda no texto da lei, que vai aproveitar o excesso de arrecadação, para que possamos restituir o dinheiro que estamos tirando da área de Segurança. Porque todos sabem, todos os Deputados leram no orçamento que, no total do orçamento, perdemos R\$ 78 milhões, comparando o orçamento que vamos gastar no ano que vem, ou que está sendo gasto este ano. E no item pessoal, repito, 170 milhões, bem num ano que o Governo anuncia que vai contratar 2 mil e 500 policiais, e que ainda pretende dar um aumento significativo aos policiais militares e civis.

A conta não bate, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Como vamos dar um aumento significativo, como vamos contratar mais de 2 mil e 500 policiais se estamos retirando do orçamento R\$ 170 milhões? Quem é que vai pagar esta conta? Ninguém.

Então, apresentei esta emenda, não tirando este dinheiro de nenhum outro local, e sim colocando no texto da lei para que seja aproveitado o excesso de arrecadação que este ano está previsto de 400 R\$ 500 milhões, conforme palavras do próprio Presidente da Comissão de Orçamento, Deputado Nereu Moura.

Temos, a nível federal, 25% reservado para a área da Educação. O Governo Federal também obriga o Governo Estadual a investir 12% do orçamento do Estado na Saúde. E não obriga nenhum Governador a investir sequer um centavo na área de Segurança, fica a critério do Governador. E o que aconteceu com o nosso? Estamos reduzindo o orçamento. Um absurdo! Enquanto o Paraná vive um caos em termos de Segurança, estamos reduzindo o orçamento em 78 milhões, e no item pessoal, como já disse, 170 milhões.

É oportuno frisar que o Estado de São Paulo aumentou o orçamento da Segurança de R\$ 3 bilhões para R\$ 8 bilhões, e conseguiu reduzir o índice de criminalidade, em crimes contra a vida, em 50%; em crimes contra o patrimônio, ou seja, furtos e roubos, em 80%, só na Capital. E no Paraná todo mundo está vendo a população aterrorizada, amedrontada, e ainda reduz o orçamento!

Gostaria muito, agora na presença do Presidente da Comissão de Orçamento, que pudéssemos acatar esta emenda, porque não se trata de retirar dinheiro de nenhuma outra Secretaria, é uma emenda que vai ao texto da lei e que, efetivamente, será aproveitada se houver excesso de arrecadação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

### ***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No dia em que o Ministério Público esteve aqui, hoje é Dia do Ministério Público, já entreguei a todos, inclusive ao Ministério Público, uma cópia daquilo que chamo de “perguntar não ofende”.

Quando Prefeito de Ponta Grossa, repassei à Santa Catarina R\$ 100 mil, eis aqui a foto, o Prefeito Jocelito assinando o cheque de R\$ 100 mil à Santa Casa. Tomei uma ação por autopromoção. Perdi em Ponta Grossa, perdi aqui, perdi em Brasília no STJ, e estou vivendo de recursos. Casualmente quem julgou a ação aqui no Paraná foi o Desembargador Antonio Lopes Noronha, que aparece nesta foto na “escolinha” do Roberto Requião, entregando um vale-cheque no valor de R\$ 125 para o arquiteto que venceu o projeto do Ahu.

Aqui nesta foto está de Prefeito de São Paulo, Kassab, na campanha política, assinado um cheque de 198 milhões para o metrô de São Paulo. Aqui está o Serra, tem até um Bispo para dar amparo legal.

Aqui nesta foto está o nosso querido Beto Richa, entregando um cheque da corrida num bairro de Curitiba. Aqui a foto do cheque, assinatura do Beto Richa. Se não me falha a memória, o Beto Richa não assina cheque na

Prefeitura, mas aqui está assinado. Não sei por quê, não me pergunte.

Aqui nesta foto o nosso querido Roberto Requião na “escolinha”, a pedido do Greca, assinando um cheque para a COHAPAR. Está entregando um cheque aqui o Requião, assinando na “escolinha”, de novo, nosso querido Requião. E aqui todos juntos, reunidos, o mesmo cheque, Requião também assinando na “escolinha”. E aqui tem assinatura do Requião, do Greca e do Pessuti. Se não me falha a memória, quem assina pela COHAPAR é só o Presidente e o Diretor Financeiro. Esta assinatura aqui não precisava.

Em homenagem ao Ministério Público eu pergunto, no final do documento que entreguei pessoalmente ao Ministério Público, hoje, aqui, os senhores viram: no dia do Ministério Público, é justo? E aí coto os casos, com cópia, e termino dizendo: o MP trata o assunto com dois pesos e duas medidas? Sim ou Não? Não vou fazer maiores comentários, só vou deixar no ar isto aqui.

Beto Richa assina cheque num bairro, cheque gigante. Que eu saiba, ele não assina cheque da Prefeitura. Requião não devia assinar o cheque da COHAPAR, quem assina é o Sr. Presidente, o folclórico Rafael Greca, e assim por diante. Mas é aquilo que o Jocelito sempre fala aqui: quando é um Prefeito de Ponta Grossa, do interior, ação nele, improbidade, cassação dos seus direitos, mas quando é o Prefeito de Curitiba, o Governador do Estado, o Governador de São Paulo, o Noronha, o Ministério da Justiça, o Tribunal de Justiça, tudo vale.

Queria falar isso na presença do pessoal do Ministério Público, mas infelizmente o Presidente mudou a ordem ali e colocou o Ministério Público primeiro. Gosto de fazer na frente porque acho que esse é o caminho principal das coisas, mas fica meu registro. O Beto pode assinar, o Requião pode assinar, o Noronha pode, só não pode o pobre do Jocelito!

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, último orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Dr. Batista.

### *Deputado Dr. Batista (PMN)*

#### O SR. DR. BATISTA

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus; 1º Secretário, Deputado Scanavaca; 2ª Secretária, Deputada Cida Borghetti; Sras. e Srs. Deputados.

Estou muito satisfeito e muito contente. Fiz uma reunião na região de Maringá para fazer uma prestação de contas, mostrar o jornal de todo o trabalho durante esses três anos aqui no Legislativo. Estive representando toda região de Maringá, 56 Municípios. Nossos representantes nos agradeciam pelo trabalho e pelas benfeitorias. Ainda no meu discurso, Deputada Cida, quando esteve presente o nosso virtual pré-candidato ao Senado, Deputado Ricardo Barros, fazendo discursos diante de vários Prefeitos presentes, de vários Vereadores, de vários

suplentes, vários vices, quando ele dizia do nosso trabalho, o que fazemos junto com a Pastoral da Saúde, junto da Pastoral da Criança, um trabalho sempre voltado àqueles menos favorecidos pela sorte.

Fico muito contente, naquela tribuna quando vejo o Deputado Belinati falar do nosso trabalho, que fazemos após sair desta Casa de Leis. É verdade. Quarta-feira eu adentrei à Santa Casa às 20h e saí à 1h30 da madrugada, fazendo cirurgias do aparelho digestivo, salvando vidas. Tantos pacientes que passaram por estas mãos. E não é só isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputados Cheida, Felipe Lucas, Teruo Kato, nosso parceiro que fazemos campanha juntos na região, juntos no mesmo palanque, quando fui homenageado, domingo, na Pastoral da Saúde, várias senhoras fizeram um agradecimento pelo trabalho e pelas benfeitorias que estamos levando. Eu não perdi a oportunidade de dizer: eu não faço nada, nenhum projeto, não consigo se não for com a ajuda dos nossos 53 Deputados. E tem uma ajuda maior de tantas benfeitorias que levei para Maringá e para toda a região, do nosso Governador Roberto Requião e do nosso Vice-Governador Orlando Pessuti, que não mediram esforços durante esses três anos para as nossas reivindicações: para a UTI da Santa Casa, ambulância, ônibus.

Quando vejo esse trabalho bonito, o Trator Solidário, nutrir as nossas crianças com leite, digo que o Governador Roberto Requião, seja ele candidato a Presidente da República, seja ele candidato a Senador, eu disse em Maringá e disse para os membros, àquelas pessoas, àqueles militantes, dos 56 Municípios, porque realmente eu voto no Governador Roberto Requião e pedi para toda a minha equipe que votasse no Governador. Seja ele candidato, ou virtual candidato a Presidente da República, ou ao Senado, tem o nosso apoio.

Esteve presente também o maringaense, virtual candidato ao Senado, o Deputado Federal Ricardo Barros, também declinei o meu voto, porque fazemos um trabalho em parceria.

Hoje já recebi vários telefonemas de pessoas de Maringá que, através de uma audiência da Band, do apresentador Pinga Fogo, mostrou o meu trabalho na televisão, recebi, nada mais, nada menos, que dezenas de telefonemas agradecendo as palavras que o apresentador disse naquele meio de comunicação, na TV Bandeirantes. Quero agradecer de público, através da Assembleia Legislativa, aqueles elogios que você fez ao meu trabalho, agradecer a toda imprensa maringaense e a toda imprensa do Paraná que, através de palavras ou críticas construtivas - eu me sinto muito envaidecido, me engrandeço muito com as críticas, porque com elas procuro a perfeição, procuro melhorar ainda mais o meu trabalho - a imprensa maringaense e a imprensa paranaense, com certeza, me ajudaram muito nesses três anos.

Quero desejar a todos os meus amigos, a todos os Deputados, a todas as Deputadas, a toda imprensa, que Deus lhes dê um feliz Natal, um Ano Novo cheio de paz, e que estejamos juntos por longa data, com mandato ou

sem mandato, mas sempre ao lado daquele menos aqui-nhoado pela sorte.

Que Deus abençoe a todos.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças: Bloco PPS/PMN: com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

### ***Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)***

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa, cidadãos do Paraná:

Subo à tribuna para falar sobre Segurança Pública. Pela manhã participamos de uma Audiência Pública muito importante com os policiais, para tratar a respeito da PEC 300, que corre em Brasília, e da PEC 64, que corre aqui no Estado do Paraná. É importante dizer que a PEC 64 será votada agora, no começo de 2010, no plenário da Assembleia Legislativa. Parece-me que temos 28 ou 29 assinaturas dos nobres Parlamentares, mas precisamos de 33 votos. Claro que a mobilização por parte dos policiais é muito importante neste momento. Nós manifestamos o nosso total apoio na Audiência Pública, que teve uma importância muito grande. A primeira Audiência Pública feita neste plenário resultou no início da tomada de assinaturas, e já conseguimos andar um bom caminho. Mas ainda temos muito pela frente.

Peço o apoio dos nobres colegas Parlamentares para que possamos dar o exemplo, inclusive para o Brasil, apoiando os nossos profissionais da área de Segurança Pública, aprovando a PEC 64 já no começo de 2010.

Sr. Presidente, venho aqui para falar de algo absurdo que está acontecendo na região de Ponta Grossa. Mais uma vez subo à tribuna para falar sobre os problemas do IML. Mais uma vez vemos descaso na região dos Campos Gerais, o IML que atende mais de 30 Municípios e que agora também vai assumir a responsabilidade de atender a região de Guarapuava, que são mais 23 Municípios.

Neste momento até vou reproduzir o que saiu na imprensa neste final de semana.

(Lê):

*Família faz protesto na porta do IML por repescamento de cadáver.*

*Cumprindo ordem da direção estadual, legista de plantão cumpre escala em Curitiba e abandona serviço em Ponta Grossa.*

Por: Mário Martins

*O Governo Estadual não tem o menor respeito com as famílias das vítimas de violência que precisam dos serviços da seção técnica do Instituto Médico Legal de Ponta Grossa. Não existe comprometimento em mini-*

*mizar a dor e o sofrimento de quem corre contra o tempo para dar um enterro digno e justo ao falecido. A opinião é do escrivão Leoncir Jarbas. Ele passava em frente ao prédio do órgão, ontem de manhã, e parou para se solidarizar com os parentes da dona de casa Ezilda Sucoski, 58, que estavam transtornados com a demora na liberação do corpo. “Chega a ser desumano este tipo de tratamento. Ninguém merece passar a madrugada inteira na porta do necrotério aguardando uma definição. É o tipo do caso que o Ministério Público precisa ficar sabendo”, assinala.*

*Ezilda sofreu um acidente doméstico na última segunda-feira. Segundo o genro Josué Camargo, ela podava uma árvore quando caiu da escada e bateu a cabeça. Levada para avaliação médica ao Hospital Bom Jesus, não resistiu aos ferimentos e acabou falecendo por volta das 23h de quinta-feira. “Estamos aqui (no IML) desde esse horário. A informação que nos deram é que o legista só chegaria às 5h da manhã, o que não aconteceu. Já são quase 10h e nada foi resolvido”, conta. Rogério Schafranski, primo da mulher, estava transtornado. “O velório está marcado para às 17h e até agora (10h) não liberaram o corpo ainda. Até quando vai ficar assim? Será que eles não pensam na dor do ser humano?”, questiona.*

Aliás, hoje tivemos uma reunião aqui e já alertei o Ministério Público a respeito desse problema. (Lê):

*A diretora da seção técnica, Maria Valéria Lisboa Abreu Lima, recebeu a família para dar explicações sobre a demora da liberação do corpo de Ezilda. Mais tarde, por telefone, em entrevista ao jornal Diário dos Campos, ela explicou que dois fatores determinaram o atraso. Um deles foi a ordem dada pela direção estadual para que o legista de plantão, Daniel Colman, cumprisse expediente no IML de Curitiba, deixando desguarnecida a seção local. O médico que entraria de plantão na manhã de ontem (Rogério), reside em Jaguariaíva e enfrentou contratempo no deslocamento para Ponta Grossa. O veículo dele teria apresentado problemas. “A direção também não me comunicou que havia retirado o plantonista daqui. Se tivesse me avisado, eu iria de madrugada ao IML para liberar os corpos. A família reclama com toda razão”, assinala.*

*O legista Daniel Colman, que deveria cumprir plantão no IML de Ponta Grossa, foi mandado para Curitiba, supostamente em caráter excepcional, para realizar perícia em 11 baleados. Os corpos seriam da Capital, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais. Essa foi a explicação que ele teria repassado à auxiliar de necropsia, Cleide, para se ausentar do serviço. Entretanto, surgiu uma contra informação durante o dia de ontem. Daniel não teria sido avisado pela auxiliar sobre a entrada do corpo de Ezilda Sucoski ao necrotério.*

Há mais de um ano, os Deputados aqui de Ponta Grossa estão cobrando providências do Governo Estadual. A única vez, Deputado Jonas Guimarães - senhor

sabe que sou Deputado de Oposição - que entrei no gabinete do Governador Roberto Requião, foi para cobrar uma ação imediata com relação ao problema do IML. O Governador ligou para o Secretário da Segurança Pública, o telefone da mesa, e falou: "Lulinha, resolve já, imediatamente o problema lá de Ponta Grossa, que os Deputados estão aqui". Estávamos os três Deputados: Péricles, o Jocelito e eu. O Secretário falou: "Vou resolver imediatamente. Já, já está resolvido".

Pois bem, de lá para cá eu não vi avanço nenhum, não vi absolutamente nada. Agora me pergunto: o que é isso? É falta de liderança! O Governador Roberto Requião, neste momento, me dirijo à V. Exa. para dizer que infelizmente o senhor não tem liderança sobre a Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná. Porque vi V. Exa. falar com o Secretário. Ele passou uma informação, não fez absolutamente nada, as coisas pioraram de lá para cá, porque agora estamos assumindo também de Guarapuava, não temos condições nem de assumir os próprios cadáveres da região dos Campos Gerais, são mais de 30 Municípios, que dirá da região de Guarapuava! Além dos problemas técnicos que existem, além dos problemas com relação à Polícia Científica, que não é reconhecida no Estado do Paraná.

Deputado Duílio Genari, a Polícia Científica não é reconhecida! Os questionamentos eu fiz aqui diretamente ao Secretário de Segurança Pública. Sabe o que ele respondeu? Nada! Ele se voltou para mim, nesta tribuna, e falou assim: "Não vou responder. Não quero responder." Foi o que ele respondeu a respeito desse problema ocorrido na Cidade de Ponta Grossa neste final de semana. A Secretaria também não quis se pronunciar.

Portanto, Sr. Governador, o senhor tem que mostrar autoridade perante os seus subordinados. Temos um problema sério de Segurança Pública, e infelizmente da Secretaria da Segurança Pública sai a informação de que tudo está bem, tudo está na perfeita harmonia, quando as coisas não estão. Porque todos os dias os Parlamentares, a imprensa cobram isso. O senhor também teria que fazer o mesmo: cobrar do seu subordinado. Se ele não fizer, se ele não resolver, fora! É o que acontece com empresa. Se fosse comigo, se eu fosse Governador, o Secretário não estaria mais comigo. Foi o que aconteceu com amigos servidores que não cumpriram bem as suas determinações públicas. O Secretário da Comunicação Social já não está. O antigo Secretário da Saúde também já não está, temos um melhor. Teria que acontecer isso também na Secretaria da Segurança Pública.

Concedo um aparte o Sr. Jocelito Canto.

#### **O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Só para dizer quanto à conversa com o Governador Requião, V. Exa. tem razão, no dia de amanhã estarei apresentando um projeto que proíbe o médico de plantão de fazer plantão à distância. Vamos acabar com esse problema. O grande problema é o médico que não vai trabalhar.

Amanhã vou entrar com um projeto de lei colocando ordem nisso, proibindo aquele concursado de fazer plantão à distância. É isso que tem arrebitado o nosso IML de Ponta Grossa e tem judiado das famílias.

No dia de amanhã pretendo apresentar esse projeto para tentar resolver esse problema que é a falta de médico.

#### **O SR. MARCELO RANGEL (PPS)**

Deputado Jocelito, vamos trabalhar em conjunto, temos nossas diferenças políticas, temos diferenças em matéria de trabalho e até mesmo em pronunciamentos. O senhor é mais ligado ao Governo. Mas neste momento a Cidade de Ponta Grossa e a região dos Campos Gerais cobram dos Parlamentares uma união. Acho isso importante, principalmente agora, para fazer valer a voz da representatividade dos Campos Gerais no Palácio.

Sr. Governador, mais uma vez falamos a respeito de Segurança Pública. Por favor, as suas considerações.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Bloco PSB/PRB/PV, com a palavra o Deputado Wilson Quinteiro.

### ***Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Wilson Quinteiro***

#### **O SR. WILSON QUINTEIRO (PSB)**

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, paranaenses que nos acompanham pela TV SINAL.

Gostaria de trazer hoje aqui na Casa um assunto de grande importância à Nação Brasileira. Nós tivemos - eu não diria a comemoração - um marco de 41 anos do Ato Institucional nº 5, na época da ditadura militar, no último domingo. Essa questão me chamou muito a atenção, para que possamos juntos fazer uma grande reflexão do que significou isso para o País.

Alguém poderia perguntar se seria de competência aqui dos Deputados Estaduais ou da Assembléia Legislativa do Paraná falar a respeito desse assunto. Eu poderia responder, com muita simplicidade, que infelizmente tivemos no Paraná uma ação muito forte contra aqueles que eram contra o Governo na época da ditadura militar. Tivemos presos políticos perseguidos nas Cidades de Campina da Lagoa, no interior do Estado, Mandaguaçu, Maringá, Madaguari, Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, na Região Oeste do Paraná, onde muitas famílias pagaram o preço pela perseguição, em um prejuízo dos direitos humanos dos cidadãos.

Esta Casa de Leis deu um grande exemplo ao País quando disse que o Paraná, como Estado membro da Federação, deveria reparar, ainda que simbolicamente, aqueles que ficaram presos em estabelecimentos prisionais do nosso Estado, como o antigo Ahu. Demos exemplo no Paraná. Esta lei, de autoria do então Deputado Beto Richa, com votação dos demais Deputados, nos deu a oportunidade de ver que outros Estados fizeram refe-

rência a esta Casa de Leis, como os Estados de Santa Catarina, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, dentre outros, também reparando, ainda que simbolicamente, dizendo que jamais poderemos esquecer a história deste País.

Hoje quero fazer uma homenagem não àqueles cidadãos que deram as suas vidas, a sua liberdade, a oportunidade da transformação da democracia neste País e neste Estado. Levanto-me hoje nesta Casa para me unir aos demais Deputados, para fazer este registro.

Quando fala em direitos humanos da época da ditadura e da perseguição militar, quero também fazer uma referência muito importante.

Agora há pouco ouvimos falar da Segurança Pública. Sabemos que é muito comum no nosso País a dificuldade nessa área. Será que as nossas delegacias, os nossos presídios, os regimes fechados, os semiabertos, os estabelecimentos prisionais do nosso Estado estão atendendo a contento o que diz a Lei de Execuções Penais? Será que estamos atendendo a nossa Constituição Federal? Porque o que se busca aplicando uma pena a alguém que cometeu um delito é restabelecer essa pessoa e integrá-la ou reintegrá-la ao convívio social. Aqui não há nenhuma defesa a quem pratica crimes. Quem pratica o crime tem que responder pelo crime que praticou.

Dizer de um sistema que o Estado do Paraná deve estar muito atento, para que possamos melhorar as nossas condições. Sei que a Defensoria Pública é de competência originária e exclusiva do Governador do Estado, mas não a temos ainda aqui no Paraná. Verificamos pessoas que têm direito a progressão de regime, que estão cumprindo as suas penas, que já poderiam ter progredido. Porque o Estado está pagando dia a dia com aquelas pessoas que estão cumprindo pena. Então, o sistema prisional tem que funcionar.

Quando faço essas referências - estou tendo a oportunidade de integrar a Comissão de Segurança Pública desta Casa - quero contribuir. Como venho da origem da advocacia, tenho a oportunidade de conversar com muitos Deputados e também com muitos delegados do Estado do Paraná, e sabemos a dificuldade que existe nas delegacias, principalmente do interior do Estado. São dificuldades funcionais, materiais, dificuldades que realmente chamam a atenção da população paranaense.

Então, este manifesto enquanto Deputado é para me dirigir à Polícia Civil deste Estado, à Polícia Militar que tanto tem trabalhado, mas sobretudo para me dirigir ao Governo do Estado do Paraná. É preciso modificar alguns conceitos, alguns critérios, ter ações mais rápidas. Falava agora o deputado a respeito dos institutos, o IML, sabemos o quanto é importante, todas as mortes graves que são da competência, precisa ter estrutura para que este instituto possa atender a contento a família paranaense.

Faço esta manifestação ressaltando a importância da observação de convenções internacionais, que o Brasil é signatário. Se estamos vivendo em uma Federação,

os Estados membros, dentro de um critério de competência, dentro de um critério de hierarquia constitucional, têm que estar muito atentos. Temos que dar exemplo para os outros Países. Quando ficamos sabendo de alguma notícia de um outro País que não observa os direitos fundamentais da pessoa humana, ficamos atentos. Mas, será que dentro do nosso País, do nosso Estado, será que estamos atendendo essas convenções internacionais?

Então, estou levantando esta questão para que os delegados das pequenas delegacias, do interior do Estado, também da Capital, para que possamos somar informações e objetivos de melhorar. A minha crítica aqui é construtiva, porque não podemos mais ver presos em salas. Pessoas, escrivães fazendo funções de carcereiro, atuando um desvio de função.

Sabemos que existem tantas outras coisas importantes a serem cuidadas neste Estado, mas a Segurança Pública mexe com a vida de cada um de nós. Estamos vivendo hoje em metrópoles, em grandes Cidades. A questão de drogas tem tirado a paz da família paranaense, porque justamente tem gerado grande insegurança.

Faço esse pronunciamento, faço esse apelo para que possamos observar alguns conceitos de uma forma diferenciada. Assim estaremos cumprindo o que diz a Constituição Estadual.

Quando fiz uma referência àqueles perseguidos políticos, voltando àquele momento do Estado do Paraná aonde aqueles presos eram submetidos à condição de presos comuns, que eles podem e são testemunhas da história deste Estado que efetivamente, há décadas, o sistema prisional do Paraná tem dificuldades. O Governo tem avançado em alguns aspectos, e temos que ressaltar isso, mas é preciso mais velocidade, mais critérios.

Então, o meu questionamento é para contribuir com o Estado, para que possamos ter um grande desenvolvimento na área da Segurança Pública e sobretudo nos direitos da pessoa humana. Não só daquele que está cumprindo a pena, mas principalmente daqueles cidadãos que estão nas ruas, nas Cidades, no campo e que precisam efetivamente de segurança.

Finalizo o agradecendo a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Horário das Lideranças, PSDB, PDT.

(**Declinam**)

PMDB, com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Luiz Eduardo Cheida***

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Muito rapidamente, apenas para dizer a V. Exa. e aos demais Deputados que a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente realizou hoje, no início da manhã, uma Audiência Pública sobre o Código Florestal Brasileiro.

Estavam presentes, além da Vice-Presidente da Comissão, Deputada Rosane Ferreira, também os Deputados Scanavaca, Elio Rusch e várias dezenas de entidades, instituições, academia, também o IBAMA, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e diversas instituições e entidades patronais.

A discussão foi muito boa, muito oportuna, até porque o Governo Federal, há quatro dias editou um decreto federal que anistia as multas dadas nesses últimos anos aos agricultores que eventualmente desmataram as suas propriedades, e posterga para mais cerca de três anos a recuperação de suas reservas legais, se quiserem entrar em um programa que o Governo Federal está estabelecendo. Isso muda um pouco o conceito de algumas questões e traz, por um lado, uma esperança de que os 90% dos proprietários rurais que segundo o CNA, a Senadora Kátia Abreu diz que não têm reserva legal, que façam esse instituto legal e cumpram não só a legislação, mas o que o Brasil espera que é o florestamento por mata nativa de suas propriedades.

Mas traz, por outro lado, uma preocupação que é a de que a política do Brasil, agora em Copenhague, no que concerne aos gases do efeito estufa, das emissões, ela fundamenta na redução do desmatamento, ou seja, o Brasil oferece ao mundo, claro, não a redução das emissões de suas indústrias, porque temos em quantidades muito menores do que os outros Países do mundo como um todo, praticamente do mundo desenvolvido, do mundo industrializado, mas o Brasil oferece a redução do seu desmatamento, que não é pequeno, até porque temos florestas e esta anistia pode funcionar como uma espécie de chancela para que o desmatamento continue, e esta é uma preocupação que, na qualidade de Presidente da Comissão de Meio Ambiente, eu trago.

Se por um lado há uma alvissareira notícia de que há um programa em curso para recuperação, Deputado Elio Rusch, há por outro, também, a preocupação de que isso possa significar um salvo conduto para que a prática continue, e isso não é bom. Não que se deva responsabilizar os agricultores pelos grandes problemas ambientais que nós temos, até porque os problemas ambientais são maiores nas Cidades do que no campo, mas é preciso tratar com parcimônia esta questão.

Por isso, Sr. Presidente, a Casa abriu essa discussão à sociedade paranaense e foi bastante bem sucedida esta nossa Audiência.

Vamos continuar no ano que vem, até porque uma das propostas do IBAMA foi de que pudéssemos constituir uma espécie de espaço de discussão, sendo a Assembleia Legislativa o ponto de referência dela e talvez possamos, daqui da nossa Assembleia, irradiar para o resto do País algumas ideias, quem sabe alguns programas, alguns projetos que farão toda a diferença.

#### **O Sr. Elton Welter (PT)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Agradeço e quero parabenizá-lo, o Deputado Cheida tem reunido com muita frequência a Comissão de Meio Ambiente e sempre tratando dos temas que estão em discussão no Congresso Nacional e debatendo esse tema que é a questão do Código Florestal.

E o que V. Exa. se refere é o Decreto nº 7029, de 10 de dezembro de 2009. Ele institui, Sr. Presidente, o programa federal de apoio à regularização ambiental de imóveis rurais, denominado Programa Mais Ambiente, e dá outras providências.

Então, esse decreto cria condições para as propriedades se adaptarem à realidade ambiental e necessidade de recomposição, onde houver necessidade, e dá um prazo para que, de fato, isso ocorra.

Esperamos que essa postergação, que V. Exa. coloca muito bem no seu pronunciamento, não seja mais uma forma de continuar enrolando, fazendo com que não haja a discussão como deveria ser para garantir a qualidade da água, a recuperação onde precisa recuperar, e temos pedido que seja dentro da bacia hidrográfica e assim por diante.

Então, parabéns pela sua brilhante atuação na Comissão de Meio Ambiente, é um tema que esta Casa tem uma grande preocupação, os Deputados de modo geral estão discutindo caminhos para buscar a solução para a questão ambiental ligada ao Código Florestal. Então, esse decreto, de fato, acredito que cria as condições para que haja regularização das situações que ainda existem no País.

Obrigado.

#### **O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)**

Eu é que agradeço o seu aparte, e hoje fizemos referência ao seu projeto de lei que tramita nesta Casa. Hoje inclusive tem na Ordem do Dia a 2ª discussão, que é o pagamento por serviços ambientais, uma forma local, estadual, de se dar mais incentivo àqueles que queiram fazer o reflorestamento, que queiram recuperar as matas ciliares, as reservas legais, não apenas isso, mas aqueles que fazem o serviço ambiental. Então, temos esse exemplo, o exemplo de reserva legal sustentável, que o Deputado Teruo Kato assina junto conosco aquele projeto, e infelizmente foi vetado. E outros projeto mais, como o projeto de lei do Deputado Pedro Ivo, que seguramente se transformará em lei, dando uma alternativa de compensação dentro da área de corredores de biodiversidade. Enfim, estamos realmente dando um exemplo em termos de políticas ambientais para outros locais, e tenho certeza absoluta que isso fará a diferença.

Com o aparte a Deputada Rosane Ferreira.

#### **A Sra. Rosane Ferreira (PV)**

Só quero cumprimentar pelo aparte do Deputado Elton Welter, Deputado Cheida, quando ele diz que este decreto assinado no dia 10 de dezembro, nº 072/09, que não sirva simplesmente como motivo de enrolar e postergar a averbação, e principalmente que não sirva de deses-

tímulo a quem cumpre! Temos 10% dos agricultores que cumpriram, que averbaram, que foram atrás, que fizeram seu papel, que essas pessoas não sintam-se enganadas ou desestimuladas a serem cumpridoras da lei.

Teve momentos hoje na nossa reunião que foram importantíssimos, tínhamos vários segmentos da sociedade lá representados, e todos com um único objetivo que é buscar a preservação da vida. Dois momentos eu achei de suma importância, quando dois técnicos fizeram uso da palavra e colocaram, claramente, que o Código Florestal não é inimigo do agricultor ou do setor produtivo, pelo contrário, ele vem para salvaguardar os recursos naturais, para cuidar da galinha dos ovos de ouro do agricultor. O maior patrimônio do agricultor é o seu solo fértil e a sua água pura, cuidada, esse é o maior patrimônio! Isso foi muito bem colocado na reunião e precisamos trabalhar muito, Deputado Cheida, para que o setor produtivo entenda isto: não existe uma separação entre agricultores e ambientalistas! Temos que nos juntar e, como eu sempre digo, produzir preservando, preservar produzindo!

#### O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Bonito esse trocadilho final. Deputada Rosane Ferreira, eu também tenho essa preocupação e acho que todos nós, nada de política pública pode ter dois pesos e duas medidas. O Governo tem que ter uma prática, uma política que seja única, porque senão daqui a pouco o descrédito toma conta desse que, sem dúvida nenhuma, deve ser um dos maiores caminhos a ser percorridos que é a questão da sustentabilidade. Sem dúvida nenhuma vejo com bastante preocupação algumas coisas, mas de certa maneira também com algum interesse, porque acredito também que é uma oportunidade, como disse até a própria Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Kátia Abreu, de começar-se a recuperar essas matas. A discussão não terminou, ela está no começo e acho que a contribuição de V. Exa. e de muitos outros Deputados que têm participado, incansavelmente, na procura de soluções, tem sido importantíssima.

Era esse o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente. Sem dúvida nenhuma a Assembleia Legislativa do Paraná é que se engrandece com uma discussão desse porte, contemporânea, atual e, mais do que nunca, urgente e necessária.

Obrigado.

### ***Ordem do Dia:***

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Mensagem nº 135/09, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expedi-

ente, encaminhando anteprojeto de lei solicitando aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 53.500.000,00 (cinquenta e três milhões e quinhentos mil reais) ao vigente orçamento das Secretarias de Estado da Criança e da Juventude e dos Transportes, aprovado pela Lei Estadual nº 16032, de 29/12/08, visando atender despesas com a construção de Centros da Juventude em sete Municípios do Estado, bem como atender despesas com a restauração do pavimento do trecho Araucária - Campo Largo e a conservação rotineira e periódica em rodovias da malha rodoviária estadual. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 136/09, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação ao Município de Arapoti, do imóvel constituído pela área de terras denominada do Lote "A-2", da Quadra nº 34, com área de 520,00m<sup>2</sup>, conforme Transcrição nº 1308, do Registro de Imóveis da Comarca de Jaguariaíva. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 137/09, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação ao Município de Wenceslau Braz, de parte correspondente a 780,00m<sup>2</sup> da área total de 5.585,00m<sup>2</sup>, conforme Transcrição das Transmissões nº 13.853, do Registro de Imóveis da Comarca de Wenceslau Braz. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 958/09, de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Presidente da COHAPAR, a criação do Programa de Mutirão de Conciliação de Habitação, para atender os mutuários da COHAPAR. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 959/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado e a Secretaria de Estado da Educação, que empreenda medidas no sentido de viabilizar a instalação de um Colégio Estadual Agrícola no Município de Cascavel. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 960/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Transportes, a reconstrução de uma ponte sobre o rio Ribeirão Atlântique, no Município de Mandaguaçu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 961/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, o fornecimento de um veículo para o Conselho Tutelar do Município de Alto Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 962/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, que dedique especial atenção à necessidade de se colocar/distribuir peixes - alevinos, no lago da Usina de Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 963/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado a aquisição de 01 (uma) kombi ao Município de Sarandi. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria da Mesa Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 6115, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, requerendo justificativa de ausência nas Sessões Ordinárias realizadas no dia 09/12/09, em virtude de compromisso parlamentar assumido em Brasília/DF, de reuniões de Ministérios. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 6121, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, requerendo justificativa de ausência nas Sessões Ordinárias realizadas nos dias 24, 25 e 30/11/09, em virtude de estar participando da Feira Agropecuária Comercial e Industrial de Dois Vizinhos - EXPOVIZINHOS. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## ***Redação Final***

### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 310/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, (anexos Projetos nºs 129/08, 343/07 e 344/07) que altera a redação do artigo 1º da Lei Complementar nº 083/08 - Região Metropolitana de Maringá. **Aprovada.**

## **REDAÇÃO FINAL DOS PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR NºS 310, 343, 344/07 E 129/08 A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

### **D E C R E T A :**

Art. 1º O artigo 1º da Lei Complementar nº 083, de 17/07/98, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Maringá, constituída pelos Municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paiçandu, Ângulo, Iguaçu, Mandaguaçu, Floresta, Dr. Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba, Bom Sucesso, Jandaia do Sul, Cambira, Presidente Castelo Branco, Florida, Santa Fé, Lobato, Munhoz de Mello, Floraí, Atalia, São Jorge do Ivaí e Ourizona.”

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14/12/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR- Presidente

TERUO KATO - Relator

### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 123/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, que autoriza o Governo do Estado a instituir o Programa Mulher Preparada e Qualificada para valorização da mão de obra feminina no mercado de trabalho e dá outras providências. **Aprovada.**

## **REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 123/09 A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica instituído o Programa Mulher Preparada e Qualificada para valorização da mão de obra feminina no mercado de trabalho.

§ 1º O programa será desenvolvido, implantado e executado pela Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho e poderá estabelecer com outras Secretarias e órgãos estaduais.

§ 2º Os Municípios poderão participar do programa desenvolvendo ações complementares, no âmbito de sua competência.

Art. 2º O Programa Mulher Preparada e Qualificada atenderá, prioritariamente, a mulher que tenha sob sua responsabilidade a direção, administração ou manutenção familiar, e que se encontre desempregada, ou em condições precárias de trabalho (mercado informal).



Art. 3º A Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social poderá celebrar convênios com universidades, empresas públicas ou privadas e organizações não-governamentais, visando a implantação e a execução do Programa Mulher Preparada e Qualificada.

Art. 4º Para a eficácia do Programa Mulher Preparada e Qualificada, a Secretaria do Estado do Emprego e Relações do Trabalho terá como atribuição a execução das seguintes ações, entre outras cadastros:

I - criação, manutenção e atualização de banco de dados contendo cadastros:

a) de mulher interessada em participar do programa;

b) de empresas públicas ou privadas, órgãos e entidades públicas, universidades e organizações não-governamentais que sejam parceiros do Programa Mulher Preparada e Qualificada;

c) de oferta de emprego destinada as mulheres beneficiadas pelo programa.

II - promoção da qualificação da mão de obra feminina, encaminhando as mulheres cadastradas para:

a) cursos que promovam a melhoria do nível educacional e cultural;

b) curso profissionalizante, observando-se os parâmetros e a aptidão profissional da demanda;

c) prioritariamente, empregos oferecidos pelos parceiros do Programa.

III - divulgação constante sobre a oferta de empregos e cursos de qualificação, por meio de parceria com a imprensa em geral e com o Sistema Nacional de emprego (SINE), do Ministério do Trabalho e Emprego;

IV - geração de emprego, incentivo e fomento à formação de cooperativas de trabalho;

V - envio de relatório semestral das atividades desenvolvidas pelo programa às Secretarias de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social e de Justiça e Cidadania;

VI - envio de relatório semestral das atividades desenvolvidas pelo programa à Assembleia Legislativa para encaminhamento às suas comissões, em especial à Comissão de Relações do Trabalho e de Promoção Social.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09/12/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR- Presidente

TERUO KATO - Relator

### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 575/09, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a APROMIC - Associação de Produtores da Micro Bacia Campo Novo, com sede em Palmeirinha no Município de Guarapuava. **Aprovada.**

### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 575/09 A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Produtores da Micro Bacia Campo Novo - APROMIC, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14/12/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR- Presidente

TERUO KATO - Relator

### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 628/09, de autoria do Deputado Stephanes Junior, que declara de utilidade pública estadual a Associação de Defesa ao Direito e Propriedade do Patrimônio do Ramal Soipe/Arapuá, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand. **Aprovada.**

### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 628/09 A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Defesa ao Direito a Propriedade do Patrimônio do Ramal Soipe/Arapuá - ADDP, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14/12/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR- Presidente

TERUO KATO - Relator

### 3ª Discussão

### ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 594/09, de autoria do Deputado Plauto Miró, que declara de utilidade pública a Agência de Desenvolvimento Turístico e Cultural da Rota Tropeiros do Paraná, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

### ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 643/09, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública estadual a Associação de Defesa ao Direito a Pro-

priedade do Ramal Pimenta, Município de Assis Chateaubriand, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

#### ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 644/09, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública estadual a Associação de Desfesa ao Direito a Propriedade do Patrimônio de Terra Nova, Município de Assis Chateaubriand, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

#### 2ª Discussão

#### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 543/09, de autoria do Deputado Elton Welter, que incentiva o desenvolvimento de ações de preservação ambiental pelos agricultores familiares, médio e grande produtores do Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAICTM E CEMA. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 380/09, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 710/09, que altera o artigo 260 da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

#### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 558/09, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que declara de utilidade pública a Associação da Melhor Idade Estrela do Mar de Ipanema, com sede e foro no Município de Pontal do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

#### ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 645/09, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública estadual a Associação de Desfesa ao Direito a Propriedade de Encantado do Oeste, Município de Assis Chateaubriand, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

#### ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 023/09, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Srs. Deputados, mês de novembro de 2009. RESOLUÇÕES NºS 003/04 E 003/09. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### 1ª Discussão

#### ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 484/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que obriga a divulgação, no rótulo das embalagens de óleo comestível, da informação sobre a destinação correta do produto após o uso e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 133/09, de 10/11/08, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 484/08

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Caíto Quintana, tem por objetivo instituir a obrigatoriedade de divulgação, no rótulo das embalagens de óleo comestível, da informação sobre a destinação correta do produto após o uso e dá outras providências.

##### Fundamentação

A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe no artigo 24, VI, VIII, que é de competência concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal legislar sobre a responsabilização de dano causados aos consumidores: possuindo, em consequência, o órgão legislante estadual a prerrogativa para iniciar o processo legislativo, ora em questão.

Destaque-se ainda o artigo 23, VI, na nossa Carta Magna:

*Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:*

*VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;*

A competência legislativa se configura na autorização dada pelo legislador constituinte, uma vez que o projeto de lei em análise, além de evidente caráter informativo ao consumidor, possui clara intenção de proteção ao meio ambiente, pois o óleo comestível, depois de utilizado, se não dispensado corretamente, gera danos ao meio ambiente, pois não tem a capacidade de ser absorvido por este.

O direito ao meio ambiente equilibrado foi preocupação constante do legislador constituinte, durante todo o processo de elaboração da Constituição de 1988, dedicando capítulo próprio do texto constitucional para a proteção ao meio ambiente. Veja-se:

*Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do*

*povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*

A parte final do *caput* do mencionado artigo, juntamente com o disposto nos artigos 23 e 24 mencionados acima, dão respaldo ao legislador estadual para elaboração de projeto de lei que se destina à preservação do meio ambiente, finalidade encontrada no projeto de lei em análise. O óleo vegetal comestível, se jogado diretamente na rede de esgoto, é extremamente danoso ao meio ambiente, como explicam vários estudos.

A informação ao consumidor nas embalagens destina-se, portanto, à proteção deste, evitando-se assim que ocasione danos ambientais, protegendo-o de maneira ampla e irrestrita.

A proteção ao consumidor é, igualmente objeto de direito fundamental, previsto no artigo 5º, XXXII:

*XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;*

Os princípios que dão respaldo ao projeto de lei em análise encontram-se igualmente consignados no que diz respeito à defesa da ordem econômica, consubstanciados no artigo 170, V e VI:

*Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:*

*V - defesa do consumidor;*

*VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviço e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/03).*

Dessa forma, configura-se legítima a competência do Parlamentar Estadual para elaborar projeto de lei que se destine a informação do consumidor, para que efetue o correto manejo do produto em questão, de maneira a causar-se o menor dano possível quando do despejo do óleo comestível. Em assim sendo, o presente projeto de lei não apresenta qualquer óbice constitucional que, por sua vez, o macule.

Por fim, em relação à técnica legislativa, verifica-se consonância às disposições constantes na Lei Complementar nº 095/98.

#### **Conclusão**

Desta forma, face ao exposto somos pela aprovação do presente projeto de lei, por estar fincado nos princípios da legalidade e da constitucionalidade.

Sala das Comissões, em 30/11/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
JOCELITO CANTO - Relator

## COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO PROJETO DE LEI 484/08

### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 484/08 de autoria da Deputada Rosane Ferreira, obriga a divulgação, no rótulo das embalagens de óleo comestível, da informação sobre a destinação correta do produto após o uso.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, esta Comissão é chamada a se manifestar com relação ao mérito da matéria.

Louvável a intenção do autor, pois orienta o consumidor sobre os efeitos nocivos ao ser humano quando da destinação inadequada de óleos alimentares residuais.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08/12/09.

(aa) FERNANDO SCANAVACA - Presidente  
TERUO KATO - Relator

### ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 071/09, de autoria da Deputada Beti Pavin, ficam alterados os parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 13115 de 14/02/01, alterada pela Lei nº 14677, de 06/04/05, que passarão a vigorar. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 014/09, de 09/03/09, Projetos de Lei).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 071/09

### P A R E C E R :

#### **Preâmbulo**

Atualmente, cada partido político ou bloco parlamentar está autorizado a apresentar, por legislatura, 8 (oito) projetos de lei, visando à concessão de título de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito. Ocorre que, consoante a justificativa apresentada, tal número é insuficiente para a realidade de nossa Casa de Leis; e, por conseguinte, o presente projeto - levando em consideração as várias personalidades paranaenses e nacionais que merecem maior honraria - busca ampliar para 12 (doze) os projetos com determinada finalidade.

#### **Fundamentação**

Inicialmente compete à Comissão de Constituição e Justiça, dentre suas atribuições dispostas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, manifestar-se sobre a constitucionalidade e legalidade do projeto, ora apresentado, bem como sobre a legitimidade da proponente e técnica legislativa utilizada.

Esclareça-se que o presente projeto de lei visa alterar a Lei Estadual nº 13115/01, na qual se dispõe que o título de Cidadão Honorário ou Benemérito será concedido, somente, à pessoa que tenha prestado relevantes

serviços ao Estado do Paraná<sup>1</sup>. Ainda, para ser merecedor de tal honraria, o homenageado deve enquadrar-se em, ao menos, dois requisitos estabelecidos pela mesma lei, quais sejam:

*I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada;*

*II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;*

*III - ação destacada na área da filantropia ou em favor de obras sociais;*

*IV - ter reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;*

*V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania<sup>2</sup>.*

Entretanto, referida lei estabelecida que somente 4 (quatro) projetos, referentes à esta temática, poderiam ser apresentados pelos partidos políticos ou bancadas parlamentares, na mesma legislatura<sup>3</sup>. A Lei Estadual nº 14677/05, por conseguinte, veio para alterá-la, delimitando que o número passaria a ser de 8 (oito) projetos<sup>4</sup>.

Novamente, a presente propositura visa a majoração deste número e, considerando-se as normas constitucionais da Constituição do Estado do Paraná, vislumbra-se que inexistem óbices.

A uma, porque não se enquadra no rol de competência privativa do Governador do Estado - elencado nos artigos 66 e 87 da CE; a duas, pois a proponente é competente para a iniciativa de leis ordinárias<sup>5</sup>. Ademais, deve-se considerar que houve obediência ao princípio do paralelismo das formas, eis que a modificação legislativa deve ser realizada em consonância às formas empregadas para a sua criação.

1. Art. 1º, *caput*, da Lei Estadual nº 13115/01. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito só será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná...

2. Art. 1º, I, II, III, IV e V da Lei Estadual nº 13115/01.

3. Art. 2º, *caput*, da Lei Estadual nº 13115/01. Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembleia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

§ 1º - Cada partido político poderá apresentar até 4 (quatro) títulos de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura.

4. Art. 1º, *caput*, Lei Estadual nº 14677/05. Ficam alterados os parágrafos 1º e 2º, do artigo 2º, da Lei nº 13115, de 14/02/01, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º - Cada partido político poderá apresentar até 8 (oito) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura.”

Todavia, a pretensão da proponente é a de alterar os parágrafos 1º e 2º do artigo 2º da Lei Estadual nº 13115/01, posteriormente alterada pela Lei Estadual nº 14677/05. Ocorre que o parágrafo 2º do artigo 2º do projeto de lei apresentado não traz nenhuma alteração, sendo cópia fiel do que já vigora dentro de nosso ordenamento jurídico. Destarte, uma vez que mantém os exatos termos da legislação vigente, opinamos pela modificação da redação do art. 1º do projeto de lei apresentado, para fins de adequação às normas da Lei Complementar nº 095/98.

#### **Conclusão**

Em face da constitucionalidade, opinamos pela aprovação do projeto de lei sob a forma da emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 07/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 071/09 EMENDA MODIFICATIVA**

Atendendo o disposto no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, retificamos o presente projeto de lei para alterar a redação do artigo 1º, o qual passará a vigorar da seguinte forma:

“Art. 1º Fica alterado o parágrafo 1º, do artigo 2º, da Lei nº 13115, de 14/02/01, alterada pela Lei nº 14677, de 06/04/05, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º ...

§ 1º - Cada partido político ou bloco parlamentar poderá apresentar até 12 (doze) projetos de título de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura.”

Sala das Comissões, em 07/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

#### **ITEM 15**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 333/09, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que proíbe a comercialização de bebidas envasadas em garrafas de vidro descartáveis do tipo long neck ou one way e similares, por estabelecimento de qualquer ramo comercial no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICT. COM EMENDA DA CCJ. (Publ. no D.A. nº 072/09, de 30/06/09, em Projetos de Lei).

5. Art. 65, *caput*, Constituição do Estado do Paraná. A iniciativa das leis complementares e ordinárias, cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 333/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, proíbe a comercialização de bebidas envasadas em garrafas de vidro descartáveis do tipo long neck ou one way e similares, por estabelecimento de qualquer ramo comercial do Estado do Paraná.

O projeto de lei ora analisado não encontra nenhum óbice constitucional, tendo respaldo na Constituição Federal, que assegura:

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;*

*Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*

*§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público;*

*V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;*

*§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.*

Já a Constituição Estadual diz:

*Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado especificamente:*

*VII - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas na administração direta, autárquica e fundacional e fixação de remuneração, observados os parâmetros na lei de diretrizes orçamentárias;*

*X - criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado;*

Cabe ressaltar que esta relatoria recebeu a visita de representantes da ABVIDRO de São Paulo que apresentou um memorial com informações técnicas e, mostra alguns caminhos para a reciclagem mas, não conseguem provar a sustentabilidade das embalagens long neck. A ABVIDRO e a Indústria do Vidro não apresentaram nenhuma proposta real e aplicável para o recolhimento e a reciclagem dessas embalagens junto ao IAP, a exemplo da indústria de alumínio e do PET que já apresentaram proposta para a recuperação desses materiais, gerando emprego e renda para os Municípios.

Dentro desse paradigma, verifica-se que a proposição intentada encontra-se dentro dos ditames legais e constitucionais.

No entanto, apresenta-se uma emenda modificativa à presente proposição para melhor adequar à realidade vivida no Estado do Paraná e aos ditames legais referentes ao tema.

Quanto a técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação através da emenda modificativa anexa.

Sala das Comissões, 07/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 333/09  
EMENDA MODIFICATIVA

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, com o intuito de ajustar os artigos 1º, 2º e 4º da presente proposição, passando o projeto de lei a contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica proibida a comercialização de bebidas envasadas em garrafas de vidro descartáveis do tipo long neck ou one way e similares, por estabelecimentos de qualquer ramo comercial, que não estiverem cumprindo as normas editadas pela Lei nº 12493/99 e pelo termo de ajuste de conduta firmado entre os fabricantes de garrafas do tipo long neck e o Ministério Público do Estado do Paraná em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente - SEMA.

(...)

Art. 3º A fiscalização do cumprimento dos dispositivos previstos nesta Lei e aplicação das sanções cabíveis é de responsabilidade do IAP - Instituto Ambiental do Paraná, vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA.

Art. 4º A partir do prazo estipulado no artigo 2º, o Poder Público Estadual, através do IAP - Instituto Ambiental do Paraná, aplicará multa de acordo com o porte do estabelecimento e efetuará o recolhimento do produto, e em caso de reincidência, multa em dobro, e procederá a interdição da empresa infratora.”

Sala das Comissões, em 07/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA,  
COMÉRCIO E TURISMO  
PROJETO DE LEI Nº 333/09

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 333/09 de autoria do Deputado

Dobrandino da Silva, proíbe a comercialização de bebidas em garrafas de vidro descartáveis do tipo long neck e similares, por estabelecimento de qualquer ramo comercial no estado.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, esta comissão é chamada a se manifestar com relação ao mérito da matéria.

A matéria é meritória, pois estas embalagens não sendo reutilizáveis, não geram empregos e renda a recicladores, como as de vidro e latas de alumínio. Outro fator é a agressão ao Meio Ambiente, levando cerca 5000 anos para a decomposição deste material.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

(aa) FERNANDO SCANAVACA - Presidente

TERUO KATO - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 6100, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões.

Em discussão. Em votação.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) **(Para Encaminhar)**

Vou encaminhar favoravelmente à retirada por um motivo que poderia até ser formulado como questão de ordem. Nós temos um projeto, também, que é muito importante e fala sobre a proibição e a fabricação de embalagens plásticas, PET, com pintura metálica em todo o Estado do Paraná.

O projeto em questão foi aprovado pela CCJ e está vindo para o Plenário. O nosso projeto, que fala sobre embalagens plásticas que não há como fazer a reciclagem, foi reprovado na CCJ.

Primeiro, com relação às garrafas PET, o que acontece nos Estados Unidos e Países de Primeiro Mundo é que existe, sim, a reciclagem para esse tipo de produto. E existe também uma responsabilidade mútua dos fabricantes, das indústrias, dos comerciantes e também dos consumidores. Nos Estados Unidos as garrafas PET normalmente oferecem dois cents. Depois você pode receber esses 2 cents para que essas garrafinhas sejam recicladas. Isto na questão vidro. Com relação a esse tipo de produto, existe, sim, a reciclagem. O Paraná ainda não está adaptado. O Brasil também talvez tenha problemas nesta questão, mas acho que precisamos discutir este assunto.

Agora, com relação às embalagens plásticas, é diferente. Não existe a possibilidade de reciclagem, principalmente com pinturas metálicas. Então, voto pela retirada por 10 Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra, para encaminhar, ao Deputado Dobrandino da Silva.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, este projeto de lei foi elaborado

numa discussão até a pedido do IAP, e a Secretaria do Meio Ambiente. Foi discutido várias vezes, e passou na CCJ, a primeira vez foi rejeitado, depois, com o substitutivo geral, ele passou.

Não entendo, sinceramente, embora respeite a opinião dos Srs. Deputados, mas não entendo porquê postergar esse projeto. Recebi telefonemas de quase todos os Estados brasileiros. Vi que realmente o caminho é este. Não entendo por quê fazer Audiência Pública! Sei que quem está por trás são os fabricantes, que são contra, mas não vejo, de forma nenhuma, o porquê dessa posição contrária à tramitação do projeto ser aprovado, até porque hoje é a constitucionalidade.

Queria pedir a compreensão dos Srs. Deputados, inclusive do meu amigo Deputado Romanelli. Dizer a ele que não tem sentido, porque é a sociedade que exige esse tipo de comportamento nosso. Então, gostaria de pedir a rejeição do requerimento, mas se passar eu só lamento, porque vai ficar para o próximo ano e a intenção nós sabemos que é não aprovar o requerimento, que tem uma repercussão positiva para a população do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri e, posteriormente, o Deputado Romanelli.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Só gostaria de colocar para o Deputado Dobrandino que fizemos esse debate na CCJ e houve uma maioria de cinco votos a quatro. Na sequência foi colocado e um dos argumentos é correto, porque as garrafas têm uma capacidade de poluição muito grande por não poderem ser reutilizadas para serem envasadas novamente. Esse me parece ser um argumento correto, muito embora frágil.

Por que estou fazendo um pedido para que possamos adiar e depois fazermos uma Audiência Pública? Acho que é preciso que ouçamos inclusive segmentos que têm hoje centenas de milhares de garrafas, que já têm um termo de ajuste de conduta com o Ministério Público e que são responsáveis inclusive pela destinação dessas garrafas. E não estamos falando de garrafas de cerveja, mas, de embalagens de achocolatados, de refrigerantes, que são colocados em pequenas garrafas. É preciso que saibamos pelo menos se esse projeto aprovado significará, no dia seguinte, retirar de circulação todos esses produtos. Acho que temos que entender, porque é isso o que diz o projeto de lei: proíbe que tenhamos comercialização. E o argumento de que não são reutilizados, quero aqui apenas dialogar com o Deputado, porque acho que a intenção é excelente, mas as latas de cerveja também não são reutilizadas, pois são recicláveis, assim como as embalagens PET também não são reutilizáveis, mas são recicláveis. Então, por essa lógica não teríamos mais nenhum produto sendo comercializado.

Por isso é que estou solicitando. Entendo que é posição do Deputado Dobrandino que façamos esse

debate no ano que vem, que possamos trazer todos os segmentos interessados e aí sem votarmos com condições de aprovarmos ou não; mas se aprovarmos, sabermos exatamente o que estamos aprovando.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Olha, tenho grande respeito pelo Deputado Dobrandino. Em 99% nós convergimos nos pontos de vista que defendemos. Mas, tenho que reconhecer que esse tema merece ser melhor debatido no âmbito da Assembleia Legislativa e da sociedade paranaense, porque não é possível retirarmos um tipo de embalagem do Estado do Paraná como se não integrássemos uma Federação. E a lógica, Sr. Presidente, basta pensarmos que todas as embalagens que são descartáveis, mas que são de vidro, se enquadrariam nisso. As embalagens de achocolatados, o Nescau, o Toddy, tudo isso ficaria excluído.

Então, de fato o projeto merece ser reanalisado, até porque entendo que ele afeta a livre concorrência. O tema, na verdade, trata de poder dar uma solução para a embalagem depois de utilizada. Vai, na verdade, aplicar aqui o princípio do poluidor pagador, ou seja, quem utiliza a embalagem tem que dar um destino para ela. Esse tema merece obviamente ser analisado por esta Casa, mas antes é necessário indiscutivelmente se promover uma Audiência Pública.

Por isso encaminho favorável, no sentido de retirarmos de votação para podermos realizar a Audiência Pública, acho que pela Comissão de Defesa do Consumidor, que indiscutivelmente é a que melhor pode tratar desse tema.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Será procedida a votação.

Srs. Deputados favoráveis ao requerimento retirando o projeto por 10 Sessões, votam com a expressão SIM, e os Deputados que forem contrários ao requerimento votam com a expressão NÃO.

Em votação o requerimento.

**Aprovado.**

Vai se proceder à apuração: 21 Srs. Deputados SIM; 13 Srs. Deputados NÃO; votaram 35 Srs. Deputados.

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 333/09.

## ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 532/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera a alínea P. 1 do artigo 14 da Lei nº 16016 de 19/12/08 (ICMS). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado.**

(Publ. no DA nº 114/09, de 29/09/09, em Projetos de Lei).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 532/09

P A R E C E R :

### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por objetivo alterar a Lei nº 16016/08, visando atingir todos os combustíveis usados na aviação, uma vez que a atual nomenclatura não atinge alguns desses combustíveis utilizados.

Nesse sentido, importante salientar que a atual nomenclatura empregada na norma que se pretende alterar alberga apenas aeronaves de pequeno porte, eis que as aeronaves de médio e grande porte não são movidas a gasolina, mas sim, através de outros combustíveis.

Assim, resta evidenciado que o presente projeto de lei vem corrigir equívoco teleológico cometido pelo legislador primário.

### Fundamentação

O presente projeto de lei pretende modificar a nomenclatura expressa na alínea p.1. do artigo 14 da Lei nº 16016/08, buscando atingir todos os combustíveis usados na aviação, uma vez que a atual nomenclatura não atinge alguns desses combustíveis utilizados.

Exordialmente, faz-se imperiosa a aferição da legitimidade legislativa para tratar sobre o tema tributário. Acerca disto, calha, *ab initio* a Constituição da República Federativa do Brasil, que em seu artigo 24 traz o seguinte comando: Art. 24. *Compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*I - Direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;*

Frente a isto, logo denota-se a legitimidade do Estado, ente federado, para legislar sobre assunto que diga respeito à seara tributária. Frise-se, entretanto, que o ente federado não poderá afrontar legislação de tope federal. Outrossim, cabe a cada Estado editar leis que tratem de temas específicos, esmiuçando o tema tributário, ao passo que à União Federal compete elaborar e promulgar normas gerais em matéria fiscal. O desrespeito desse mecanismo reveste-se de cabal inconstitucionalidade. Corroborando este entendimento está o artigo 146 de nossa Carta Maior, ora *in verbis*:

*Art. 146. Cabe à Lei Complementar:*

*I - dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;*

*II - regular as limitações constitucionais ao poder de tributar;*

*III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:*

*a) definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta*

*Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;*

*b) obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários;*

*c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.*

*d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no artigo 155, II, das contribuições previstas no artigo 195, I e §§ 12 e 13, e da contribuição a que se refere o artigo 239.*

Neste passo, para melhor entendermos essa acepção, salutar é dar-se atenção ao texto da Constituição do Estado do Paraná, que em seu artigo 13 dispõe:

*Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:*

*I - direito tributário financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.*

*§ 1º o Estado, no exercício de sua competência suplementar, observará as normas gerais estabelecidas pela União.*

*§ 2º Inexistindo lei federal sobre as normas gerais, o Estado poderá exercer competência legislativa plena para atender às suas peculiaridades.*

Ademais presente projeto busca definir operações sobre o ICMS, tributo de competência estadual, que tem seu arquétipo legal insculpido no artigo 155 da Constituição da República Federativa do Brasil. Apenas como exposição, observe-se:

*Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:*

*II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior. (Grifos nossos)*

O destaque é indispensável, por ser esse o tema da presente iniciativa legislativa, qual seja, operações que fazem circular mercadorias.

Destarte, no projeto de lei em tela, o autor possui legitimidade para propositura do processo legislativo, uma vez que sua competência está totalmente em conformidade com os preceitos constitucionais.

Além disso, ressalta-se ainda que cabe aos Estados a definição de operações, pelo fato de que compõe o núcleo do critério material da regra matriz de incidência tributária, sendo porquanto, de competência do Estado elaborar lei que aclare o conceito.

Roque Antonio Carrazza é incisivo a asseverar que:

*A competência tributária é a habilitação ou, se preferirmos, a faculdade potencial que a Constituição confere a determinadas pessoas (as pessoas jurídicas de direito público interno) para que, por meio de lei, tributem. Obviamente, quem pode tributar (criar unilateralmente o tributo, com base em normas constitucionais),*

*pode, igualmente, aumentar a carga tributária (agravando a alíquota ou a base de cálculo do tributo, ou ambas), diminuí-la (adotando o procedimento inverso) ou, até suprimi-la, através da não tributação pura e simples ou do emprego do mecanismo jurídico das isenções... O que queremos significar é que quem pode tributar pode, do mesmo modo, aumentar o tributo, minorá-lo, parcelar seu pagamento, insentá-lo no todo ou em parte, remi-lo, anistiar, observadas as diretrizes constitucionais. Tudo vai depender de uma decisão política, a ser tomada pela própria entidade tributante.*

Evidente que se a doutrina pátria é pacífica em lecionar que se há competência em qualquer momento, pode o detentor da mesma utilizar-se de sua prerrogativa para alterar leis, para uma melhor aplicação junto ao caso concreto.

Desta forma, reveste-se de constitucionalidade a intenção do parlamentar de adequar a lei para a melhor aplicação no caso concreto, qual seja, neste caso, a alteração da nomenclatura expressa na alínea p. 1 do artigo 14 da Lei nº 16016/08, para que se possa atingir todos os combustíveis usados na aviação, uma vez que a atual nomenclatura não atinge alguns desses combustíveis utilizados.

Quanto à técnica legislativa utilizada, observa-se que o presente projeto de lei está em plena conformidade com os ditames legais estabelecidos pela Lei Complementar nº 095/98.

#### **Conclusão**

Ante o exposto, aferidas a constitucionalidade e legalidade do presente projeto, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17/11/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 532/09

**P A R E C E R :**

O presente projeto trata da alteração da Lei nº 16016/08, que dispõe sobre o ICMS no Estado do Paraná.

A proposta foi aprovada na CCJ, vindo a esta comissão para que exare parecer sobre a viabilidade sob o ponto de vista financeiro, pautado pela legislação correlata.

Como se disse no parecer vestibular, o projeto tem por finalidade permear o princípio da isonomia tributária para o trato dos produtos listados, de modo a corrigir eventual distorção existente na prática. Isto decorre do fato de os aviões serem abastecidos por diversos combustíveis, dentre os quais a gasolina.

O parecer inicial optou pela baixa em diligências, sendo enviado à Secretaria da Fazenda para parecer. Este órgão técnico opinou pela não aprovação, visto destacada redução de receita a ser propiciada com implemento desta proposta.



Embasado nesta opinião abalizada, que destaca o impacto aos cofres públicos pela publicação de eventual lei, nosso parecer é pela não aprovação do projeto em sede de análise por esta Comissão de Finanças.

Sala das Comissões, em 05/12/09.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

#### ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 540/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 086/09, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado para o Exercício de 2010. COM PARECER FAVORÁVEL DA CO. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CO. (Publ. no DA nº 115/09, de 30/09/09, em Mensagens).

PROJETO DE LEI Nº 540/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

#### Seção I

##### Das Disposições Comuns

Art. 1º Esta lei estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2010, compreendendo:

I - Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;

II - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

#### Seção II

##### Da Estimativa da Receita

Art. 2º A Receita Total apresenta a previsão da Receita Bruta, no montante de R\$ 27.611.847.430,00 (vinte e sete bilhões, seiscentos e onze milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e trinta reais), e as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, no valor de R\$ 2.564.903.910,00 (dois bilhões, quinhentos e sessenta e quatro milhões, novecentos e três mil, novecentos e dez reais), ficando a despesa fixada no montante da Receita Líquida prevista em R\$ 25.046.943.520,00 (vinte e cinco bilhões, quarenta e seis milhões, novecentos e quarenta e três mil, quinhentos e vinte reais).

Parágrafo Único. A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e o ingresso de outras receitas correntes e de capital, conforme dispõe o artigo 35 da Lei Estadual nº 16193, de 30/07/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2010) e a Legislação Estadual nas especificações do Anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

		Em R\$ 1,00	
<b>1.</b>	<b>Receitas de Recolhimento Centralizado Brutas</b>	<b>R\$</b>	<b>24.578.181.880</b>
	1.1 Receitas Correntes	R\$	22.637.047.050
	1.2 Receitas de Capital	R\$	1.941.134.830
<b>2.</b>	<b>Receitas de Recolhimento Centralizado Líquidas</b>	<b>R\$</b>	<b>22.013.277.970</b>
	2.1 Receitas Correntes - Bruta	R\$	22.637.047.050
	2.2 Deduções para o FUNDEB (-)	R\$	2.564.903.910
	2.3 Receitas Correntes - Líquidas para a fixação da despesa	R\$	20.072.143.140
	2.4 Receitas de Capital	R\$	1.941.134.830
<b>3.</b>	<b>Receitas próprias de recolhimento Descentralizado das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista Dependentes (Exclusive transferências do Tesouro Estadual).</b>	<b>R\$</b>	<b>1.564.103.570</b>
	3.1 Receitas Correntes	R\$	1.404.608.380
	3.2 Receitas de Capital	R\$	159.495.190
<b>4.</b>	<b>Receitas próprias de recolhimento descentralizado das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, para o Orçamento de Investimentos (Exclusive transferências do Tesouro Estadual).</b>	<b>R\$</b>	<b>1.469.561.980</b>
	4.1 Receitas Correntes	R\$	1.234.893.980
	4.2 Receitas de Capital	R\$	234.668.000
<b>5.</b>	<b>Total da Receita Bruta</b>	<b>R\$</b>	<b>27.611.847.430</b>

		<b>Em R\$ 1,00</b>	
<b>6.</b>	<b>Total da Receita Líquida para fixação da despesa</b>	<b>R\$</b>	<b>25.046.943.520</b>
6.1	Receitas Correntes - Bruta	R\$	25.276.549.410
6.2	Deduções para o FUNDEB (-)	R\$	2.564.903.910
6.3	Receitas Correntes Líquidas para fixação da despesa	R\$	22.711.645.500
6.4	Receitas de Capital	R\$	2.335.298.020

Art. 3º A previsão de receitas do tesouro inclui os efeitos financeiros da alteração na legislação tributária, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º As despesas condicionadas à aprovação da respectiva alteração na legislação são identificadas por fonte específica nos Quadros de Detalhamento de Despesa.

§ 2º Na estimativa da receita foram excluídos os valores referentes à deferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o artigo 14, inciso I da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

### **Seção III**

#### **Dos Orçamentos**

Art. 4º Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, discriminados no Anexo III, estimam a receita líquida em R\$ 23.577.381.540,00 (vinte e três bilhões, quinhentos e setenta e sete milhões, trezentos e oitenta e um mil, quinhentos e quarenta reais) e fixam a despesa em igual valor.

Art. 5º O orçamento de investimento das empresas públicas e das sociedades de economia mista, compreendendo as receitas próprias e as receitas de transferências do Estado, está estimado em R\$ 1.469.561.980,00 (um bilhão, quatrocentos e sessenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e um mil, novecentos e oitenta reais), com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta lei.

Art. 6º Os resumos dos demonstrativos da despesa do orçamento geral do Estado, com recursos do Tesouro e de outras fontes, constam do Anexo II, integrante desta lei.

Art. 7º As despesas referentes ao pagamento da dívida pública externa e interna constam do Anexo III desta lei, especificadas pelas dotações: 3101.28843999.083 - encargos gerais da dívida pública interna e 3101.28844999.084 - encargos gerais da dívida pública externa.

Art. 8º A reserva de contingência consta do Anexo III desta lei, na dotação 2501.99999999.900 - reserva de contingência, no montante de R\$ 49.091.750,00 (quarenta e nove milhões, noventa e um mil, setecentos e cinquenta reais).

Art. 9º O programa de obras custeadas com recursos do Tesouro e de outras fontes está detalhado no Anexo V desta lei.

Art. 10. O Anexo de Vinculações de que trata o artigo 14, inciso VIII, da Lei Estadual nº 16193, de 30/07/09 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010, está apresentado no Anexo VI desta lei.

### **Seção IV**

#### **Das Correções dos Orçamentos**

Art. 11. Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado estabelecido a preços de 30/06/09, serão atualizados, antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2009, de acordo com o estabelecido no artigo 6º da Lei Estadual nº 16193, de 30/07/09.

§ 1º O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa, até 20 (vinte) dias após a correção a que se refere o *caput* deste artigo, as informações sobre o índice utilizado e os valores dos totais por Órgãos, Unidades Orçamentárias e Projetos/Atividades/Operações Especiais.

§ 2º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da receita de arrecadação própria do Estado, mais as transferências federais.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder trimestralmente, a correção dos valores dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária dando ciência à Assembleia Legislativa.

§ 1º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da receita de arrecadação própria do Estado mais as transferências federais.

§ 2º No prazo de 15 (quinze) dias, após as correções, o Poder Executivo, fornecerá ao Poder Legislativo,

os percentuais e totais por Órgãos, Unidades Orçamentárias e Projetos/Atividades/Operações Especiais.

### **Seção V**

Das Autorizações para Abertura de Créditos e Ajustes de Grupo de Fontes, de Modalidade de Aplicação e Obras

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado no que lhe cabe, a:

I - Abrir créditos suplementares para atender despesas com pessoal e encargos sociais, o pagamento da dívida pública, com as transferências constitucionais aos Municípios, com sentenças judiciais e PASEP, utilizando como recurso as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64;

II - Abrir créditos suplementares até o limite de 10% (dez por cento), decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de convênios, de fontes vinculadas e de receitas próprias das unidades da Administração Indireta, para aplicação em programas aprovados por esta lei, utilizando como recurso as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64;

III - Abrir créditos suplementares, nos termos dos incisos I, II, III e IV do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64, para cumprimento de convênios, acordos nacionais e com agentes financeiros internacionais, não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como limite o valor anual dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados;

IV - Abrir créditos suplementares até o limite de 5% (cinco por cento), do valor da receita líquida para fixação da despesa para o exercício de 2010, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64, de acordo com o disposto no artigo 33, da Lei Estadual nº 16193, de 30/07/09 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2010;

V - Proceder até o limite de 20% (vinte por cento) das dotações, definidas neste orçamento, a compensação, conversão ou criação de grupos de fontes, de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei. Não serão computados neste limite os créditos suplementares abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo;

VI - Alterar as modalidades de aplicação definidas neste orçamento, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei;

VII - Alterar o Programa de Obras, orçado nesta lei em nível de Projetos/Atividades Orçamentárias, até o limite de 20% (vinte por cento), por Unidades Orçamentárias, custeados com recursos do Tesouro e de outras fontes, desde que tecnicamente justificado. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo.

Art. 14. Fica automaticamente ajustado o Anexo de Vinculações em decorrência das alterações orçamentárias procedidas com base nas autorizações contidas nesta lei.

Art. 15. O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembleia Legislativa do Estado até o décimo quinto dia do encerramento de cada trimestre, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do artigo 13 desta lei.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelo Estado de Santa Catarina e pelos Municípios de Osasco (SP) e Guarulhos (SP), dos quais o Estado do Paraná é portador.

Art. 17. Ficam os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público autorizados a procederem a ajustes nos seus orçamentos, nos termos da lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

### **Seção VI**

Das Centralizações de Recursos

Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à centralização das dotações orçamentárias, alocadas em diversos programas, com a finalidade de atender a aplicação mínima de recursos em função de determinações constitucionais, ou fixadas em outras legislações, e ainda atender a situações decorrentes da otimização administrativa, em especial as referidas nos artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8485, de 03/06/87, bem como, proceder as suas eventuais descentralizações.

Art. 19. Fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar recursos do Fundo Paraná, mediante a abertura de atividades específicas, através de respectivos créditos adicionais, desde que tal descentralização seja previamente autorizada pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

Art. 20. Fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar os recursos dos Programas Especiais, orçados nesta Lei na Administração Geral do Estado - Recursos Sob Supervisão da SEPL, mediante a abertura de projetos específicos nas Unidades Orçamentárias Executoras, por meio de créditos especiais, por ocasião da formalização dos contratos de acordo com o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 16193, de 30/07/09.

### **Seção VII**

Da Execução e Manutenção do Equilíbrio Orçamentário

Art. 21. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do título VI, capítulo I, da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64, sendo vedada

à aplicação do artigo 78, parágrafo 2º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, inserido pela Emenda Constitucional nº 030, em relação às Receitas Tributárias, definidas no Anexo I desta lei, por força da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

### Seção VIII

#### Das Disposições Gerais

Art. 22. A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de 20 (vinte) dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa do Estado, os quadros de detalhamento de despesa especificando, por Projetos/Atividades/Operações Especiais, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores na forma do disposto no artigo 11 desta lei.

Art. 23. Fica o Poder Executivo, autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de Órgãos e/ou Unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta lei.

Art. 24. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações orçamentárias no Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta e no Orçamento de Investimentos das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista decorrentes de transformações aprovadas por lei.

Art. 25. O saldo financeiro, incluindo sua remuneração, verificado em 31/12/09, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado impreterivelmente, até 31/01/10, conforme disposto no artigo 31 da Lei nº 16193, de 30/07/09.

Art. 26. As Unidades Orçamentárias da Administração Indireta, do Poder Executivo, compreendendo as Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas Dependentes e Fundos, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 30 (trinta) dias após o encerramento do Balanço Geral do Estado de 2009, 80% (oitenta por cento) dos respectivos superávits financeiros apurados em seus Balanços Patrimoniais do exercício de 2009.

§ 1º - Fica excluída das exigências do contido no *caput* deste artigo a Administração dos Portos de Paranguá e Antonina - APPA, vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes.

§ 2º - Os recursos obtidos em decorrência da aplicação do *caput* deste artigo no Fundo de Reequipamento de Trânsito - FUNRESTRAN, serão executados em ações do Batalhão de Polícia Rodoviária e no Departamento de Estradas de Rodagem - DER na sinalização de rodovias.

§ 3º - Os recursos obtidos em decorrência da aplicação do disposto no *caput* deste artigo, cuja origem seja de recursos vinculados, deverão ser utilizados em ações prioritárias do Governo Estadual, enquadradas na vinculação de origem.

Art. 27. Fica o Poder Executivo autorizado a repassar para o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, até o limite de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), de recursos provenientes do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, destinados à construção, recuperação e melhoria das estradas estaduais ou estradas federais concessionadas, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais necessários à implementação deste artigo.

§ 1º Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, de que trata o *caput* deste artigo, poderão ser provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2009 ou da arrecadação do DETRAN, efetivada durante o exercício de 2010.

§ 2º Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, repassados ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, de que trata o *caput* deste artigo, ficam excluídos da exigência contida no artigo 6º da Lei Estadual nº 7811, 29/12/83, publicada no Diário Oficial do Estado de 30/12/83.

Art. 28. Os recursos, destinados à execução de ações voltadas à área de saúde, estão alocados na Unidade Orçamentária: Fundo Estadual de Saúde - FUNSAUDE, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde, de acordo com as determinações contidas na Emendas Constitucionais nº 029, de 13/09/2000.

Art. 29. Esta lei entrará em vigor em 01/01/10, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30/09/09.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
PROJETO DE LEI Nº 540/09

P A R E C E R :

Trata-se de projeto de lei orçamentária para o exercício de 2010, oriundo da Mensagem do Poder Executivo nº 086/09.

Ao projeto de lei original foram apresentadas 3375 emendas, sendo 2451 emendas à despesa, 899 emendas ao conteúdo programático e 25 ao texto da lei.

Foram acolhidas segundo critérios estabelecidos por este relator as emendas individuais à despesa tecnicamente corretas até o limite de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para todas as áreas e as emendas coletivas.

Os critérios foram erigidos com base em dados técnicos e legais. Tais elementos merecem acatamento por parte deste Relator, com vistas a tornar efetiva e concreta

a implementação do conteúdo das proposições dos Srs. Deputados.

As emendas à despesa perfizeram um montante de R\$ 147.243.000,00, sendo atendidas por cancelamentos, na mesma importância, apontados por esta Comissão dentre as diversas dotações consignadas na proposição do Executivo, preservando ao máximo do valor original.

Salienta-se que naquele montante estão incluídas emendas coletivas pactuadas nas diversas reuniões da comissão.

É de se notar que, ao acatar 2185 emendas à despesa, 239 emendas ao conteúdo programático e 17 emendas ao texto da lei, respeitou-se à prerrogativa constitucional dos Srs. Deputados de acompanhamento e fiscalização da peça orçamentária.

Na Emenda Substitutiva Geral, este relator entendeu por bem alterar, o artigo 13 do texto original. As alterações visam restringir as delegações concedidas ao Poder Executivo, respeitando-se a competência Parlamentar, para a plena realização do ideal democrático através do respeito ao princípio da representação popular, o que só acontecerá através da apresentação de emendas e se concretizará pelo acatamento das mesmas obedecendo-se à técnica peculiar do processo classificatório.

Assim, somos favoráveis à aprovação do presente projeto de lei, nos termos da emendas substitutiva geral apresentada em anexo.

Sala das Comissões, em 09/12/09.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
SUBSTITUTIVO GERAL  
PROJETO DE LEI Nº 540/09

## Seção I

### Das Disposições Comuns

Art. 1º Esta lei estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2010, compreendendo:

I - Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;

II - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

## Seção II

### Da Estimativa da Receita

Art. 2º A Receita Total apresenta a previsão da Receita Bruta, no montante de R\$ 27.611.847.430,00 (vinte e sete bilhões, seiscentos e onze milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e trinta reais), e as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, no valor de R\$ 2.564.903.910,00 (dois bilhões, quinhentos e sessenta e quatro milhões, novecentos e três mil, novecentos e dez reais), ficando a despesa fixada no montante da Receita Líquida prevista em R\$ 25.046.943.520,00 (vinte e cinco bilhões, quarenta e seis milhões, novecentos e quarenta e três mil, quinhentos e vinte reais).

Parágrafo Único. A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e o ingresso de outras receitas correntes e de capital, conforme dispõe o artigo 35 da Lei Estadual nº 16193, de 30/07/09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2010) e a Legislação Estadual nas especificações do Anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

		Em R\$ 1,00	
<b>1.</b>	<b>Receitas de Recolhimento Centralizado Brutas</b>	<b>R\$</b>	<b>24.578.181.880</b>
	1.1 Receitas Correntes	R\$	22.637.047.050
	1.2 Receitas de Capital	R\$	1.941.134.830
<b>2.</b>	<b>Receitas de Recolhimento Centralizado Líquidas</b>	<b>R\$</b>	<b>22.013.277.970</b>
	2.1 Receitas Correntes - Bruta	R\$	22.637.047.050
	2.2 Deduções para o FUNDEB (-)	R\$	2.564.903.910
	2.3 Receitas Correntes - Líquidas para a fixação da despesa	R\$	20.072.143.140
	2.4 Receitas de Capital	R\$	1.941.134.830
<b>3.</b>	<b>Receitas próprias de recolhimento descentralizado das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista Dependentes (exclusive transferências do Tesouro Estadual).</b>	<b>R\$</b>	<b>1.564.103.570</b>
	3.1 Receitas Correntes	R\$	1.404.608.380
	3.2 Receitas de Capital	R\$	159.495.190
<b>4.</b>	<b>Receitas próprias de recolhimento descentralizado das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, para o Orçamento de Investimento (exclusive transferências do Tesouro Estadual).</b>	<b>R\$</b>	<b>1.469.561.980</b>

		Em R\$ 1,00
4.1 Receitas Correntes	R\$	1.234.893.980
4.2 Receitas de Capital	R\$	234.668.000
<b>5. Total da Receita Bruta</b>	<b>R\$</b>	<b>27.611.847.430</b>
<b>6. Total da Receita Líquida para fixação da despesa</b>	<b>R\$</b>	<b>25.046.943.520</b>
6.1 Receitas Correntes - Bruta	R\$	25.276.549.410
6.2 Deduções para o FUNDEB (-)	R\$	2.564.903.910
6.3 Receitas Correntes Líquidas para fixação da despesa	R\$	22.711.645.500
6.4 Receitas de Capital	R\$	2.335.298.020

Art. 3º A previsão de receitas do Tesouro inclui os efeitos financeiros da alteração na legislação tributária, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º As despesas condicionadas à aprovação da respectiva alteração na legislação são identificadas por fonte específica nos Quadros de Detalhamento de Despesa.

§ 2º Na estimativa da receita foram excluídos os valores referentes à deferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o artigo 14, inciso I da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

### Seção III

#### Dos Orçamentos

Art. 4º Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, discriminados no Anexo III, estimam a receita líquida em R\$ 23.577.381.540,00 (vinte e três bilhões, quinhentos e setenta e sete milhões, trezentos e oitenta e um mil, quinhentos e quarenta reais) e fixam a despesa em igual valor.

Art. 5º O orçamento de investimento das empresas públicas e das sociedades de economia mista, compreendendo as receitas próprias e as receitas de transferências do Estado, está estimado em R\$ 1.469.561.980,00 (um bilhão, quatrocentos e sessenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e um mil, novecentos e oitenta reais), com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta lei.

Art. 6º Os resumos dos demonstrativos da despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de outras fontes, constam do Anexo II, integrante desta lei.

Art. 7º As despesas referentes ao pagamento da dívida pública externa e interna constam do Anexo III desta lei, especificadas pelas dotações: 3101.28843999.083 - Encargos Gerais da Dívida Pública Interna e 3101.28844999.084 - Encargos Gerais da Dívida Pública Externa.

Art. 8º A reserva de contingência consta do Anexo III desta lei, na dotação 2501.99999999.900 - Reserva de Contingência, no montante de R\$ 931.350,00 (novecentos e trinta e um mil, trezentos e cinquenta reais).

Art. 9º O programa de obras custeadas com recursos do Tesouro e de outras fontes está detalhado no Anexo V desta lei.

Art. 10. O Anexo de Vinculações de que trata o artigo 14, inciso VIII, da Lei Estadual nº 16193, de 30/07/09 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2010, está apresentado no Anexo VI desta lei.

### Seção IV

#### Das Correções dos Orçamentos

Art. 11. Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado estabelecido a preços de 30/06/09, serão atualizados, antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2009, de acordo com o estabelecido no artigo 6º da Lei Estadual nº 16193, de 30/07/09.

§ 1º O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa, até 20 (vinte) dias após a correção a que se refere o *caput* deste artigo, as informações sobre o índice utilizado e os valores dos totais por Órgãos, Unidades Orçamentárias e Projetos/Atividades/Operações Especiais.

§ 2º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da receita de arrecadação própria do Estado, mais as transferências federais.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder trimestralmente, a correção dos valores dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Insti-

tuto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária dando ciência à Assembleia Legislativa.

§ 1º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da receita de arrecadação própria do Estado mais as transferências federais.

§ 2º No prazo de 15 (quinze) dias, após as correções, o Poder Executivo, fornecerá ao Poder Legislativo, os percentuais e totais por Órgãos, Unidades Orçamentárias e Projetos/Atividades/Operações Especiais.

### **Seção V**

Das Autorizações para Abertura de Créditos e Ajustes de Grupo de Fontes, de Modalidade de Aplicação e Obras

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado no que lhe cabe, a:

I - abrir créditos suplementares para atender despesas com pessoal e encargos sociais, o pagamento da dívida pública, com as transferências constitucionais aos Municípios, com sentenças judiciais e PASEP, utilizando como recurso as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64;

II - abrir créditos suplementares até o limite de 2% (dois por cento), decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de convênios, de fontes vinculadas e de receitas próprias das unidades da Administração Indireta, para aplicação em programas aprovados por esta lei, utilizando como recurso as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64;

III - abrir créditos suplementares, nos termos dos incisos I, II, III e IV do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64, para cumprimento de convênios, acordos nacionais e com agentes financeiros internacionais, não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como limite o valor anual dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados;

IV - abrir créditos suplementares até o limite de 5% (cinco por cento), do valor da receita líquida para fixação da despesa para o exercício de 2010, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64, de acordo com o disposto no artigo 33, da Lei Estadual nº 16193, de 30/07/09 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2010;

V - proceder até o limite de 10% (dez por cento) das dotações, definidas neste orçamento, a compensação, conversão ou criação de grupos de fontes, de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei. Não serão computados neste limite os créditos suplementares abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo;

VI - alterar as modalidades de aplicação definidas neste orçamento, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei;

VII - alterar o Programa de Obras, orçado nesta lei em nível de Projetos/Atividades Orçamentárias, até o limite de 10% (dez por cento), por Unidades Orçamentárias, custeados com recursos do Tesouro e de outras fontes, desde que tecnicamente justificado. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo.

Art. 14. Fica automaticamente ajustado o Anexo de Vinculações em decorrência das alterações orçamentárias procedidas com base nas autorizações e nas programações contidas nos anexos desta lei.

Art. 15. O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembleia Legislativa do Estado até o décimo quinto dia do encerramento de cada trimestre, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do artigo 13 desta lei.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelo Estado de Santa Catarina e pelos Municípios de Osasco (SP) e Guarulhos (SP), dos quais o Estado do Paraná é portador.

Art. 17. Ficam os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público autorizados a proceder ajustes nos seus orçamentos, nos termos da lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

### **Seção VI**

Das Centralizações de Recursos

Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à centralização das dotações orçamentárias, alocadas em diversos programas, com a finalidade de atender a aplicação mínima de recursos em função de determinações constitucionais, ou fixadas em outras legislações, e ainda atender a situações decorrentes da otimização administrativa, em especial as referidas nos artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8485, de 03/06/87, bem como, proceder as suas eventuais descentralizações.

Art. 19. Fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar recursos do Fundo Paraná, mediante a abertura de atividades específicas, através de respectivos créditos adicionais, desde que tal descentralização seja previamente autorizada pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

Art. 20. Fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar os recursos dos Programas Especiais, orçados nesta lei na Administração Geral do Estado - Recursos Sob Supervisão da SEPL, mediante a abertura de projetos específicos nas Unidades Orçamentárias Executoras, por meio de créditos especiais, por ocasião da formalização

dos contratos de acordo com o parágrafo único do artigo 38 da Lei n° 16193, de 30/07/09.

### **Seção VII**

#### **Da Execução e Manutenção do Equilíbrio Orçamentário**

Art. 21. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do título VI, capítulo I, da Lei Federal n° 4320, de 17/03/64, sendo vedada a aplicação do artigo 78, parágrafo 2° dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, inserido pela Emenda Constitucional n° 030, em relação às Receitas Tributárias, definidas no Anexo I desta lei, por força da Lei Complementar n° 101, de 04/05/00.

### **Seção VIII**

#### **Das Disposições Gerais**

Art. 22. A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de 20 (vinte) dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa do Estado, os quadros de detalhamento de despesa especificando, por Projetos/Atividades/Operações Especiais, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores na forma do disposto no artigo 11 desta lei.

Art. 23. Fica o Poder Executivo, autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de Órgãos e/ou Unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta lei.

Art. 24. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações orçamentárias no Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta e no Orçamento de Investimentos das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista decorrentes de transformações aprovadas por lei.

Art. 25. O saldo financeiro, incluindo sua remuneração, verificado em 31/12/09, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado impreterivelmente, até 31/01/10, conforme disposto no artigo 31 da Lei n° 16193, de 30/07/09.

Art. 26. As Unidades Orçamentárias da Administração Indireta, do Poder Executivo, compreendendo as Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas Dependentes e Fundos, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 30 (trinta) dias após o encerramento do Balanço Geral do Estado de 2009, 80% (oitenta por

cento) dos respectivos superávits financeiros apurados em seus Balanços Patrimoniais do exercício de 2009.

§ 1° - Os recursos obtidos em decorrência da aplicação do *caput* deste artigo no Fundo de Reequipamento de Trânsito - FUNRESTRAN, serão executados em ações do Batalhão de Polícia Rodoviária e no Departamento de Estradas de Rodagem - DER na sinalização de rodovias e vias urbanas.

§ 2° - Os recursos obtidos em decorrência da aplicação do disposto no *caput* deste artigo, cuja origem seja de recursos vinculados, deverão ser utilizados em ações prioritárias do Governo Estadual, enquadradas na vinculação de origem.

§ 3° - Fica excluída das exigências do contido no *caput* deste artigo os recursos do Fundo para a Infância e Adolescência - FIA.

Art. 27. Fica o Poder Executivo autorizado a repassar para o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, até o limite de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), de recursos provenientes do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, destinados à construção, recuperação e melhoria das estradas estaduais, municipais ou estradas federais concessionadas, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais necessários à implementação deste artigo.

§ 1° Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, de que trata o *caput* deste artigo, poderão ser provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2009 ou da arrecadação do DETRAN, efetivada durante o exercício de 2010.

§ 2° Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, repassados ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, de que trata o *caput* deste artigo, ficam excluídos da exigência contida no artigo 6° da Lei Estadual n° 7811, 29/12/83, publicada no Diário Oficial do Estado de 30/12/83.

Art. 28. Os recursos, destinados à execução de ações voltadas à área de saúde, estão alocados na Unidade Orçamentária: Fundo Estadual de Saúde - FUNSAUDE, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde, de acordo com as determinações contidas na Emenda Constitucional n° 029, de 13/09/00.

Art. 29. Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para consignar no Orçamento de 2010, o valor de R\$ 15.800.000,00 (quinze milhões e oitocentos mil reais), para implementar na Secretaria de Estado da Segurança Pública o Programa Patrulha Escolar Comunitária, através do - BPEC e Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD, utilizando como recursos o excesso de arrecadação da receita com impostos, conforme disposto no inciso II, parágrafo 1°, artigo 43, da Lei Federal n° 4320, de 17/03/64.



Art. 30. Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para consignar no Orçamento de 2010, recursos no valor de R\$ 122.400.000,00 (cento e vinte e dois milhões, quatrocentos mil reais), para atendimento das programações estabelecidas no Anexo IX desta lei, utilizando como recursos o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2009 ou da arrecadação do DETRAN efetivada durante o exercício de 2010, bem como do excesso de arrecadação da receita com impostos, conforme disposto no inciso II, parágrafo 1º, artigo 43, da Lei Federal nº 4320 de 17/03/64.

Art. 31. Passam a integrar a presente lei os Anexos VII, VIII, IX e X devendo o Poder Executivo proceder às alterações deles decorrentes no prazo de 30 dias, a partir da sua publicação.

Art. 32. Esta lei entrará em vigor em 01/01/10, revogadas as disposições em contrário

Sala das Comissões, em 09/12/09.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO - Presidente em exercício  
NEREU MOURA - Relator

Apoiamento:

Duflío Genari, Waldyr Pugliesi, Ademar Traiano e Professor Lemos.

Em discussão. Em votação.

Os Deputados que aprovam o substitutivo geral da Comissão de Orçamento permaneçam como estão. **Aprovado.**

**Está aprovado o projeto na forma do substitutivo geral da Comissão de Orçamento.**

## ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 598/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, que institui a Semana Estadual da Adoção de Crianças e Adolescentes. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDDMCA. **Aprovada. (Publ. no DA nº 130/09, de 28/10/09, em Projetos de Lei).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 598/09

P A R E C E R :

### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dr. Batista, tem por objetivo a Semana Estadual da Adoção de Crianças e Adolescentes.

### Fundamentação

A Constituição Federal dispõe no seu artigo 24, XV, que:

*Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*XV - proteção à infância e à juventude.*

O presente projeto de lei também vem a cumprir o que explicita a Constituição do Estado do Paraná, que

também estabelece proteção e assistência à infância e ao adolescente, em seu artigo 173, como podemos ver:

*Art. 173. O Estado e os Municípios assegurarão, no âmbito de suas competências, a proteção e a assistência à família, especialmente à maternidade, à infância, à adolescência, e a velhice, bem como a educação do excepcional, na forma da Constituição Federal.*

Com relação à competência, o artigo 65 da Constituição Estadual, dispõe que cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa a iniciativa de Lei Ordinária.

Outrossim, por não se tratar de matéria elencada pelo artigo 66 da Constituição Estadual como de competência privativa do Governador do Estado, constata-se destarte, a adequação do proponente às normas pertinentes.

Ademais, o artigo 25, parágrafo 1º, da Constituição Federal determina:

*Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.*

*§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas.*

Como não é vedada, consequentemente é autorizada pela Constituição Federal, visto que não há nenhuma disposição contrária a tal matéria, em âmbito constitucional e bem em âmbito infraconstitucional.

Quanto à técnica legislativa utilizada, observa-se que o presente projeto de lei está em plena conformidade com os ditames legais estabelecidos pela Lei Complementar nº 095/98.

### Conclusão

Desta forma, havendo legitimidade do Parlamentar para tal proposição e estando o mesmo dentro dos critérios legais, somos pela aprovação do presente projeto de lei, por se tratar de um projeto fincado na constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, em 27/11/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
JOCELITO CANTO - Relator

## COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PROJETO DE LEI Nº 598/09

P A R E C E R :

### Preâmbulo

O projeto de lei em análise, de autoria do Deputado Dr. Batista, objetiva instituir a Semana Estadual da Adoção de Crianças e Adolescentes.

### Fundamentação

Trata-se de projeto de mérito indiscutível. A conveniência da sua aprovação decorre do fato de criar uma semana dedicada a questão da adoção, que por sua relevância, traz à tona problemas que devem ser resolvidos, tais como a lentidão dos processos e a própria situação das crianças passíveis de serem adotadas.

A instituição da Semana Estadual da Adoção de Criança e Adolescentes visa provocar a reflexão, a agilização e o debate público, sobre a questão da adoção, envolvendo poderes e órgãos estatais juntamente com entidades da sociedade Civil.

#### **Conclusão**

Pelos motivos expostos, somos favoráveis a tramitação do projeto, nada havendo a opor ao seu encaminhamento à Assembleia para votação.

Sala das Comissões, em 03/12/09.

(aa) ROSANE FERREIRA - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

#### **ITEM 19**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 681/09, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que declara de utilidade pública a Associação de Produtores de Hortifrutigranjeiros de Palmeira, com sede e foro no Município de Palmeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 148/09, de 01/12/09)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 681/09

#### P A R E C E R :

##### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Péricles de Mello, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Produtores de Hortifrutigranjeiros de Palmeira, com sede e foro no Município de Palmeira, Estado do Paraná.

##### **Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

##### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise. Na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 07/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 681/09

Atendendo o disposto no artigo 137, do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei Ordinária nº 681/09, que passa a ter a sua Súmula com seguinte redação:

“Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Produtores de Hortifrutigranjeiros de Palmeira - APHORFRUPAL, com sede e foro no Município de Palmeira, Estado do Paraná.”

Sala das Comissões, em 07/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### **ITEM 20**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 682/09, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que declara de utilidade pública o Centro Integrado de Psicologia e Psiquiatria de São José dos Pinhais, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 148/09, de 01/12/09)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 682/09

#### P A R E C E R :

##### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Péricles de Mello, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Centro Integrado de Psicologia e Psiquiatria de São José dos Pinhais, com sede e foro no Município São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

##### **Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

##### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise. Na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 07/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 682/09

Atendendo o disposto no artigo 137, do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei Ordinária nº 682/09, que passa a ter a sua Súmula com seguinte redação:

“Súmula: Declara de utilidade pública o Centro Integrado de Psicologia e Psiquiatria de São José dos Pinhais, com sede e foro no Município São José dos Pinhais - ONG CIPP, Estado do Paraná.”

Sala das Comissões, em 07/12/09.  
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 21**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 684/09, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que declara de utilidade pública o Centro de Atendimento à Criança Adolescente e Família - CECAF, com sede e foro no Município de Mandaguari - Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 148/09, de 01/12/09)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 684/09

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Centro de Atendimento à Criança Adolescente e Família - CECAF, com sede e foro no Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

**Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise. Na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 07/12/09.  
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA MODIFICATIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 684/09

Atendendo o disposto no artigo 137, do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei Ordinária nº 684/09, que passa a ter a sua Súmula com seguinte redação:

“Súmula: Declara de utilidade pública o Centro de Atendimento à Criança, Adolescente e Família - CECAF, com sede e foro no Município de Mandaguari, Estado do Paraná.”

Sala das Comissões, em 07/12/09.  
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 22**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 024/09, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná e Tribunal de Contas, exercício de 2006. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 024/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Governo do Estado do Paraná e Tribunal de Contas, exercício financeiro de 2006.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08/12/09.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoiamento:

Dobrandino da Silva, Francisco Bühner e Elio Rusch.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
PROPOSIÇÃO Nº 090/07

P A R E C E R :

Visto os autos do Processo TC-200370/07, que trata da prestação de contas do Governador do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 2006, que fora encaminhada à esta Comissão de Tomada de Contas sob Proposição nº 090/07, estando na época sob a responsabilidade do Exmo. Sr. Governador Roberto Requião de Mello e Silva.

Compulsando os autos bem, como os pareceres do Ministério Público fls. 907 a 926, parecer do Tribunal de Contas fls. 1318 a 1337, tendo ainda, observado o parecer do Relator Reni Pereira fls. 02 a 07, observo que as contas foram prestadas pelo Chefe do Executivo nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 21 da Lei Complementar nº 113/05, ora denominada Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Paraná, oportunizando àquele órgão a emissão de parecer prévio ao contemplar informações específicas à execução de programas atinentes ao Poder Executivo.

Considerando que as contas anuais da gestão pública, sintetizam a escrituração dos atos e fatos contábeis de natureza orçamentária, financeira, econômica e patrimonial das Unidades da Administração Estatal, referente ao exercício financeiro do ano de 2006, expressando a execução da lei orçamentária levada a efeito do princípio da universalidade;

Considerando as instruções de nº 101 e 129/07 que foram emitidas pela Diretoria de Contas Estaduais, após

análise de documentações e esclarecimentos prestados pelo Poder Executivo local, opinou pela regularidade das Contas com significantes ressalvas e recomendações;

Considerando o parecer da Diretoria Jurídica do TC (DIJUR), que comungou da mesma posição da Diretoria de Contas Estatuais (DCE) relativo à regularidade precedida de ressalvas e recomendações fls. 1319 a 1329 e;

Analisando parecer do membro do *parquet*, junto ao Tribunal de Contas nº 9485/07 que parcialmente acatou o parecer do DCE e da DIJUR sugere a desaprovação das contas com ressalvas, recomendações e determinações no tocante a aplicação de multas bem como comunicação formal a esta Casa de Leis, acerca do conteúdo do parecer ministerial, salientando a inobservância às decisões anteriores e irregularidades materiais e formais, passo a opinar acerca da matéria.

Preliminarmente cumpre salientar, que é competência privativa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, conforme determina o artigo 54 inciso XVI, da Constituição Estadual, julgar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado.

Evidencia-se, portanto, a prerrogativa de delegabilidade desta competência e por assim ser, o parecer do relator na presente comissão, tem caráter administrativo enunciativo, o que, implica dizer que, nesse caso, o relator limita a emitir uma opinião sobre determinado assunto. Assemelha-se muito a um parecer administrativo obrigatório, não vinculante, em que a norma o exige como pressuposto para a prática de um ato final, no caso, o julgamento das contas, a ocorrer em ato solene, sem a obrigatoriedade de ser acatado quando na pauta de votação em Plenário, momento em que as contas recebem a aprovação ou reprovação;

Outrossim, já dizia o doutrinador Hely Lopes Meireles em seu livro de Direito Administrativo Brasileiro, p. 702, acerca do controle legislativo:

*(...) caracteriza-se como um controle eminentemente político, indiferente aos direitos individuais dos administrados, mas objetivando os superiores interesses do Estado e da comunidade.*

Logo, o parecer aqui exarado sobre as contas do exercício de 2006, prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, não interferem nem condicionam o posterior julgamento pelo Tribunal, das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional, de qualquer dos Poderes e Órgãos do Estado, bem como dos que derem causa e perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário, conforme o disposto no artigo 75, inciso II, da Constituição Estadual.

Inobstante, as recomendações e ressalvas existentes em todo o processo, entendo que estas, por si só não constituem, razões determinantes para emissão de parecer desfavorável, uma vez que o Chefe do Poder Executivo, ciente das recomendações e ressalvas presentes nos autos, deve lançar mão de medidas corretivas urgentes,

sob pena de estar em mora, correndo risco de sofrer as penalidades existentes nas leis que norteiam a Administração Pública.

Desta forma, considerando o Acórdão de fls. 1318 a 1332 do Tribunal de Contas, nosso parecer é favorável a aprovação da prestação de contas apresentada, condicionado as ressalvas e recomendações por este apontada.

Diante do exposto, é o Parecer favorável com as respectivas ressalvas e recomendações.

Sala das Comissões, em 08/12/09.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

EDSON STRAPASSON - Relator

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
PROPOSIÇÃO Nº 090/07

P A R E C E R :

A presente análise tem por objetivo estudar a prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no exercício financeiro de 2006.

Pela Constituição do Estado do Paraná, compete a esta Casa Legislativa exarar parecer sobre as contas deste órgão da Administração Pública, no tocante ao respeito aos mandamentos normativos. Nessa esteira, ressalta a carta do Estado do Paraná:

*Art. 74. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da Administração Direta e Indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia das receitas, será exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder.*

*Parágrafo Único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.*

O estudo implementado pelo Tribunal de Contas, recebeu o nº 14.456-0/07, ocasião em que tanto o próprio Tribunal de Contas (fls. 102 e 103), como o Ministério Público (fl. 98), opinaram pela aprovação integral das contas.

Este Relator, amparado pelas Leis de Regência conclui que:

1 - O texto constitucional fora cumprido de modo completo, ou seja, o órgão técnico de fato demonstrou apego e atenção ao texto máximo da nação;

2 - A Lei de Responsabilidade Fiscal também foi respeitada. Assim a gestão fiscal reverenciou no seu atuar, o respeito aos limites legais;

3 - Em referência à Lei nº 4.320/64, que traça regras técnicas e formais, dentre outras disposições, vê-se pelos documentos que esta foi plenamente observada;

4 - A legislação estadual condizente também foi respeitada.

Com esse fundamento, o parecer é pela aprovação integral das contas apresentadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, relativa ao exercício financeiro de 2006.

Sala das Comissões, em 17/12/09.  
(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)  
Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)  
Pela ordem, Deputado Reni Pereira. Antes porém queria registrar a presença, a pedido da Deputada Luciana Rafagnin, do Vice-Prefeito de Realeza, Waldomiro Leite. Seja bem-vindo.  
Com a palavra o Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)  
Sr. Presidente, estou com o Líder do Governo aqui dizendo que tem que ser bem fundamentada a questão de ordem. Artigo 123, parágrafo 4º: *Não será deliberado objeto de deliberação o projeto manifestamente inconstitucional*, que não é o caso, ou antirregimental.

Peço a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Resolução nº 024, porque ele contempla, segundo o artigo 123 do nosso Regimento, parágrafo 2º, que nenhum artigo poderá conter duas ou mais proposições independentes entre si, de modo que em votação possa adotar-se uma e rejeitar-se outras. Estamos votando no Projeto de Resolução nº 024 as contas do Tribunal de Contas e as contas do Governador Roberto Requião. É antirregimental, motivo que peço para não ser votado.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

A questão de ordem do Deputado Reni pode subsistir, por conta que assim foi recebido do Tribunal de Contas e as contas estão anexadas no mesmo provimento que as considerou regular. O instrumento legal pode e deve ser votado por conta da economia processual que o Tribunal de Contas encontrou para poder aprovar as contas.

Muito obrigado.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)  
Não procede essa informação. Fui o relator das contas de 2006, veio um processo separado e um outro processo relatando as contas do Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)  
Deputado Reni, na última Sessão, assim o procedemos em virtude de como veio da Comissão de Tomada de Contas, com parecer favorável. Por essa razão incluímos

na Ordem do Dia, que é perfeitamente regimental, incluímos e votamos junto.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

Acho pertinente a questão de ordem levantada pelo Deputado Reni Pereira. Como é que vamos votar uma prestação de contas do Tribunal de Contas junto com a do Poder Executivo? Poderíamos não economizar nos papéis, pois se a moda pega não vai funcionar. Parece que tem que ser votado separadamente. Não se pode aprovar duas contas em conjunto de duas situações diferentes. Fico com a posição do Deputado Reni e divirjo da posição do Deputado Romanelli.

Muito obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Pela Ordem)

Também sou da Comissão de Tomada de Contas e analisamos essas contas lá separadamente. As duas foram aprovadas, mas separadamente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não vejo dificuldade nenhuma em votar separadamente, até porque as duas foram aprovadas pela Comissão de Tomada de Contas, apenas foram anexadas num projeto só.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Pela Ordem)

Mas o meu voto foi contrário nas contas de 2006 do Governo do Estado, e nas contas do Tribunal de Contas meu voto foi favorável. Aqui vou votar contrário às contas do Governador Roberto Requião e favorável às contas do Tribunal de Contas. Fico impedido de participar. Temos que mudar isso, então.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Só quero dizer que vou ter que me abster dessa votação se mantiverem as duas contas. Porque as contas do Estado eu gostaria de votar, mas as contas do Tribunal de Contas quero me abster, porque tenho contas minhas sendo julgadas. E não é justo quem tem contas sendo julgadas no Tribunal de Contas fazer esse tipo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vou responder à questão de ordem do Deputado Reni Pereira, até porque a Mesa Executiva não tem outra alternativa senão colocar em votação o Projeto de Resolução nº 024/09, porque assim ele veio para a Mesa. Diz aqui: *Autor: Comissão de Tomada de Contas; Natureza: aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná e Tribunal de Contas*. As duas estão aprovadas.

Se viessem separadas colocaríamos aqui separadas, mas a Mesa Executiva não tem este poder de desmembrar e dizer: “olha, então vamos votar de um jeito diferente.” Isso que eu quero que V. Exas. entendam. O projeto de resolução é claro. Não tenho outra alternativa

senão colocar em votação. Então, vou colocar em votação.

Deputados que forem favoráveis ao projeto votam com a expressão SIM; os Deputados que forem contrários votam com a expressão NÃO.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Desculpe, vou encaminhar no seguinte aspecto: temos que respeitar a coisa julgada. É um princípio constitucional. Na verdade, já foi julgada pela Comissão de Tomada de Contas e assim veio à aprovação para que a Mesa pudesse colocar em votação. Até porque tirando os discursos dos humores oposicionistas ou não, o que interessa é a essência do parecer. O parecer relata o quê? O parecer favorável que o Tribunal de Contas emitiu às contas do Governo do Estado relativo a 2006, quanto das próprias contas do Tribunal, que a comissão também aprovou esse parecer favorável. Então, tirando assim as chorumelas, vamos ser sinceros aqui ...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Poderia ter separado, mas não tenho esse poder.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Não pode separar, não pode cindir e já está julgado pela Comissão de Tomada de Contas. Não tem como ser devolvido à Comissão de Tomada de Contas porque o parecer já foi exarado, já foi votado, inclusive um dos que votaram aqui - que votaram contra - foi voto vencido, já proclamou o voto dele. Está resolvido, Presidente, vamos votar aqui no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vou solicitar à Comissão de Tomada de Contas que no futuro faça essa separação.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Pela ordem, Presidente.

**(Assentimento)**

Na verdade, houve um erro técnico da própria Tomada de Contas. Rapidamente, estava olhando agora aqui, a Tomada de Contas aprovou um parecer do Relator e a maioria votou a favor ou, por unanimidade, foram aprovadas as contas do Tribunal de Contas. Num outro parecer, vieram as contas do Governo do Estado de 2006. Então foram aprovadas distintamente. A Comissão de Tomada de Contas juntou as duas contas que foram aprovadas numa resolução só. Deveriam existir, sim, duas resoluções, porque uma é do Tribunal de Contas, até está aqui nos anexos, consta aí que aprova as contas do Tribunal de Contas, e na outra consta...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Elio Rusch, da mesma maneira que votamos na semana próxima passada...

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Mas aí foram duas contas do Governo do Estado, não foi do Tribunal de Contas e do Governo do Estado. Eram duas contas do Governo do Estado, vamos supor de 2006 e 2005, coisa assim.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não é sobre isso que estou falando. O ponto que quero deixar bem claro é que o Tribunal de Contas aprovou as contas de 2006.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Emitiu parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ele pediu um parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ele pediu um parecer favorável. É onde nós divergimos, muitas vezes. O órgão que dá o parecer favorável, que analisa as contas do Governo do Estado não é a Tomada de Contas, é o Tribunal de Contas. V. Exas. sabem disso. Então, por essa razão, como veio o projeto englobado nos dois, não temos outra alternativa senão votarmos o parecer do Tribunal de Contas, que poderia ter sido desmembrado, e eu não vejo dificuldade alguma, mas não é o Presidente que vai desmembrar isso.

Por esta razão, coloco em votação. Os Deputados que forem favoráveis votam com a expressão SIM; os Deputados que forem contrários votam com a expressão NÃO.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Para encaminhar, Presidente.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Para encaminhar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O Deputado Reni Pereira já encaminhou. O Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Pela ordem, Presidente.

**(Assentimento)**

Não teve encaminhamento, apenas questão de ordem

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perdoe-me, Deputado, V. Exa. já encaminhou.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exas. podem encaminhar.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, vamos relembrar, o Deputado Reni Pereira pediu pela ordem, o Deputado Romanelli também falou pela ordem, o Deputado Douglas Fabrício falou pela ordem, o nosso Líder da Oposição também falou pela ordem. Precisa-se abrir os encaminhamentos, essa é uma questão de ordem que faço, antes de começar o meu encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. já está encaminhando.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Não, é questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. já está encaminhando, Deputado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Então, vou fazer da tribuna.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, quero aqui reiterar a V. Exa. o cumprimento do Regimento Interno, porque não existe pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Correto. Estou dando como encaminhado e o Deputado Marcelo Rangel está encaminhando.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Vou começar o meu encaminhamento dizendo que isso tudo, na minha opinião, está completamente errado, é mais um pacote. Não podemos aprovar pacotes, duas matérias diferentes. Acho isso totalmente incorreto, mesmo porque vejam a situação, eu não tenho óbice nenhum com relação as contas do Tribunal de Contas, não tenho nenhum questionamento a fazer. Aprovaria, daria o meu voto favorável. Agora, com relação às contas do Governo Requião de 2006, sou contra e ainda explico o porquê. Porque na época foi aberta uma Comissão Especial de Investigação, o próprio Tribunal de Contas mandou à Assembleia Legislativa documentos falando sobre irregularidades com relação às contas de publicidade e propaganda que foram feitas sem as notas, sem os famosos PADVs, além de outras questões que foram levantadas, inclusive no primeiro ano desta legislatura.

Então, como se vota? O Tribunal de Contas votaria favorável às contas de 2006 do atual Governo. Voto contra. Olha, vocês me perdoem, o correto seria retirar da pauta nem que viesse amanhã, não há problema nenhum, separado, para que pudéssemos dar o voto conforme a matéria específica. Eu, se continuar assim, se tiver a votação, vou votar contra, penalizando inclusive as contas do Tribunal de Contas, porque não posso votar favoravelmente algo que considero ilegal, irregular. Não vou dar meu voto, de jeito nenhum, porque fica registrado na his-

tória, o meu nome vai ficar registrado na história. E se amanhã ou depois algum cidadão me cobrar: “Deputado, o senhor aprovou as contas de um ano que foi irregular!” O que vou dizer? Então, vou votar contra, se continuar assim, deixando o meu protesto registrado, daqui da tribuna do Governo, de que o certo seria desmembrar: o Tribunal de Contas de um lado, o Governo do outro, são duas matérias distintas, teriam votos distintos da minha parte, porém o Tribunal de Contas vai ser penalizado com o meu voto contrário. Vou votar NÃO, porque existem irregularidades em 2006.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, mais uma vez para retornar aquela confusão que fizemos semana passada aqui.

Entendemos que o Tribunal de Contas dá parecer e não aprova conta nenhuma, dá parecer prévio, que vem para a Comissão de Tomada de Contas, ela pode concordar ou não, que no caso aprovou. ocorre que a Comissão de Tomada de Contas, pelo certo, deveria ter remetido para a votação do Plenário, que é o que decide, separadamente, nunca conjuntamente. Esse é um equívoco extraordinário dessa comissão.

Gostaria de pedir ao Líder do PDT, Deputado Luiz Carlos Martins, para que me indicasse, para que eu fizesse conta, tivesse assento na Comissão de Tomadas de Contas, para poder divergir do Deputado Duílio Genari nesses aspectos. Isso vem se repetindo ao longo do tempo.

A rigor, no passado, isso passava. Hoje está difícil de passar. As pessoas estão mais rigorosas, perguntando mais as coisas, como que fica. O Tribunal de Contas dá parecer próprio para aprovar as próprias contas. Aqui, se faz de conta que a Comissão de Tomadas de Contas aprova. Depois, vem para o Plenário e se faz de conta que foi o Tribunal de Contas e a comissão que deu o parecer. Quando quem decide pela aprovação ou desaprovação da aplicação dos recursos públicos, é este Plenário, é este Poder.

Então, encaminho que para nos próximos anos, quem sabe, nos anos que valerem somente a verdade, somente a honestidade, somente o real, somente o justo, que se faça uma análise mais transparente e mais criteriosa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero apenas dar a minha posição definitiva. Cobre razão ao Deputado Neivo Berardin, quando afirma que poderíamos ou deveríamos votar separadamente. Assiste completamente, porque o Tribunal de Contas é uma coisa e o Governo do Estado é outra. Ambas foram votadas e foram aprovadas na Comissão de Tomadas de Contas. Seria melhor que elas viessem em projetos separados. Não vieram, da mesma maneira como não vieram as contas que votamos na semana passada. Por esta razão é que o projeto tem um número, foi autuado, tem um

número e tem que ser colocado em votação. Ora, vocês não estão me dando outra alternativa que não a de colocar em votação.

Para encaminhar, o Sr. Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Primeiro, manifestar o meu respeito à sua decisão, mas divirjo dela. O senhor tem, sim, a prerrogativa, regimentalmente. O senhor deve, segundo o artigo 123, parágrafo 3º: *Sempre que um projeto não estiver devidamente redigido, a Mesa o restituirá ao autor, para organizá-lo de acordo com as determinações regimentais.*

Acabei de conversar com o Deputado Strapasson, que foi o novo relator designado para as contas de 2006. Ele me falou que não relatou nada do Tribunal de Contas. Não relatou mesmo. Quem relatou as contas do Tribunal de Contas, favoravelmente, fui eu. Quem relatou as contas do Governador, desfavoravelmente, também fui eu. Respeitei o resultado, a Tomada de Contas, designaram um novo relator, falei que respeitava a decisão do Plenário, que é soberano. Agora, não podemos atropelar o processo. Não vou, na verdade, nem encaminhar, porque entendo que a questão de ordem que formulei anteriormente está plenamente contemplada pelo Regimento. E não podemos nem deliberar sobre esse projeto.

Portanto, o meu encaminhamento, não vou nem falar das irregularidades, Deputado Marcelo Rangel, que V. Exa. citou a respeito das contas de publicidade. Temos também a questão que foi denunciada, o Governo inclusive assumiu e na página 1297 do relatório, a situação que foi denunciada por esta Casa de Leis, no exercício de 2006, em relação à contabilidade fictícia, mascarada do Governo do Estado, que ele reconheceu e republicou um balanço em junho de 2006, sem qualquer previsão legal. O balanço tem que ser publicado no dia 30 de janeiro do ano subsequente ao encerramento. Ele concordou com a denúncia que foi feita por esta Casa, republicou e assumiu o erro. Não tem como consertar algo que está errado.

Então, as contas de 2006 estão completamente irregulares. As do Tribunal de Contas ou mesmo dei o parecer favorável. Estão regulares. Como que vamos votar as duas juntas agora? O meu encaminhamento não é nem pela abstenção, é pela não votação. Eu não votarei, não digitarei nem SIM, nem NÃO, e nem abstenção. Esse projeto de resolução não pode ser aprovado pelo Plenário, nem objeto de qualquer deliberação, conforme o artigo 123.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Os Deputados que foram favoráveis votam com a expressão SIM, os Deputados que forem contrários com a expressão NÃO. Votando.

Apenas enquanto V. Exas. estão votando, lembro aqui o item 23 na semana passada. Votamos a 1ª discussão, autoria da Comissão de Tomadas de Contas. A prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, Tribunal de Contas e Fundo Especial de Controle Externo

do Tribunal de Contas do exercício de 2007. Já votamos o de 2007 desta maneira, Deputado Elio Rusch. E aprovamos aqui nesta Casa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Presidente, apenas para dizer o seguinte: que os Deputados, inclusive Reni Pereira e outros que encaminharam aqui, não digitaram, mas contam para efeito de quórum do nosso Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Claro. Vai se proceder à apuração: 22 SIM; três NÃO. **Está aprovado.**

### **Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos n.ºs 6101, 6102 e 6123, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 6081 a 6083 e 6092, de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 6084, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 6085, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 6087, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 6088, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 6089, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 6093, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento n.º 6094, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 6097 e 6098, de autoria do Deputado Teruo Kato, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 6103 a 6108, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 6109 e 6112, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 6114, de autoria do Deputado Pastor Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.



Requerimento n° 6117, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 6118 e 6122, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 6119, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 6120, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 6043, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. Em discussão.

#### O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, quero encaminhar no sentido de que analisei o requerimento. E o que pede o Deputado Marcelo Rangel? O Presidente da Comissão de Obras desta Casa e esta Casa aprovou uma resolução para que as Comissões Permanentes pudessem agir de forma articulada, e isso foi feito por este Plenário, para que se pudesse requerer documentos, enfim, todos os encaminhamentos relativos a essas questões que envolvem a concessão de licenciamento ambiental para os aterros sanitários que temos em andamento em diversos Municípios.

O que acontece, ao invés do Deputado Marcelo Rangel fundamentar no âmbito da comissão que ele preside, que inclusive recebeu por parte deste Plenário a autorização para funcionarem de forma articulada as comissões, ele vem ao Plenário requerer cópia integral dos seguintes processos de licença ambiental. Aí ele enumera aqui diversos Municípios. Vamos ser sinceros aqui, deve ter alguma coisa muito errada nessa questão que envolve o lixo, porque sinceramente eu nunca vi tanto interesse. Aliás, até estranhei mesmo na semana passada decisões que foram tomadas, não as favoráveis, mas as desfavoráveis.

Mas estou dizendo isso, Sr. Presidente, sem formar nenhum juízo de valor, até porque entendo que o tema pode e deve ser investigado.

Agora, sinceramente, não me parece razoável, e já encaminhamos aqui um requerimento muito similar a este que foi derrubado pelo Plenário, Deputado Rangel, que envolvia quase que a cópia integral de todas as licenças ambientais que foram concedidas recentemente pelo Instituto Ambiental do Paraná. Agora, renovo o pedido parcialmente aqui e eu entendo, Sr. Presidente, cada processo desse é um processo extremamente longo, complexo, articulado e com grande número de páginas.

Eu entendo o seguinte: não é possível um Parlamentar fazer um pedido, porque alguma coisa aqui, sin-

ceramente, é estranha nesse requerimento, e eu não estou aqui colocando sob suspeição, em nenhuma hipótese, até para deixar claro aqui, da forma que estou dizendo, Deputado Rangel, em relação a estas informações, porque há nomes aqui, Presidente, estão misturados aqui, e eu pelo menos nunca ouvi falar.

Então, veja, sinceramente, o Deputado Rangel, que preside a Comissão de Obras, recebeu delegação deste Plenário para agir de forma articulada sobre este tema específico aqui, aí ele vem ao Plenário para requerer a votação de uma cópia integral de todos, ele pode fazer isso, Presidente, pela Comissão que ele preside, é só reunir os Deputados que integram a comissão, é uma comissão Permanente, faz o requerimento e pede, cópia por cópia, de cada um dos procedimentos, pode até intimar alguém para vir aqui prestar esclarecimentos, aí ele volta ao Plenário com um requerimento trazendo o tema aqui.

Sinceramente, olha, quero dizer, Presidente, neste sentido, neste teor, queria dizer à bancada no sentido de encaminharmos pela rejeição desse requerimento, até porque temos que valorizar o trabalho das Comissões Permanentes.

#### O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Para Encaminhar**)

Srs. Deputados, Deputado Romanelli, já fiz alguns elogios à sua retórica antes aqui na Assembleia Legislativa, mas hoje quero dizer que V. Exa. foi muito infeliz no seu pronunciamento.

Primeiro, o senhor não explicou nada. Por que está rejeitando um requerimento dessa ordem? O senhor falou, falou e eu, ao lado, não consegui entender qual é a intenção. Existe será uma movimentação para que um documento público não seja aprovado na Assembleia Legislativa? O senhor falou que eu sou Presidente da Comissão de Obras e que eu teria que fazer esse requerimento pela comissão. Pois foi formulada uma Comissão Especial junto com a Comissão de Obras, Fiscalização e meio Ambiente, e marcamos duas reuniões para deliberar esse assunto. As duas reuniões não obtiveram quórum, e o senhor sabe disso. E isso é muito interessante, o senhor sabe o quanto é difícil fazer qualquer tipo de debate, qualquer tipo de investigação através de uma comissão, porque a maioria é do Governo.

Para quem está me assistindo, a verdade é que a Oposição tem as suas restrições, qualquer cidadão paranaense sabe disso, se nós queremos investigar algo precisamos de votos para que o requerimento seja aprovado. Numa comissão eu precisaria de pelo menos 11 Parlamentares numa reunião, e se um Deputado votar contra qualquer requerimento solicitando informações, o requerimento não é aprovado.

O que estou pedindo não tem nada de mais: peço a cópia integral dos processos de licença ambiental de Itaperuçu, de Balsa Nova, de Ponta Grossa e de Curitiba. Isso aqui é para ser público, licenças ambientais dos aterros! Enfim, existem diversas denúncias, eu não estou fazendo nada fora do normal. Estou pedindo algo sim-

ples, um simples documento que inclusive foi citado aqui na tribuna e se tornou carta aberta!

Deputado Romanelli, o senhor me perdoe, mas primeiro, em hipóteses nenhuma o senhor pode levantar qualquer tipo de suspeição, aliás suspeição tenho eu, nós temos suspeitas sim! Por que não conseguimos aprovar a CPI, não foi adiante a nossa CPI? Por que as reuniões da comissão não estão tendo êxito? Espero que por questões políticas e por ser final do ano, acredito que seja isso, mas de qualquer maneira esse documento que estou fazendo a solicitação aqui para que os nobres Parlamentares possam, aprovar, esse sim é importante, porque vai responder a questões muito simples a respeito das licenças ambientais que foram deliberadas a toque de caixa e estão sendo contestadas inclusive pela Justiça e pelo IBAMA!

Então, nobres Parlamentares, aqui e agora é o momento importante de a Assembleia levantar a sua voz, inclusive com relação a determinações da Liderança do Governo. Acho que os Deputados precisam dizer que esse documento precisa ser respondido, e é por isso que peço o voto de todos os Parlamentares para a aprovação desse requerimento.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder a votação do requerimento. Os favoráveis ao requerimento votam SIM, os contrários votam NÃO. Votando.

Vai se proceder à apuração dos votos: **não há quórum para votação**. O requerimento voltará na Sessão de amanhã.

Antes de encerrar a Sessão, lembro a V. Exas. que a reunião da CCJ será amanhã às 13h. Temos mais duas mensagens lidas, o Sr. 1º Secretário as lerá antes de encerrarmos a Sessão.

#### O SR. 1º SECRETÁRIO (Fernando Scanavaca)

**(Procede à leitura das duas mensagens do Governo do Estado)**

### **Encerramento da Sessão:**

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 594, 643 e 644/09.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 380, 558, 645/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 484/08, 071, 532, 598, 681, 682, 684/09 e do Projeto de Resolução nº 024/09.

1º DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 512, 656, 683 e 664/09.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 066/09.

1º DISCUSSÃO - da Proposição nº 071/09.

Levanta-se a Sessão.

### **Transcrições:**

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2009.**

#### **Cinco Décadas Sem Souza Naves**

Jornal Gazeta do Povo  
(Léo de Almeida Neves)

Amanhã, completam-se 50 anos do dia em que nos deixou o Senador trabalhista Abilon de Souza Naves, cujo desenlace mudou o destino político do Paraná e possivelmente do Brasil. Souza Naves, na eleição para Senador em 1958, como candidato do PTB, venceu suplantando a soma dos votos dos outros dois excelentes candidatos, o do Partido Social Democrático (PSD), ex-Desembargador, ex-Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, ex-Deputado Constituinte de 1946, José Munhoz de Mello, e o Coronel Francisco de Paula Soares Neto, ex-Secretário da Fazenda e Presidente da União Democrática Nacional (UDN).

Vigoroso apoio em todas as camadas sociais do Paraná tornava inexorável a vitória em 1960 de Abilon de Souza Naves, conduzindo o trabalho ao Palácio Iguazu. O Paraná inteiro estava convicto de que Souza Naves seria o futuro Governador do Paraná. Até que ocorreu um jantar na Sociedade Morgenau, no qual ele receberia homenagem dos seus ex-colegas, funcionários do antigo IAPC - Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes. Ao final do ágape, no derradeiro discurso, ele faleceu de enfarte no próprio local.

O desaparecimento prematuro de Souza Naves, aos 54 anos, abriu o caminho para Ney Braga tornar-se Governador do Paraná e palmilhar triunfante trajetória político-administrativa no Estado e no País.

Com Souza Naves no Governo, Jânio Quadros não renunciaria à Presidência da República, porque antes de praticar esse tresloucado ato ouviria seu amigo, provavelmente a única pessoa a quem respeitava e confiava integralmente e, por certo, seria dissuadido. A habilidade política de Souza Naves e sua autoridade moral impediriam que a história do Brasil mudasse seu curso e a democracia sofresse um hiato de 21 anos. É bom lembrar que Jânio Quadros, a convite de Souza Naves, concorreu

para Deputado Federal no Paraná e recebeu a máxima votação.

Souza Naves sempre dignificou as inúmeras funções públicas que exerceu. Na área estadual, foi o primeiro titular da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, criada em 1951 pelo Governador Bento Munhoz da Rocha Neto. Tive o privilégio de ser seu oficial de gabinete.

Depois, no último Governo Getúlio Vargas (1951 a 1954) ocupou a presidência da Caixa Econômica Federal do Paraná e a presidência do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (IPASE).

Durante o mandato de Juscelino Kubitschek, Abilon de Souza Naves realizou seu trabalho de melhor repercussão, como Diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil. Duas geadas consecutivas, em 1953 e 1955, tinham arrasado a cafeicultura paranaense. Em 1956, Souza Naves foi empossado na CREAI. Financiou a juros baixos e prazos longos a recuperação das lavouras atingidas e novos plantios. Disseminou empréstimos para a diversificação de culturas agrícolas. Concedeu financiamentos à construção de moinhos de trigo e outras agroindústrias. Incentivou a ampliação do nascente parque industrial paranaense na Capital e no interior.

No desempenho de importantes cargos oficiais e como Presidente em exercício do PTB Nacional (João Goulart presidia o partido). Abilon de Souza Naves houve-se com atuação impecável pelo seu dinamismo, iniciativas criadoras, austeridade e honradez. Mas a dimensão humana e o tirocínio político de Abilon de Souza Naves sobressaem-se, talvez com mais amplitude, quando se analisa sua conduta como líder trabalhista, nos âmbitos nacional e paranaense. Defendeu reivindicações dos trabalhadores, principalmente para a melhoria do salário-mínimo, nos Governos Vargas e Kubitschek, sem extremismo ou radicalizações. Interveio em prol das conquistas nacionalistas, imune a qualquer caráter xenófobo. Ele estava adiante do seu tempo e sabia vislumbrar onde se localizava o interesse do povo e da Nação.

Souza Naves era um agregador, preocupado em atrair novos e bons quadros para seu partido e se empenhava em não perder companheiros de porfias passadas. Após as eleições de Prefeito, visitava inicialmente os derrotados e a seguir os vitoriosos. Mantinha permanente atitude de respeito e consideração aos adversários políticos, dialogando, convivendo e se tornando amigo de muitos deles. Era conciliador por excelência.

Em sua reverência, as sedes de Municípios existentes em 1959 contam com ruas, avenidas e praças com o nome de Abilon de Souza Naves ou Senador Souza Naves.

Decorridos 50 anos, Souza Naves continua vivo na memória dos paranaenses pelas suas realizações e, sobre-

tudo, pelos exemplos por ele legados de virtudes pessoais, devotamento ao povo e patriotismo.

## 50 Anos Sem Souza Naves

Jornal O Estado do Paraná  
(Léo de Almeida Neves)

No próximo dia 12 de dezembro de 2009, completa-se meio século que nos deixou o Senador trabalhista Abilon de Souza Naves, cujo desenlace mudou o destino político do Paraná e possivelmente do Brasil.

Souza Naves, na eleição para Senador em 1958, como candidato do PTB, venceu suplantando a soma dos votos dos outros dois excelentes candidatos, o do Partido Social Democrático (PSD), ex-Desembargador, ex-Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, ex-Deputado Constituinte de 1946, José Munhoz de Mello, e o Coronel Francisco de Paula Soares Neto, ex-Secretário da Fazenda e Presidente da União Democrática Nacional (UDN).

Vigoroso apoio em todas as camadas sociais do Paraná tornava inexorável a vitória em 1960 de Abilon de Souza Naves, conduzindo o trabalho ao Palácio Iguazu. O Paraná inteiro estava convicto de que Souza Naves seria o futuro Governador do Paraná. Até que ocorreu um jantar na Sociedade Morgenau, no qual ele receberia homenagem dos seus ex-colegas, funcionários do antigo IAPC - Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes. Ao final do ágape, no derradeiro discurso, ele faleceu de enfarte no próprio local.

O desaparecimento prematuro de Souza Naves, aos 54 anos, abriu o caminho para Ney Braga tornar-se Governador do Paraná e palmilhar triunfante trajetória político-administrativa no Estado e no País.

Com Souza Naves no Governo, Jânio Quadros não renunciaria à Presidência da República, porque antes de praticar esse tresloucado ato ouviria seu amigo, provavelmente a única pessoa a quem respeitava e confiava integralmente e, por certo, seria dissuadido. A habilidade política de Souza Naves e sua autoridade moral impediriam que a história do Brasil mudasse seu curso e a democracia sofresse um hiato de 21 anos. É bom lembrar que Jânio Quadros, a convite de Souza Naves, concorreu para Deputado Federal no Paraná e recebeu a máxima votação.

Souza Naves sempre dignificou as inúmeras funções públicas que exerceu. Na área estadual, foi o primeiro titular da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, criada em 1951 pelo Governador Bento Munhoz da Rocha Neto. Tive o privilégio de ser seu oficial de gabinete.

Depois, no último Governo Getúlio Vargas (1951 a 1954) ocupou a presidência da Caixa Econômica Federal do Paraná e a presidência do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (IPASE).

Durante o mandato de Juscelino Kubitschek, Abilon de Souza Naves realizou seu trabalho de melhor repercussão, como Diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil. Duas geadas consecutivas, em 1953 e 1955, tinham arrasado a cafeicultura paranaense. Em 1956, Souza Naves foi empossado na CREAI. Financiou a juros baixos e prazos longos a recuperação das lavouras atingidas e novos plantios. Disseminou empréstimos para a diversificação de culturas agrícolas. Concedeu financiamentos à construção de moinhos de trigo e outras agroindústrias. Incentivou a ampliação do nascente parque industrial paranaense na Capital e no interior.

No desempenho de importantes cargos oficiais e como Presidente em exercício do PTB Nacional (João Goulart presidia o partido). Abilon de Souza Naves houve-se com atuação impecável pelo seu dinamismo, iniciativas criadoras, austeridade e honradez. Mas a dimensão humana e o tirocínio político de Abilon de Souza Naves sobressaem-se, talvez com mais amplitude, quando se analisa sua conduta como líder trabalhista, nos âmbitos nacional e paranaense. Defendeu reivindicações dos trabalhadores, principalmente para a melhoria do salário-mínimo, nos Governos Vargas e Kubitschek, sem extremismo ou radicalizações. Interveio em prol das conquistas nacionalistas, imune a qualquer caráter xenófobo. Ele estava adiante do seu tempo e sabia vislumbrar onde se localizava o interesse do povo e da Nação.

Souza Naves era um agregador, preocupado em atrair novos e bons quadros para seu partido e se empenhava em não perder companheiros de porfias passadas. Após as eleições de Prefeito, visitava inicialmente os derrotados e a seguir os vitoriosos. Mantinha permanente atitude de respeito e consideração aos adversários políticos, dialogando, convivendo e se tornando amigo de muitos deles. Era conciliador por excelência.

Em sua reverência, as sedes de Municípios existentes em 1959 contam com ruas, avenidas e praças com o nome de Abilon de Souza Naves ou Senador Souza Naves.

Decorridos 50 anos, Souza Naves continua vivo na memória dos paranaenses pelas suas realizações e, sobretudo, pelos exemplos por ele legados de virtudes pessoais, devotamento ao povo e patriotismo.

## ***Publicações:***

### ***Atas de Comissões***

#### ***Constituição e Justiça***

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Duílio Genari, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Pastor Edson Praczyk, Professor Lemos, Elton Welter, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi e Neivo Beraldin. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli. Passou-se à Ordem do Dia: o Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei n°s 313/09, 440/09, 624/09, 190/09, 592/09, 367/09 e Proposição Veto n° 073/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 01) Projeto de Lei n° 313/09, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Os Srs. Deputados Reni Pereira e Tadeu Veneri SOLICITAM VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 02) Projeto de Lei n° 440/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 03) Projeto de Lei n° 624/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 04) Projeto de Lei n° 190/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin - Altera dispositivos da Lei n° 15140/06. Os Srs. Deputados Jocelito Canto e Luiz Carlos Martins SOLICITAM VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 05) Projeto de Lei n° 592/09, de autoria do Deputado Pedro Ivo. Os Srs. Deputados Luiz Claudio Romanelli, Jocelito Canto e Luiz Carlos Martins SOLICITAM VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente, bem como vista simultânea a todos; 06) Proposição Veto Parcial n° 073/09, de autoria do Poder Executivo - Veta parcialmente o Projeto de Lei n° 155/09 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 07) Projeto de Lei n° 367/09, de autoria do Deputado Reni Pereira. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nereu Moura, transformando em indicação legislativa - APROVADO; 08) Projeto de Lei n° 421/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira, transformando em indicação legislativa - APROVADO; 09) Projeto de Lei n° 459/09, de autoria do Deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 10) Projeto de Lei n° 461/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 11) Projeto de Lei n° 489/09, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. O Sr. Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTA - CON-

CEDIDO pelo Presidente; 12) Projeto de Lei nº 499/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício. O Sr. Deputado Reni Pereira, relator, requer conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Educação - DEFERIDO pelo Presidente; 13) Projeto de Lei nº 511/09, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 515/09, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 534/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 536/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 545/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. O Sr. Deputado Jocelito Canto SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 18) Projeto de Lei nº 546/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 556/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Carlos Martins - REJEITADO. Os Srs. Deputados Tadeu Veneri, Reni Pereira, Luiz Claudio Romanelli, Jocelito Canto e Nereu Moura votaram contrariamente ao parecer. O Sr. Deputado Duílio Genari votou favorável. O Sr. Presidente coloca em votação o voto em separado FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO, com voto CONTRÁRIO dos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins e Duílio Genari; 20) Projeto de Lei nº 564/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. O Sr. Deputado Jocelito Canto SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 21) Projeto de Lei nº 565/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 566/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 567/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Os Srs. Deputados Nereu Moura e Jocelito Canto SOLICITAM VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente. O Sr. Deputado Reni Pereira apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 560/09. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 606/09, 607/09, 608/09, 610/09, 611/09, 612/09 e Proposição Veto nº 007/09. O Sr. Presidente coloca em votação os requerimentos - APROVADOS; 24) Projeto de Lei nº 560/09, de autoria da Deputada Rosane Ferreira - Altera dispositivos da Lei nº 16239/09. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 606/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 607/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁ-

VEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 608/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 609/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 610/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 611/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 612/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 32) Proposição Veto Parcial nº 007/09 de autoria do Poder Executivo - Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 374/08 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli ao encaminhamento à Plenário - APROVADO. O Sr. Presidente passa a presidência ao Sr. Deputado Nereu Moura; 33) Projeto de Lei nº 568/09, de autoria dos Deputados Durval Amaral e Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 34) Projeto de Lei nº 569/09, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 35) Projeto de Lei nº 579/09, de autoria da Deputada Rosane Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 582/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 37) Projeto de Lei nº 603/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 38) Projeto de Lei nº 310/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 39) Projeto de Lei nº 500/08, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 40) Projeto de Lei nº 201/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost. O Sr. Deputado Jocelito Canto SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 41) Projeto de Lei nº 452/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 42) Projeto de Lei nº 604/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 43) Projeto de Lei nº 605/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 44) Projeto de Lei nº 613/09, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior, na forma da emenda anexa - APROVADO; 45) Projeto de Lei nº 635/09, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 46) Proposição Veto nº 072/09, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto

de Lei nº 292/09 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 47) Proposição Veto nº 074/09, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 301/09 de autoria do Deputado Professor Lemos, que altera dispositivos da Lei nº 14274/03. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 48) Proposição Veto nº 075/09, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 028/09 de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 49) Projeto de Lei nº 516/09, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 50) Projeto de Lei nº 548/09, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 51) Projeto de Lei nº 587/09, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 52) Projeto de Lei nº 595/09, de autoria do Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 53) Projeto de Lei nº 614/09, de autoria do Deputado Professor Lemos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 54) Projeto de Lei nº 623/09, de autoria do Deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 55) Projeto de Lei nº 627/09, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 56) Projeto de Lei nº 633/09, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 57) Projeto de Lei nº 634/09, de autoria do Deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 08ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Caíto Quintana, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luis Claudio Romanelli,

Reni Pereira, Tadeu Veneri, Pedro Ivo, Teruo Kato, Professor Lemos e Waldyr Pugliesi. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 373/08, de autoria do Deputado Mauro Moraes - Altera a Lei nº 2504/55, alterada pela Lei nº 4128/59. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO, com voto contrário do Deputado Luiz Claudio Romanelli; 02) Projeto de Lei nº 395/08, de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 03) Projeto de Lei Complementar nº 310/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 083/98. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Caíto Quintana e Francisco Bühner; 04) Projeto de Lei Complementar nº 144/08, de autoria do Deputado Professor Lemos - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 100/03. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 320/09, de autoria do Deputado Jocelito Canto - O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 06) Projeto de Lei nº 362/09, de autoria do Deputado Mário Roque - O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 07) Projeto de Lei nº 404/09, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 432/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel - O Sr. Deputado Caíto Quintana SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 09) Projeto de Lei nº 438/09, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 457/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Ademar Traiano - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 489/09, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 496/09, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 527/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 530/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel - O Sr. Deputado Douglas Fabrício SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 15) Projeto de Lei nº 531/09, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 545/09, de autoria do Deputado Marcelo

Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli, na forma da emenda anexa - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 557/09, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 564/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 567/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 563/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 570/09, de autoria do Deputado Pedro Ivo - Altera dispositivos da Lei nº 14978/05. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 572/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 574/09, de autoria do Deputado Plauto Miró. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 577/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 578/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO. O Sr. Presidente passa a presidência ao Sr. Deputado Caíto Quintana; 26) Projeto de Decreto Legislativo nº 006/09, de autoria dos deputados Reni Pereira e Durval Amaral. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente. O Sr. Presidente passa a presidência ao Sr. Deputado Durval Amaral; 27) Projeto de Lei nº 702/07, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 172/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Ademar Traiano - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 173/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Ademar Traiano - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 255/08, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi e Projeto de Lei nº 550/09, de autoria do Deputado Fábio Camargo, ambos anexos. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 067/09, de autoria do Deputado Péricles de Mello. O Sr. Deputado Tadeu Veneri SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 32) Projeto de Lei nº 071/09, de autoria da Deputada Beti Pavin - Altera dispositivos da Lei nº 13115/01. O Sr. Deputado Caíto Quintana SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 33) Projeto de Lei nº 179/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 34) Projeto de Lei nº 180/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO;

35) Projeto de Lei nº 183/09, de autoria do Deputado Mauro Moraes. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 36) Projeto de Lei nº 224/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 37) Projeto de Lei nº 254/09, de autoria do Deputado Elton Welter. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 38) Projeto de Lei nº 332/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel - Altera dispositivos da Lei nº 11911/97. O Sr. Deputado Tadeu Veneri SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 39) Projeto de Lei nº 392/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 40) Projeto de Lei nº 425/09, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano - APROVADO; 41) Projeto de Lei nº 314/09, de autoria dos Deputados Reni Pereira e Marcelo Rangel. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 42) Projeto de Lei nº 513/09, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 43) Projeto de Lei nº 555/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer do Deputado Tadeu Veneri pela DEVOLUÇÃO da matéria do autor - APROVADO; 44) Projeto de Lei nº 588/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 45) Projeto de Lei nº 597/09, de autoria do Deputado Dr. Batista. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 46) Projeto de Lei nº 598/09, de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 47) Projeto de Lei nº 601/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 48) Projeto de Lei nº 615/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 49) Projeto de Lei nº 629/09, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 50) Proposição Veto Parcial nº 001/09, de autoria do Poder Executivo - Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 402/08 de autoria do Poder Executivo, que altera dispositivos da Lei nº 11580/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 51) Proposição Veto nº 077/09, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 138/09 de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera dispositivos da Lei nº 12811/99. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 52) Projeto de Lei nº 845/07, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 53) Pro-



jeto de Lei nº 270/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 54) Projeto de Lei nº 339/08, de autoria do Deputado Mauro Moraes - Altera dispositivos na Lei nº 6994/78. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 55) Projeto de Lei nº 458/08, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 56) Projeto de Lei nº 484/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 57) Projeto de Lei nº 531/08, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 58) Projeto de Lei nº 081/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 59) Projeto de Lei nº 321/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel - Altera dispositivos da Lei nº 11911/97. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 60) Projeto de Lei nº 333/09, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 61) Projeto de Lei nº 341/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 62) Projeto de Lei nº 390/09, de autoria do Deputado Jocelito Canto. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 63) Projeto de Lei nº 474/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 64) Projeto de Lei nº 620/09, de autoria do Poder Executivo. Os Srs. Deputados Jocelito Canto e Tadeu Veneri SOLICITAM VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 65) Projeto de Lei nº 637/09, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 66) Projeto de Lei nº 626/09, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 67) Projeto de Lei nº 638/09, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 68) Projeto de Lei nº 640/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 69) Projeto de Lei nº 641/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 70) Projeto de Lei nº 642/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 71) Projeto de Lei nº 646/09, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 72) Projeto de Lei nº 649/09, de autoria do Deputado Professor Lemos. O Sr. Deputado Tadeu Veneri SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 73) Projeto

de Lei nº 656/09, de autoria do Deputado Nelson Justus - Altera dispositivos da Lei nº 16135/09. Os Srs. Deputados Caíto Quintana, Luiz Claudio Romanelli, Jocelito Canto e Francisco Bühner SOLICITAM VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 74) Proposição Veto nº 063/08, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 533/07, de autoria do Deputado Luiz Malucelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 75) Proposição Veto o Projeto de Lei nº 064/08, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 499/07, de autoria do Deputado Luiz Malucelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano ao encaminhamento a Plenário - APROVADO; 76) Projeto de Lei nº 558/09, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 77) Projeto de Lei nº 594/09, de autoria do Deputado Plauto Miró. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 78) Projeto de Lei nº 628/09, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 79) Projeto de Lei nº 643/09, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 80) Projeto de Lei nº 644/09, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 81) Projeto de Lei nº 645/09, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Ana Andretta - Secretária

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Pedro Ivo, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Alexandre Curi e Professor Lemos. Passou-se à Ordem do Dia: o Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requeri-



mento de preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 208/07, 483/08, 636/09 e 650/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 01) Projeto de Lei nº 208/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. O Sr. Deputado Tadeu Veneri SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 02) Projeto de Lei nº 483/08, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 03) Projeto e Lei nº 636/09, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura na forma da emenda anexa - APROVADO, com voto contrário do Deputado Tadeu Veneri; 04) Projeto de Lei Complementar nº 650/09, de autoria do Deputado Professor Lemos - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 103/04. O Sr. Deputado Tadeu Veneri SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente. O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 190/09, 592/09, 313/09 e 010/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 190/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin - Altera Dispositivos da Lei nº 15140/06. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 592/09, de autoria do Deputado Pedro Ivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 313/09, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer contrário do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 010/08, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 09) Projeto de Lei Complementar nº 036/07, de autoria do Deputado Jocelito Canto. O Sr. Deputado Reni Pereira, relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - DEFERIDO pelo Presidente; 10) Projeto de Lei nº 429/08, de autoria do Poder Executivo. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli SOLICITA CÓPIA - CONCEDIDO pelo Presidente. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 380/09, 665/09, 666/09, 667/09, 668/09, 669/09, 670/09, 671/09, 672/09, 673/09, 674/09, 675/09, 676/09, 678/09 e 679/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 380/09, de autoria do Tribunal de Justiça - Altera dispositivos da Lei Estadual nº 14277/03. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli, na forma da emenda anexa - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 665/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 666/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 667/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio

Romanelli - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 668/09 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 669/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 670/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 671/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer favorável do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 672/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 673/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 674/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 675/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 676/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 678/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 679/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO. O Sr. Deputado Jocelito Canto apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 005/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 005/09, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano - APROVADO. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de inclusão de pauta do Projeto de Lei nº 620/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 620/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 085/09, de autoria do Deputado Professor Lemos. O Sr. Deputado Francisco Bühner, relator, apresenta requerimento de retirada de pauta e DEVOLUÇÃO ao autor do presente projeto de lei. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 201/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 277/09, de autoria do Poder Executivo. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de retirada de pauta do presente projeto de lei por cinco Sessões. O Sr. Deputado Tadeu Veneri apresenta requerimento solicitando que seja realizada uma Audiência Pública acerca da matéria. O Sr. Presidente coloca em votação os requerimentos - APROVADOS; 31) Projeto de Lei nº

593/09, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 32) Projeto de Lei n° 618/09, de autoria do Deputado Professor Lemos - Altera dispositivos da Lei Complementar n° 123/08. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 33) Projeto de Lei n° 630/09, de autoria do Deputado Nereu Moura. O Sr. Deputado Douglas Fabrício SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 34) Projeto de Lei n° 574/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira, com voto contrário do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 35) Projeto de Lei n° 596/07, de autoria do Deputado Geraldo Cartário - Altera dispositivos da Lei Complementar n° 076/95. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Francisco Bühler - APROVADO; 36) Projeto de Lei n° 672/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost. O Sr. Deputado Artagão Júnior SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 37) Projeto de Lei n° 742/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 38) Projeto de Lei n° 118/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior - Revoga a Lei n° 13228/07. O Sr. Deputado Caíto Quintana SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 39) Projeto de Lei n° 575/09, de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari na forma da emenda anexa - APROVADO; 40) Projeto de Lei n° 659/09, de autoria do Deputado Elton Welter. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Ana Andretta - Secretária

### ***Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente***

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, sob a presidência da Sra. Deputada Rosane Ferreira, e com a presença dos seguintes Deputados: Luciana Rafagnin, Beti Pavin, Antonio Belinati, Elio Rusch e Ademar Traiano. Havendo número legal, a Sra. Presidente deu por aberta a presente reunião, passando à

Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 598/09, de autoria do Deputado Dr. Batista. Relator Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei n° 613/09, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Sra. Presidente e por mim, Dyogo do Prado Russi, secretário desta comissão.

(aa) ROSANE FERREIRA - Presidente  
Dyogo do Prado Russi - Secretário

### ***Direitos Humanos e Cidadania***

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e nove, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, sob a presidência do Deputado Francisco Bühler, com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Belinati, Jonas Guimarães e Beti Pavin. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando para a Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei n° 485/09, de autoria do Deputado Fábio Camargo. Relator: Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 545/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Relator: Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eduardo Freyer de Azevedo, secretário da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada por mim e pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente  
Eduardo Freyer de Azevedo - Secretário

### ***Tomada de Contas***

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de dezembro de dois mil e nove, às dez horas, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para sua décima terceira reunião ordinária, com a presença dos Srs. Deputados membros da comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposições n°s 079/09, 090/07 e 069/09. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da comissão, Deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos, passando a palavra ao Sr.

Deputado Francisco Bühner, relator da Proposição nº 079/09, que trata da prestação de contas da verba do movimento relativo aos créditos para atender as despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de novembro de 2009, previstas na Resolução nº 003/04 e com as modificações contidas na Resolução nº 003/09. Após exame da matéria, o senhor relator entendeu que as referidas contas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação e, desta forma atendem a legislação em vigor, dada à sua exatidão, concluindo pelo parecer FAVORÁVEL, sendo acompanhado por unanimidade pelos Srs. Deputados presentes. A seguir, usou a palavra o Sr. Deputado Edson Strapasson, Relator da Proposição nº 090/07, que encaminha a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, exercício financeiro de 2006. Acompanhando o parecer prévio do Tribunal de Contas, o senhor relator concluiu pelo parecer FAVORÁVEL, condicionando as ressalvas e recomendações apontadas. Discutido o parecer, o mesmo foi colocado em votação. Votaram contra os Srs. Deputados Reni Pereira e Douglas Fabrício e, a favor, os Srs. Deputados Francisco Bühner, Edson Strapasson e Duílio Genari. O Sr. Deputado Edson Strapasson, que também é o Relator da Proposição nº 069/09, solicitou ao Sr. Presidente que marcasse nova reunião para o dia 14 de dezembro de 2009, data em que apresentaria o parecer correspondente. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu Maria Regina Subtil, secretariei e lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados e por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente  
Maria Regina Subtil - Secretária

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e nove, às onze horas, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para sua décima quarta reunião ordinária, com a presença dos Srs. Deputados, membros da comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: nºs 083/09 e 069/09. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu a reunião, passando a palavra ao Sr. Deputado Dobrandino da Silva, relator

da Proposição nº 083/09, que trata da prestação de contas da verba do movimento relativo aos créditos para atender despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de dezembro de 2009, conforme Resolução nº 003/04, com as modificações contidas na Resolução nº 003/09. Após exame da matéria, o senhor relator, decidiu pelo parecer FAVORÁVEL - APROVADO, pois as contas apresentadas encontram-se de acordo com a legislação vigente, exatas e dentro das normas de sua regulamentação. Por unanimidade foi aprovada a proposição. Em face da ausência do Sr. Deputado Edson Strapasson, Relator da Proposição nº 069/09, ficou a mesma para ser apreciada no ano vindouro. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes, e por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente  
Maria Regina Subtil - Secretária

## *Publicações Administrativas:*

### *Minutas de Contrato*

#### MINUTA DE CONTRATO

**Modalidade:** Convite nº 079/09 - Protocolo nº 13014/09.  
**Objeto:** Fornecimento de passagens aérea e terrestre.  
**Contratante:** Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.  
**Contratada:** Trípoli Turismo Ltda.  
**Valor:** Desconto de 1% sobre a tarifa.  
**Vigência:** 01/01/10 à 31/12/10.  
**Dotação:** 3390.3302 e 3390.3301.

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

#### MINUTA DE CONTRATO

**Modalidade:** Convite nº 074/09 - Protocolo nº 4838/09.  
**Objeto:** Manutenção de rede lógica.  
**Contratante:** Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.  
**Contratada:** Tecniline Telecomunicações e Informática Ltda.  
**Valor:** R\$ 2.400,00 mensal.  
**Vigência:** 01/01/10 à 31/12/10  
**Dotação:** 3390.3904

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

Resumo de Pregão

RESUMO DE PREGÃO Nº 020/09

Protocolo nº 14157/09

LOTE	EMPRESA VENCEDORA	ESPECIFICAÇÕES	VALOR	PROTOCOLO DE PAGAMENTO
1	Calux & Abrahão Ltda - ME	1.000 unidades de fita crepe com dimensões de 50mm X 50m; 1.000 unidades de mídia DVD-R, 4,7 GB; 200 unidades de tesoura média sem ponta; 200 unidades de perfurador de papel grande para até 40 folhas, em aço, com marginador.	R\$ 10.100,00	15.490/09
2	New Dalbra Material de Escritório Ltda.	50 unidades de cartucho para impressora HP código C8728A (28) color 8 ml, original da marca do fabricante da impressora, não recarregado e não remanufaturado. 30 unidades de toner para impressora HP, código Q5949A, original da marca do fabricante da impressora, não recarregado e não remanufaturado.	R\$ 8.385,00	15.279/09

Diante do exposto, solicito que o presente seja encaminhado ao Sr. Diretor Geral para autorizar a publicação do resultado do referido Pregão Eletrônico.

Em 11/12/09.

(aa) MARCELO GONÇALVES CORDEIRO  
Pregoeiro  
LUCI MARTINS AZEVEDO  
DANTE ANTONIO LECHINSKI  
Equipe de Apoio

